

UNIVERSIDADE PAULISTA

PEDRO AUGUSTO FARNESE DE LIMA

A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS:

apropriações midiáticas de universidades públicas brasileiras no combate à desinformação

SÃO PAULO

2023

PEDRO AUGUSTO FARNESE DE LIMA

A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS:
apropriações midiáticas de universidades públicas brasileiras no combate à desinformação

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Comunicação da Universidade Paulista (UNIP)
como requisito para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes

SÃO PAULO

2023

Lima, Pedro Augusto Farnese de.

A Comunicação da Ciência em tempos pandêmicos: apropriações midiáticas de universidades públicas brasileiras no combate à desinformação / Pedro Augusto Farnese de Lima. - 2023.

162 f. : il. color. + CD-ROM.

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2023.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Montuori Fernandes.

1. *Facebook*. 2. Negacionismo científico. 3. Covid-19. 4. *Fake news*. I. Fernandes, Carla Montuori (orientadora). II. Título.

Ficha elaborada pelo Bibliotecário Rodney Eloy CRB8-6450

PEDRO AUGUSTO FARNESE DE LIMA

A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA EM TEMPOS PANDÊMICOS:

apropriações midiáticas de universidades públicas brasileiras no combate à desinformação

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP) como requisito para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Orientadora Carla Montuori Fernandes – Universidade Paulista (UNIP)

Prof. Dr. Francisco Ângelo Brinati – Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profª. Dra. Clarice Greco Alves – Universidade Paulista (UNIP)

Prof. Dr. Jorge Miklos – Universidade Paulista (UNIP)

AGRADECIMENTOS

Tomo emprestado os versos do poema “Abraçar e Agradecer”, de Maria Bethânia, nossa grande artista, já que me faltam palavras para expressar os sentimentos que habitam a minha alma, mas, dentre tantos, a gratidão se sobressai.

*Chegar para agradecer e louvar
Louvar o ventre que me gerou
O orixá que me tomou,
E a mão da doçura de Oxum que consagrou.
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta, o palco, o massapê,
A beira do abismo,
O punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim...
Agradecer a alegria das crianças,
As borboletas que brincam em meus quintais, reais ou não.
Agradecer a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas
E as pequeninas como eu, em Aruanda.
Agradecer o Sol que raia o dia,
A Lua que como o menino Deus espraia luz
E vira os meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas
E também aquelas que levam para outros costados todos os males.
Agradecer a tudo que canta no ar,
Dentro do mato sobre o mar,
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.
Agradecer os senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.
Agradecer,
Ter o que agradecer
Louvar e abraçar!*

Cá estou, encerrando mais um ciclo. Uma conquista que jamais poderia imaginar, nem mesmo nas minhas projeções mais otimistas. Pessoas e instituições foram de fundamental importância neste processo e são merecedoras das minhas mais sinceras deferências:

A Deus, sempre em primeiro lugar, por ter me dado a dádiva da vida e me proporcionado saúde e força para superar todas as dificuldades;

À minha família, meu esteio, minha âncora, a quem eu dedico todas as minhas conquistas e todo meu amor;

Aos queridos amigos e amigas, por toda a paciência e compreensão, em especial ao Dudu por me guarnecer em São Paulo;

À professora Carla Montuori, um exemplo de mestre, que me acolheu e me deu todo o apoio e suporte no desenvolvimento da tese;

Aos professores Paulo Roberto, Francisco Brinati, Jorge Miklos e Clarice Greco por aceitarem o convite para compor a minha banca e me agradecerem com importantes dicas e contribuições para melhoria do trabalho;

Ao Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, *campus* Juiz de Fora, por todo o apoio institucional, para que eu pudesse me dedicar integralmente ao Doutorado;

À Universidade Paulista (UNIP) e a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Comunicação;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento e apoio por meio de bolsa.

Etapa concluída, sim, mas jamais será o fim. Afinal, vou sempre munido do “esticador de horizontes”, que carrego desde que aprendi sua utilidade lendo o poeta Manoel de Barros. Vamos em frente!

Jamais considere seus estudos como uma obrigação, mas como uma oportunidade invejável para aprender a conhecer a beleza libertadora do intelecto para seu próprio prazer pessoal e para proveito da comunidade à qual seu futuro trabalho pertencer.

(Albert Einstein)

RESUMO

A circularidade de informações, potencializada pelo avanço tecnológico e social de plataformas midiáticas, favorece o maior alcance de boatos, teorias conspiratórias e produtos comunicacionais que impactam, sobretudo, a ciência. A pandemia do Coronavírus é um evento histórico com importantes consequências para a humanidade e apresenta, dentre outros desafios, a necessidade de difundir dados credíveis que auxiliem no combate à doença. Nesse contexto, como as instituições científicas se apresentam no ambiente virtual para o enfrentamento dessa realidade? Quais ações foram empreendidas para publicizar as pesquisas e os principais assuntos acionados? Esta tese se configura com o objetivo de investigar como as maiores instituições produtoras de conhecimento no Brasil (USP, UNIFESP, UERJ e UFRJ) se posicionaram a partir do *Facebook*. A Análise de Conteúdo (AC) das postagens publicadas em diferentes períodos, de 2020 a 2022, mostrou que as abordagens enunciativas estiveram em sintonia com os aspectos conjunturais do avanço da Covid-19, o que nos permitiu categorizar as temáticas, estabelecendo, assim, uma curva de aprendizagem epistemológica. As universidades se apropriaram de todo seu aparato midiático, com refutações balanceadas às narrativas circulantes e abordagens contextualizadas em um ambiente de negacionismo governamental que influenciou as tomadas de decisão das políticas públicas de saúde.

Palavras-chave: *Facebook*; negacionismo científico; Covid-19; *fake news*.

ABSTRACT

The circularity of information, enhanced by the technological and social advancement of media platforms, favors the greater reach of rumours, conspiracy theories and communicational products that impact, above all, science. The coronavirus pandemic is a historic event with important consequences for humanity and presents, among other challenges, the need to disseminate credible data to help fight the disease. In this context, how do scientific institutions present themselves in the virtual environment to face this reality? What actions were undertaken to publicize the research and the main issues raised? This thesis is configured with the objective of investigating how the largest knowledge-producing institutions in Brazil (USP, UNIFESP, UERJ and UFRJ) positioned themselves from Facebook. The Content Analysis (CA) of the posts published in different periods, from 2020 to 2022, showed that the enunciative approaches were in tune with the conjunctural aspects of the advance of Covid-19, which allowed us to categorize the themes, thus establishing an epistemological learning curve. Universities appropriated their entire media apparatus, with balanced refutations to circulating narratives and contextualized approaches in an environment of government denialism that influenced decision-making in public health policies.

Keywords: Facebook, scientific denialism, Covid-19, fake news.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Importância da ciência na luta contra o Coronavírus	107
Figura 2 – USP reforça necessidade de comunicar pesquisas	108
Figura 3 – Anúncio de primeiras descobertas sobre a Covid-19	111
Figura 4 – Experiências anteriores usadas para entender o novo Coronavírus	111
Figura 5 – Formas de contaminação da doença	112
Figura 6 – Recomendação de uso de máscaras para público restrito	113
Figura 7 – Críticas ao uso da cloroquina	113
Figura 8 – Anúncio de pesquisas para produção de respiradores	114
Figura 9 – Pesquisadores anunciam estudos para vacina	115
Figura 10 – Pesquisas sobre potenciais vacinas	116
Figura 11 – Pesquisadores analisam impacto da pandemia	117
Figura 12 – Análise das ações do governo na condução da pandemia	120
Figura 13 – Alertas contra <i>fake news</i>	121
Figura 14 – Narrativas negacionistas influenciam ações do governo	125
Figura 15 – Importância da vacinação	126
Figura 16 – Esclarecimentos sobre a variante Ômicron	131
Figura 17 – Universidades esclarecem dúvidas sobre vacinas	132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos em C&T do Governo Federal em valores nominais e reais de 2000 a 2020 (em R\$ bilhões)	51
Gráfico 2 – Gastos em C&T realizados pelo CNPq, CAPES e FNDCT de 2000 a 2020 (em R\$ milhões)	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Declarações do presidente sobre a vacina contra a Covid-19	43
Quadro 2 – Apresentação das universidades	103
Quadro 3 – Quantitativo de postagens no início da pandemia	106
Quadro 4 – Descrição das categorias temáticas evidenciadas no início da pandemia	109
Quadro 5 – Quantitativo de categorias por universidades no início da pandemia	110
Quadro 6 – Quantitativo de postagens um ano após o início da pandemia	123
Quadro 7 – Categorias temáticas acionadas um ano após o início da pandemia	123
Quadro 8 – Categorias temáticas acionadas um ano após o início da pandemia	124
Quadro 9 – Legado da pandemia	128
Quadro 10 – Quantitativo de postagens após flexibilização das medidas preventivas à pandemia	130
Quadro 11 – Quantitativo de postagem por categoria na terceira fase de análise	130

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Análise de Conteúdo

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CNPq – Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

EACH – Projeto Ciência Popular, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades

EPI – equipamentos de proteção individual

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IB – Instituto Butantan

IFES – instituições federais de ensino superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

MS – Ministério da Saúde

NIH – Institutos Nacionais de Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PED – Programa Estadual de Desestatização

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNE – Plano Nacional de Educação

PNI – Programa Nacional de Imunização

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SMO – Sociedade de Medicina Ocupacional

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único do Saúde

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIP – Universidade Paulista

USP – Universidades de São Paulo

UTI – Unidades de Terapia Intensiva

WHO – World Health Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS SOCIAIS, SANITÁRIOS, POLÍTICOS E COMUNICACIONAIS	22
2.1	Marcas iniciais da pandemia da Covid-19	22
2.2	O contexto da pandemia no Brasil	27
2.3	A ascensão de Bolsonaro e o negacionismo como política de governo	31
2.4	Notas sobre investimentos em educação, ciência e tecnologia no Brasil	46
2.5	Ciência: legitimidade e questionamento	53
3	DA SOCIEDADE DOS MEIOS À SOCIEDADE MIDIATIZADA: NOVOS CIRCUITOS INFORMATIVOS	59
3.1	Entre Meios, Mídias e Mdiatização	60
3.2	<i>Fake News</i>, desinformação e pós-verdade: esforços conceituais	67
3.3	Negacionismo científico e teorias conspiratórias: articulações político-ideológicas de contestação à autoridade epistêmica	75
4	UNIVERSIDADES PÚBLICAS: LEGITIMAÇÃO DA AUTORIDADE CIENTÍFICA	80
4.1	Comunicação Pública da Ciência em contexto midiaticado	81
4.2	Comunicação Organizacional: conceitos, premissas e desafios contemporâneos	88
4.3	Universidades e representação social	93
5	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS UNIVERSIDADES NO <i>FACEBOOK</i>	100
5.1	Percurso metodológico	101
5.2	A afirmação da doença	105
5.3	A afirmação das vacinas	122
5.4	A reafirmação da pandemia	129
5.5	Achados comparativos entre as universidades	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Os novos circuitos de consumo de notícias e as trocas informativas consolidadas pelo amplo uso de plataformas digitais e aplicativos de mensagens têm se mostrado um desafio sem precedentes para quem trabalha e pesquisa a comunicação. Reconhecidos seus potenciais para ampliação de vozes silenciadas e aumento da diversidade de representações de posições na discussão pública, a disseminação de informações que circulam nas redes sociais virtuais também trouxe como efeitos a ampliação da crise de credibilidade desses *media* e dos atores institucionais que são recorrentemente contraditos, questionados e desconsiderados, gerando um cenário de incerteza perene em relação à veracidade dos fatos e dos conteúdos compartilhados a todo instante.

Essa transformação digital apresenta oportunidades e desafios para pesquisadores da área de comunicação, pois “parece claro que novos assuntos e habilidades devem ser incorporados, como [...] análise de dados, infográficos, jornalismo de dados, distribuição através de redes sociais, novos formatos audiovisuais, marketing de conteúdo etc.” (SÁEZ, 2020, p. 146). A componente científica da informação torna-se relevante, face aos problemas que têm afetado a sociedade como um todo, perpassando, prioritariamente, pelo combate à desinformação e exigindo da ciência uma ligação com a sociedade, ora direta, ora mediada por profissionais da mídia.

No mundo hiperconectado em tempo real, publicações das grandes corporações, de especialistas e de instituições dos campos da ciência circulam nas plataformas digitais, segundo lógicas algorítmicas, em paralelo a opiniões de indivíduos baseadas em suas experiências pessoais e profissionais. Essa pluralidade enunciativa marca um cenário de complexidade singular, próprio de sociedades midiáticas, e faz das apropriações midiáticas frente decisiva para esse enfrentamento.

São digressões iniciais que norteiam a proposta deste trabalho e que pretendemos abordar nas diferentes dimensões e desafios de comunicar o conteúdo científico para além de públicos especializados (comunicação acadêmica). Comunicá-lo a públicos alargados é o grande desafio do qual o complexo é o entendimento de “ciência”, tanto quanto o de “fazer ciência”. O fazer científico produz como resultado um conhecimento que se acumula com o tempo. Descobertas, modelos e métodos tendem às mudanças, que são as inevitáveis adaptações ou reedições teóricas, incrementos, avanços ou mesmo mudanças bruscas de paradigmas para a sociedade que, por sua vez, é o grande termômetro para o seu desenvolvimento. Ora, descobertas científicas nada são antes da pesquisa científica, que trilha caminhos que vão desde

a trabalhosa investigação, reflexão, comprovação até, finalmente, a reprodução do evento ou fenômeno.

A própria complexidade desse campo já impõe desafios para que a sociedade entenda toda essa cadeia, abrindo espaço para questionamentos e teorias conspiratórias que se amplificam e ganham aderência pelo “fato de oferecerem respostas simples aos problemas complexos” (MARCHLEWSKA *et al.*, 2020), o que nos leva a refletir sobre a necessidade de se empreenderem esforços significativos que possibilitem uma sociedade mais informada e consciente de todo esse contexto.

Muito se fala em literacia científica, algo discutido desde os anos 50 do século passado nos Estados Unidos, quando a comunidade científica reconheceu a importância do apoio da população para sustentar uma efetiva resposta científica e tecnológica desse país perante o lançamento do Sputnik soviético. “O progresso em ciência depende, em grande medida, da compreensão e apoio público a um programa sustentado de educação em ciência e de investigação” (WATERMAN, 1960, p. 1349).

Desde então, essa discussão sempre é feita na perspectiva do receptor, estimulando sua capacidade de compreensão sobre ciência, sociedade, tecnologia e meio ambiente, sendo ele um indivíduo social e cultural do meio. Mas, como se dá essa comunicação? Os emissores, realmente, conseguem estabelecer um formato capaz de fazer com que toda a complexidade do fazer científico seja entendida? Comunicadores devem empreender estratégias de produção de conteúdo de modo a tornar o conhecimento científico mais acessível e de fácil assimilação e ajudar a combater a desinformação, dentre muitas outras necessidades. Uma visão ampla da relação entre ciência e comunicação nos permite analisar as funções e práticas da mídia em sentido amplo, incluindo as redes sociais.

Um momento como o de uma pandemia é de crise, mas também pode ser de reflexão. O surgimento do vírus do SARS-CoV-2, também conhecido como “novo Coronavírus”, nos convida à reflexão sobre o papel da ciência na sociedade diante do relativo subdesenvolvimento e pouco crédito que a ciência recebe no Brasil.

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan (China) foi identificado o primeiro caso. O registro no Brasil data de 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo (SP). Em 11 de março, o *status* da então epidemia foi atualizado para pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No contexto da crise sanitária, a disseminação de *fake news* em larga escala no ambiente digital também se tornou uma grande preocupação das autoridades de saúde.

Durante a Conferência de Segurança da OMS, no dia 15 de fevereiro de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da entidade, enfatizou a sua preocupação com a infodemia, uma

epidemia global de desinformação, espalhando-se rapidamente por meio de plataformas de mídia social e outros meios de comunicação, representando um sério problema para a saúde pública: “Não estamos lutando apenas contra uma epidemia; estamos lutando contra uma infodemia”¹.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)², entre 17 de março e 10 de abril de 2020, revelou um alto índice de disseminação de informações incorretas sobre o novo Coronavírus nas redes sociais, destacando que 65% envolviam curas milagrosas e não comprovadas pela ciência, 5,7% se relacionavam a golpes bancários, 5% tratavam de projetos falsos para arrecadar recursos voltados para instituições de pesquisa e 4,3% desqualificavam e tratavam a doença como uma manobra política.

O negacionismo no Brasil tomou elevadas proporções, manifestando-se na negação ou minimização da gravidade da doença, no boicote às medidas preventivas, na subnotificação dos dados epidemiológicos, na omissão de traçar estratégias nacionais de saúde, no incentivo a tratamentos terapêuticos sem validação científica e na tentativa de desacreditar a vacina, entre outros exemplos. Foi criado, então, um ambiente capaz de acentuar incertezas, influenciar na adesão da população aos protocolos de prevenção e comprometer a resposta do país ao avanço da infecção.

O então Presidente da República Jair Bolsonaro, segundo atestam Santos e Fossá (2020), contribuiu com esse cenário ao determinar ações administrativas controversas e emitir declarações públicas que colocaram em descrédito medidas de contenção da doença. O ex-chefe do Executivo Federal adotou uma postura contrária às recomendações dos médicos e da OMS, antagonizando com governadores e prefeitos sobre as políticas de isolamento, investindo na recomendação de medicamentos que são questionados pela ciência como eficazes no tratamento da doença e alimentando desconfiança sobre as vacinas.

Diante da recusa em aceitar as recomendações de especialistas, dois ministros da Saúde, que eram médicos, foram trocados por um general do Exército³. Em algumas circunstâncias, Bolsonaro promoveu e compartilhou conteúdos falsos sobre o Coronavírus em suas redes sociais, sempre apoiado em uma narrativa que caminha na contramão da ciência, indo desde a famosa frase “É só uma gripezinha”, a incentivos de aglomerações, ao não uso de máscaras e a

¹ How to fight an infodemic [Internet]. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30461-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30461-X/fulltext). Acesso em: 8 set. 2020.

² Pesquisa revela dados sobre “fake news” relacionadas ao novo coronavírus [Internet]. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/48662>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

³ Queda de dois ministros em apenas um mês deixa Saúde à deriva [Internet]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/queda-de-dois-ministros-em-apenas-um-mes-deixa-saude-a-deriva/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

terapias ineficazes sem validação e comprovação.

Isso gerou uma falsa sensação de confiança em estratégias que não eram adequadas pela comunidade científica⁴. O ex-Presidente também causou polêmica ao questionar a eficácia da vacina e sugerir que pessoas totalmente imunizadas contra a Covid-19 desenvolveram Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)⁵. A declaração feita em uma de suas *lives* nas redes sociais é alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) que, inclusive, determinou a retirada dos vídeos no *YouTube*, *Facebook* e *Instagram*⁶.

As situações relatadas nos levam a uma situação dicotômica: ao mesmo tempo em que a ciência é provocada a dar respostas rápidas ao enfrentamento à pandemia, o campo se vê questionado. Uma percepção ambígua que a esfera pública parece demonstrar sobre a ciência e seus resultados, ora valorizando-os, ora hostilizando-os. Dessa forma, a pergunta central que ancora a proposta deste trabalho é: como as instituições representativas da ciência se colocaram para a sociedade e estabeleceram suas comunicações para o enfrentamento dessa realidade pandêmica, utilizando as funcionalidades das redes sociais virtuais para visibilidade do conhecimento sobre a doença e buscando se aproximar do público?

Devemos destacar que uma das vozes institucionais mais representativas nesse quesito são as universidades. Segundo o relatório da empresa *Clarivate Analytics*⁷ (2019), 15 instituições de ensino superior – todas elas públicas – produzem mais da metade da ciência brasileira. São para elas que nossos olhares analíticos se voltam. Estabelecemos como estratégia metodológica trabalhar com as quatro maiores produtoras de pesquisas do Brasil: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nosso foco será o *Facebook*, rede social de maior audiência no país, de acordo com o relatório Digital in 2020 do site *We Are Social*⁸. Coletamos os dados nas *fanpages* oficiais dessas instituições em três distintos períodos: de março a maio de 2020, de março a maio de 2021 e de

⁴ CPI lista fake news de Bolsonaro e aliados sobre covid; veja o que checamos [Internet]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/10/20/fake-news-cpi-da-covid-presidente-jair-bolsonaro-filhos.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

⁵ Bolsonaro requeixa *fake news* que associa vacina contra Covid ao HIV [Internet]. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-cita-fake-news-em-live/>. Acesso em: 15 jul. 2022

⁶ Bolsonaro vira alvo de inquérito no STF por ligar vacina contra Covid à Aids. [Internet]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vira-alvo-de-inquerito-no-stf-por-ligar-vacina-contra-covid-a-aids/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

⁷ 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira [Internet]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 15 jul. 2022

⁸ Digital in 2020. [Internet]. Disponível em https://datareportal-com.translate.goog/reports/digital-2020-brazil?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 9 mar. 2021.

dezembro de 2021 a fevereiro de 2022. A partir dos dados apurados, utilizamos a metodologia a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), na tentativa de mapear as ações adotadas pelas universidades para vocalizar e reverberar a ciência, ingressando em agendas temáticas a partir de aspectos contextuais da pandemia da Covid-19 e se apropriando do aparato midiático, em um processo de midiaticização da sociedade que, segundo Braga (2012), afeta a lógica de funcionamento dos campos sociais.

Estando as controvérsias sobre ciência potencializadas em decorrência da midiaticização (HJARVARD, 2014), a partir do entendimento de que a influência da mídia acontece não só sobre as sequências comunicativas entre os atores sociais e as mensagens, mas também na relação entre os meios e outras esferas sociais, nosso processo analítico reflexivo partirá de um mapeamento de instituições representativas da ciência e das ferramentas de comunicação digital utilizadas para que possamos observar os formatos, as características, os elementos e as dinâmicas nos processos de produção e circulação das narrativas.

O segundo capítulo, nomeado “Pandemia da Covid-19: desafios sociais, sanitários, políticos e comunicacionais”, será dedicado a contextualizar a situação da doença no Brasil e no mundo. Para além das questões sanitárias, cujas preocupações são constantemente mapeadas pela OMS, há, ainda, a compreensão das dimensões (des)informativas, tecnológicas, científicas e midiáticas que constituem esta crise sanitária sem precedentes na contemporaneidade, algo que também foi alvo de alerta pela entidade.

Outro ponto a ser destacado é o clima político-institucional do Brasil e como isso foi determinante para ditar os caminhos para conter o avanço da doença e mitigar seus efeitos nocivos na sociedade. Essa conjuntura será tratada a partir de eventos recentes da política brasileira, que estão correlacionados à chegada de Bolsonaro ao poder, e como as narrativas da extrema direita ocuparam a comunicação governamental e imbricaram nas estratégias do Presidente. Aqui também se abre espaço para como o tema das *fake news* tem influenciado o debate nacional por meio de comissões parlamentares, propostas de legislação, investigações jurídicas e debates sociais.

No capítulo 3, “Da sociedade dos meios à sociedade midiaticizada: novos circuitos informativos”, faremos uma abordagem teórica que pode justificar o cenário retratado no capítulo anterior. A disseminação de desinformação sobre ciência nas mídias sociais tem sido uma das grandes preocupações mundiais, sobretudo em um momento quando se vive uma crise, na qual instituições, entre elas a ciência, estão deslegitimadas ou desacreditadas por parte da sociedade. O negacionismo científico não é uma novidade, mas sua defesa, ao menos no Brasil,

parece ter se mantido restrita a uma minoria da população, sem grande impacto na opinião pública e menos ainda nas decisões de políticas públicas.

Porém, a negação de conceitos e teorias consensualizadas pela ciência passou a ganhar força e visibilidade, sobretudo a partir da ascensão mundial do conservadorismo de ultradireita. Tal fenômeno emerge recrudescido com o advento da *internet* e das redes sociais, que agregam e fortalecem grupos identitários e o consumo acrítico de desinformação. Esse processo é caracterizado pela criação de um novo espaço público que, contraditoriamente, coloca em xeque valores democráticos quando discursos acusatórios e reativos tomam o lugar do diálogo e do debate de ideias.

Intitulado “Universidades públicas: legitimação da autoridade científica”, o capítulo 4 apresenta uma discussão sobre as transformações operadas pelo processo de midiatização da comunicação nas universidades, na tentativa de alargar a compreensão a partir das seguintes questões: como as instituições configuram novos processos estratégicos para obter visibilidade e legitimação de suas práticas? Ao atuarem nessas novas ambiências, como essas organizações reconfiguram interações sociais?

A comunicação organizacional, pensada sob o prisma da complexidade, não se restringe ao âmbito do organizado, à fala autorizada, aos processos formais e à comunicação da e/ou na organização. Exige olhar para além das manifestações organizadas, aparentemente coerentes, de modo a atentar para, entre outras coisas: a dinamicidade organizacional, os processos que mantêm a organização distante do equilíbrio, o estado de incerteza e de permanente desorganização/(re)organização (tensões, disputas e perturbações), a necessária interdependência ecossistêmica (outros sistemas e subsistemas) e os processos recursivos.

Reconhecendo o diálogo público como imperativo democrático dirigido aos contextos científicos das recentes sociedades complexas e pluralistas, as discussões pretendem convergir para a necessidade de construção de uma política de comunicação organizacional pautada pela noção de comunicação pública da ciência nos cenários contemporâneos das instituições.

O capítulo 5 “Análise de conteúdo das universidades no *Facebook*” será dedicado para a apresentação das instituições que serão alvo do estudo, bem como o percurso metodológico. Será apresentada uma Análise de Conteúdo (AC), a partir dos dados coletados nas *fanpages* das universidades públicas UERJ, USP, UNIFESP e UFRJ em diferentes períodos da pandemia. Dessa forma, serão elaboradas categorias com intuito de compreender como se empreenderam ações comunicacionais a partir de apropriações midiáticas possibilitadas pelo *Facebook* e quais os temas agenciados para fazer frente a uma narrativa negacionista. Assim, acreditamos que poderemos entender como essas instituições atuaram em um contexto de crise para legitimar

sua representação social e (re)construir sua imagem-conceito.

Pensar a sociedade é trazer à cena os meios de comunicação social, considerando estes atores fundamentais no processo de construção da realidade. Eles são presença constante onde quer que a vida aconteça. A realidade passa a ser percebida a partir da mediação simbólica exercida por esses canais que desempenham, ao longo dos tempos, papel decisivo na estruturação do espaço público e do consenso social. Da mídia, provém, direta ou indiretamente, grande parcela das informações que dispomos para nos situarmos no mundo.

As universidades, além de serem um lugar de transmissão de um saber sistematizado e socialmente legitimado, são também um local de internalização de ideias, valores e atitudes capazes de constituir sociabilidades, como também dinâmicas de poder. Essas características podem contribuir para a manutenção ou transformação do *status quo* vigente, possibilitando investigar os impactos materiais, as configurações afetivo-cognitivas e as repercussões socioculturais do contexto; aliados a diferentes tecnologias comunicacionais que afetam a produção, utilização e difusão de mensagens, bem como o relacionamento com os diferentes públicos.

Assim, olhares mais analíticos para a comunicação das universidades podem complementar os estudos já em andamento nos grupos de pesquisa consolidados no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), especificamente na Linha 1 – Configuração de produtos e processos na cultura midiática –, na qual esta tese se encontra registrada. Acreditamos que as discussões sobre impactos da mídia na produção de saberes e identidades e suas conexões com os debates relativos às culturas locais e/ou globais e às questões contemporâneas podem trazer imbricações interessantes e levantar novas questões a serem investigadas sobre relações interacionais que modificam a articulação entre organizações e sociedade, redimensionando relações de poder, níveis e estratégias de visibilidade, circulação de informações e suas implicações na formação da opinião pública.

Em que pese a necessidade de mensurar a implementação, ou não, de novas formas de comunicação em mídias sociais virtuais por universidades públicas, este estudo também pode se revelar de grande importância como registro documental a ser acessado por outros pesquisadores futuramente para fins comparativos e desdobramentos. Neste contexto excepcional da pandemia da Covid-19, diferentemente das outras crises epidemiológicas que ocorreram na história da humanidade, ela se configura em uma dinâmica social globalizada e midiaticizada, a partir do momento em que a sociedade se apropria dos aparatos midiáticos e tecnológicos e se torna altamente hiperconectada, facilitando a circulação de informações de todo o tipo.

Por mais que o ambiente virtual já seja uma realidade das instituições antes mesmo do surgimento da doença, é imprescindível considerarmos que, em situações de crises, estratégias precisam ser implementadas, as narrativas circulantes precisam ser contestadas e esses posicionamentos e condutas se revelam de considerável importância histórica, sem a pretensão de dar respostas para processos ainda novos para o campo acadêmico, mas com a certeza da relevância de colocar-se mediante o tema e iniciar caminhos analíticos.

2 PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS SOCIAIS, SANITÁRIOS, POLÍTICOS E COMUNICACIONAIS

Pensar na pandemia demanda considerar os diversos contextos em que ela se desenvolve e a forma como as diversas informações circulam frente a um cenário de incertezas. O que há de comum em todas essas incertezas é que elas são produzidas pela busca da comunidade científica por respostas rápidas a perguntas nunca antes feitas. Inclusive, porque nunca antes houve um Coronavírus com as características do SARS-CoV-2. Ou seja, essas incertezas não são o resultado de falhas na ciência, mas o resultado de uma lupa da sociedade sobre como a ciência se põe em marcha quando há vários objetos de pesquisa correlatos que precisam de estudo e quase nenhum conhecimento específico prévio do qual partir. Uma marcha, aliás, em ritmo anormalmente rápido, já que o avanço da ciência em resolver suas divergências internas e produzir consensos mais ou menos estáveis dependem de políticas públicas mais estruturadas e longevas, enquanto medidas de mitigação (isolamento social, *lockdown* etc.) são efetivadas para ganhar tempo diante das incertezas.

Se por um lado observamos o discurso científico ser incorporado nas conversas quotidianas, por outro a identificação de notícias verdadeiras e informativas tornou-se tarefa difícil. O fenômeno da velocidade tem se colocado desde o início da pandemia com a urgência em visibilizar a sua gravidade e em apresentar respostas. Com isso, a comunicação científica ao público foi algumas vezes precipitada. Estudos ainda em avaliação chegaram a ser divulgados apressadamente e tratamentos ainda não suficientemente testados foram adotados amplamente. A comunicação antecipada gerou divergências e ponderações na comunidade científica, possibilitando que o discurso político se aproveitasse do debate para escolher o discurso conveniente a seus interesses.

2.1 Marcas iniciais da pandemia da Covid-19

Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte, cada um deles podendo apresentar intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas. Determinar essas condições significa estabelecer relações entre questões socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais.

O ano de 2020 pauta-se pelo acontecimento de proporções globais da pandemia da Covid-19, nova doença infecciosa causada pelo betacoronavírus SARS-CoV-2, que, desde seu

início, assume nuances de proporções inéditas na história humana. O surgimento e a disseminação do novo Coronavírus em nível internacional vem provocando substancial impacto no mundo onde vivemos.

A doença surgiu pela primeira vez no final de 2019, em Wuhan, na China. A confirmação da circulação do novo Coronavírus e a primeira sequência do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses em 9 de janeiro de 2020. Dois dias depois, em 11 de janeiro, os meios de comunicação chineses divulgaram a primeira morte causada pelo patógeno (WHO, 2020). A partir de 13 de janeiro, iniciou-se a confirmação de sucessivas ocorrências de infecção pelo novo Coronavírus fora da China, sendo o primeiro caso na Tailândia, depois no Japão (16 de janeiro), seguidos por Estados Unidos (21 de janeiro), França (24 de janeiro) e Emirados Árabes (28 de janeiro) (WHO, 2020). Face à velocidade de disseminação, em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a epidemia como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (WHO, 2020).

Em 11 de fevereiro, a nova doença passou a ser chamada de Covid-19, nome escolhido para se evitar que a enfermidade fosse relacionada a um grupo de pessoas, a um país ou a uma região, o que poderia resultar em estigmatização e preconceito. Constatada a rápida propagação da doença, em 11 de março, a OMS passou a considerar a Covid-19 uma pandemia (WHO, 2020). Naquela data, havia cerca de 118 mil casos em 114 países e territórios (HALLAL *et al.*, 2020). Devido a isso, e considerando que a aproximação de indivíduos aumenta o risco de difusão da doença (NSOESIE *et al.*, 2015), medidas de prevenção e tratamento foram adotadas pelos governos de diversos países. Os procedimentos preventivos incluíram a restrição da mobilidade das pessoas e a quarentena obrigatória, visando a evitar sobrecarga no sistema existente de atendimento em saúde (CRODA *et al.*, 2020; HALLO; ROJAS; HALLO, 2020).

Uma característica do vírus é sua alta transmissibilidade, ocorrendo de pessoa para pessoa, por meio de pequenas gotículas respiratórias no ar, ou em superfícies, ou pelo contato próximo (cerca de um metro) com alguém infectado. Os sintomas vão desde febre, tosse, dispneia e fadiga, comprometendo, em maior grau, indivíduos que já apresentam outras comorbidades. Além disso, há casos assintomáticos que dificultam a identificação da doença e o consequente controle de sua transmissão (LAVINSKY *et al.*, 2020; REIS-FILHO; QUINTO, 2020).

De acordo com a OMS (2020), não existia, à época de seu surgimento, quaisquer vacinas ou terapias antivirais efetivas específicas para Coronavírus em geral. Portanto, havia uma necessidade urgente de vigilância, cuidados e outros protocolos que, obrigatoriamente,

deveriam ser seguidos, bem como a união dos esforços para se obter uma resposta positiva no combate ao vírus.

Outros problemas evidenciados consistiam na falta de equipamentos de proteção individual (EPI), testes diagnósticos, unidades de terapia intensiva (UTI), ventiladores mecânicos e outros itens necessários à prevenção e tratamento do novo Coronavírus, resultado da ampliação expressiva da demanda (CRODA *et al.*, 2020). Além disso, devido à maior requisição por recursos financeiros e humanos, havia a tendência para um aumento colateral na mortalidade por outras causas (HALLO; ROJAS; HALLO, 2020). Muitas perguntas ainda necessitavam de respostas em relação ao novo Coronavírus e cada país, dadas as suas particularidades, atuava de forma específica no seu combate. A comunidade científica estudava seu comportamento e as consequências provenientes do contágio. Informações se apresentavam de forma muito dinâmicas e alguns conhecimentos não estavam bem estabelecidos (LAVINSKY *et al.*, 2020). O que se podia afirmar naquele momento é que o mundo vivia uma pandemia que não poderia ser ignorada, dado seu potencial de alterar o modo de vida de toda uma sociedade (REIS-FILHO; QUINTO, 2020).

Com efeito, desde janeiro de 2020 foi constatado um ritmo bastante acelerado no número de trabalhos relacionados à doença, configurando uma corrida científica sem precedentes (TORRES-SALINAS; ROBINSON-GARCIA; CASTILLO-VALDIVIESO, 2020). O desafio imposto aos cientistas, especialmente no início de uma epidemia, é identificar resultados relevantes de pesquisa em um intervalo de tempo ainda curto (GORBALENYA, 2020), quando a disponibilidade de dados epidemiológicos, clínicos e laboratoriais precisos e robustos e em tempo real é fundamental para orientar a tomada de decisões, sobretudo quanto a questões de saúde pública (XU *et al.*, 2020). Logo, exigências de velocidade e eficiência na disseminação dos resultados científicos impuseram um desafio adicional ao sistema de comunicação científica (TORRES-SALINAS; ROBINSON-GARCIA; CASTILLO-VALDIVIESO, 2020; LARIVIÈRE; SHU; SUGIMOTO, 2020).

Tais iniciativas seguem tendências verificadas em outras situações de surto epidemiológico. Estudos que analisaram e quantificaram a resposta da comunidade científica ante outras emergências internacionais de saúde pública, como o SARS, MERS, H1N1, Ebola e Zika, demonstraram que o número de publicações científicas aumentou imediatamente depois da declaração do surto pela OMS (ZHANG *et al.*, 2020; HAGHANI *et al.*, 2020). No caso da Covid-19, não foi diferente. A declaração oficial da pandemia gerou um crescimento sem precedentes de publicações científicas de diversas áreas do conhecimento, cujo volume se duplica a cada 20 dias (BRAINARD, 2020).

Concomitantemente, medidas de distanciamento social, restrições de viagens e de mobilidade urbana, desaceleração de negócios e a própria quarentena impulsionaram a interação pela sociedade em torno de fenômenos ocasionados pela Covid-19 em ambientes, plataformas e ferramentas *online* (CHEN; LERMAN; FERRARA, 2020). É a primeira vez na história da humanidade que uma pandemia pode ser descrita, debatida e investigada em tempo real e *online* pela comunidade científica por meios considerados convencionais (artigos de periódicos), juntamente com mídias sociais (BOETTO *et al.*, 2020).

Mas tal diagnóstico, que em um primeiro momento poderia parecer vantajoso, suscitou ainda mais questões que já estavam em debate sobre como o espaço midiático se transformou e a arquitetura das redes desestruturou padrões de poder antes estáveis, particularmente no âmago de cada campo social, ainda que a lógica comunicativa tenha penetrado toda a gama dos demais campos sociais, fenômeno que será abordado adiante: a midiatização (HJARVARD, 2014).

Por ora, importa esclarecer que, em meio à profusa produção acadêmica sobre a Covid-19 em todo o mundo (MASSARANI; MURPHY; LAMBERTS, 2020), a compreensão das dimensões (des)informativas, tecnológicas, científicas e midiáticas que constitui essa crise sanitária sem precedentes na contemporaneidade, também foi alvo de alerta pela OMS.

Em 15 fevereiro de 2020, a entidade anunciou que estávamos atravessando não apenas uma pandemia, mas também uma infodemia, que representa um sério problema para a saúde pública, já que as pessoas precisam de orientação e informações para saber quais ações devem ser tomadas para proteger a si e aos outros e ajudar a mitigar o impacto de uma doença.

O termo se refere a

um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus (OPAS; OMS; IRIS, 2020).

Segundo a OMS, a infodemia, que se caracteriza como uma superabundância informacional, muitas vezes precisas outras não, dificulta as pessoas a encontrar fontes e orientações confiáveis quando precisam delas, podendo colocar em risco a saúde da população. O excesso de informações, muitas vezes conflitantes, torna difícil encontrar aquelas que são verdadeiramente úteis para orientar as pessoas e pode dificultar a tomada de decisão por

gestores e profissionais da saúde, especialmente quando não há tempo hábil para avaliar as evidências disponíveis. Ademais, o constante bombardeio de informações que alcança as pessoas por diversos meios e mídias (como televisão, rádio, computador, *tablets*, *smartphones*, jornais impressos ou eletrônicos, *blogs*, mídias sociais e aplicativos de conversas) acaba por sobrecarregá-las.

De fato, a divulgação de informações falsas pode trazer consequências desastrosas para indivíduos e comunidades. No Reino Unido, foram compartilhadas massivamente teorias infundadas, que atribuíam à tecnologia de telefonia móvel 5G a responsabilidade pela propagação do novo Coronavírus. Como consequência, pessoas que acreditaram em tal falácia incendiaram quase 100 torres de telefonia móvel e agrediram funcionários das operadoras (JOLLEY; PATERSON, 2020). No Irã, onde circularam notícias falsas de que beber álcool forneceria alguma proteção contra a Covid-19 ou mataria o Coronavírus, mais de 700 pessoas morreram após tomarem álcool de origem desconhecida e contaminado com metanol (SHOKOOHI *et al.*, 2020).

Em julho de 2020, a OMS, reconhecendo a importância de responder à infodemia, promoveu a primeira conferência científica sobre o tema (WHO, 2020). Foram reunidos 110 especialistas que concluíram sobre a necessidade de uma resposta coordenada e multidisciplinar, sendo necessárias ferramentas e intervenções baseadas em evidências. Foram definidos quatro pilares para essa gestão: (1) monitoramento de informações (vigilância); (2) fortalecimento da capacidade de alfabetização em saúde digital e ciência; (3) incentivo a processos de aprimoramento da qualidade das informações, como verificação de fatos e revisão por pares; e (4) tradução precisa e oportuna do conhecimento, minimizando fatores de distorção, como influências políticas ou comerciais.

Junto a esses princípios, a OMS (2020) definiu cinco áreas de ação: 1) fortalecer evidências e informações; 2) simplificar e explicar o que é conhecido, verificar os fatos e lidar com a desinformação; 3) amplificar mensagens e alcançar as comunidades e indivíduos que mais precisam das informações; 4) quantificar e analisar a infodemia, incluindo fluxos de informação, monitorar a aceitação das intervenções de saúde pública e avaliar os fatores que afetam o comportamento em níveis individual e populacional; e 5) fortalecer os sistemas de gestão da infodemia em emergências de saúde (WHO, 2020).

As estratégias de formulação de políticas estão articuladas em “evidências científicas de caráter transcultural como critério de justificação e intervenção sobre os sistemas nacionais de saúde, sobretudo entre os países pobres e em desenvolvimento” (MATTA; MORENO, 2014, p. 10). Dessa maneira, a saúde global pode ser compreendida como um “construto social do

campo científico e político em busca de estabilidade para impor-se como um novo paradigma na arena político-sanitária internacional” (MATTA; MORENO, 2014, p. 10).

Assim, instituições científicas, cientistas e divulgadores de ciência, políticos, organizações governamentais e não governamentais e uma sorte de atores que, muitas vezes, vão de encontro ao conhecimento científico disputam o espaço digital na disseminação de narrativas sobre a ciência. Ainda de acordo com o relatório da OMS (2020), embora a infodemia seja um grande desafio para a resposta ao surto, deve ser vista como uma oportunidade de identificar e adaptar novas ferramentas tecnológicas de difusão de informações e combate às teorias conspiratórias em futuras crises sanitárias.

No entanto, os desafios para produzir respostas efetivas frente a essa profusão informacional exigem um grande trabalho multidisciplinar e em conjunto com vários setores da sociedade, buscando uma compreensão ampla sobre o tópico para entender as disputas inerentes à circulação da informação relacionada à ciência e as implicações sociais, culturais, políticas e jurídicas no enfrentamento à desinformação.

No Brasil, as divergências em torno da adoção de medidas de prevenção originaram uma série de controvérsias políticas, engendrando profundas contradições na governança do problema e impossibilitando um direcionamento consistente para impedir que, em poucos meses, o país registrasse uma centena de óbitos decorrentes da contaminação pelo SARS-CoV-2. É o que será tratado a seguir.

2.2 O contexto da pandemia no Brasil

No Brasil, o ambiente político influenciou toda a condução das medidas para o combate à pandemia. Foi um dos países mais atingidos pela doença e conviveu com um intenso debate acerca dela, sobretudo pela postura do Governo Federal. O então Presidente Jair Bolsonaro (PL) manifestou forte oposição às medidas sanitárias recomendadas pela OMS, em uma disputa de conceitos, narrativas e ideias que colocaram o clima político em efervescência. Desde a chegada do vírus, manteve um discurso no qual minimizava a gravidade da doença e afirmava que a economia não poderia parar para conter uma possível epidemia no país.

No contexto da emergência do Sars-CoV-2 no Brasil, os agenciamentos e atravessamentos com uma conjuntura política e econômica pautada pela austeridade, pela minimização dos direitos e políticas de proteção social, geraram uma crise humanitária de proporções alarmantes. O Brasil não explorou os potenciais do seu sistema público de saúde e de uma comunidade

científica forte e internacionalizada, vantagens estratégicas para a resposta a uma pandemia como esta (BUENO; SOUTO; MATTA, 2021, p. 35).

As ações de monitoramento da situação epidemiológica tiveram início em 22 de janeiro de 2020 com a ativação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o Novo Coronavírus. Essa estratégia está prevista no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde (MS). A partir de então, foram publicados boletins periódicos sobre o avanço da Covid-19, diretrizes e recomendações de gestão dela em território nacional em consonância com a OMS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Desde janeiro de 2020, o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, realizava entrevistas coletivas para apresentar à população a situação do novo vírus e esclarecer dúvidas. Esses encontros se intensificaram em fevereiro, principalmente depois da primeira notificação de Sars-CoV-2 no país. O Carnaval ocorreu sem interrupções e o Brasil registrou recorde de movimentação de pessoas em 2020 nas principais cidades carnavalescas, como o Rio de Janeiro (BRITO, 2020). Foi durante a quarta-feira de Cinzas, em 26 de fevereiro, que o país detectou o primeiro caso: um homem branco, de 61 anos, que havia voltado de viagem da Itália para a cidade de São Paulo.

A essa altura, Luiz Henrique Mandetta, ao seguir as orientações da OMS, veio a público esclarecer a importância das medidas de distanciamento social e quarentena, além de reforçar o papel do seu Ministério como *locus* de informação fidedigna sobre a doença. Para Henriques e Vasconcelos (2020, p. 49), essas ações e declarações demonstram que “havia intenção de agir com transparência, informações atualizadas e fundamentação técnica na coordenação da resposta nacional”. No entanto, já se detectavam sinais que apontavam para indefinições e mudanças de posição do Governo Federal, como o fato de as ações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde permanecerem enquanto recomendações e não tornadas obrigatórias.

A primeira vítima confirmada foi de uma mulher, de 57 anos, que estava internada em um hospital municipal da capital paulista, no dia 12 de março (VERDÉLIO, 2020). Com a confirmação das primeiras mortes, em 18 de março a Câmara dos Deputados aprovou um decreto legislativo (BRASIL, 2020) para reconhecer o estado de calamidade pública no país, permitindo expansão de gastos no enfrentamento da pandemia.

A posição do ministro ao discurso da OMS entrou em conflito com o Presidente Jair Bolsonaro (PL), cuja postura era minimizar a gravidade da doença, desqualificar as mortes e sustentar que as medidas de quarentena e fechamento do comércio e indústrias seriam um suicídio econômico. Além disso, alguns setores do Governo insistiam, o que permanece até os

dias atuais, em um tratamento precoce para a doença (BRASIL, 2020), com foco na hidroxicloroquina (usada para tratar malária), em um contexto peculiar de descompasso entre conhecimento técnico-científico e negação desse modelo enquanto fato relevante.

Mandetta foi exonerado e substituído, ainda em abril de 2020, por Nelson Teich, médico oncologista, que também se recusou a assinar o protocolo da hidroxicloroquina. Ficou um mês no cargo e pediu para sair, sendo o Ministério da Saúde ocupado, na sequência, por Eduardo Pazuello, general da ativa e especialista em logística. Após quatro dias da sua posse, o órgão passou a recomendar a hidroxicloroquina para casos leves.

Essa instrumentalização política da saúde por parte do Governo é identificada por muitos especialistas como a principal medida que levou o país a ser considerado o epicentro da pandemia de Coronavírus (BARRUCHO, 2020). As medidas governamentais, que levaram à subnotificação de casos, baixos índices de testagem, pouca clareza e coordenação de esforços em níveis federal, estadual e municipal sobre as melhores práticas de contenção; se creditam à postura do Presidente Jair Bolsonaro (PL) na disseminação de informações falsas e desqualificação da seriedade da doença. Somaram-se a esse contexto questões já há muito sabidas sobre algumas fragilidades do sistema de saúde pública e proteção social no país.

Frente à postura do Estado brasileiro, governadores e prefeitos tomaram a frente de mobilização e decisão política sobre como lidar com a pandemia em seus territórios de competência, sobrepondo-se à prerrogativa da União de atuar como um articulador nacional de ações num contexto de ameaça sanitária em todo o país.

A partir de 11 de março, governadores e prefeitos decretaram medidas de isolamento, fechamento de escolas, quarentena voluntária (BRASIL, 2020), antecipação de feriados e férias escolares. A iniciativa privada também adotou o *home office* em postos de trabalho compatíveis. No final de abril, o Brasil já ocupava a 11ª posição no *ranking* de países com maior número de casos confirmados e de mortes. Em 7 de agosto, o país atingia a marca de 100 mil óbitos por Covid-19 notificados (BRASIL, 2020).

Seguindo a orientação do chefe de Estado, Pazuello adotou medidas muito criticáveis na condução da pandemia, como o lançamento do aplicativo TrateCov (BRASIL EM DIA, 2021), que estimulava o uso da hidroxicloroquina. Também foram marcantes as acusações sobre a atuação ministerial no caso da falta de oxigênio nos hospitais manauaras em janeiro de 2021, levando a mortes e transferências arriscadas de doentes para outros Estados.

Além disso, não houve coordenação e orientação claras sobre os papéis da atenção primária e dos níveis secundários de atenção à saúde, fragilizando a resposta dos sistemas de saúde à pandemia. O mesmo aconteceu em relação ao atendimento de casos graves, em que

muitos hospitais de campanha com leitos de UTI foram abertos ao mesmo tempo em que havia inúmeros leitos desativados por falta de equipamentos e recursos humanos. Além disso, a demora na montagem dos hospitais de campanha não acompanhava o percurso da doença, o que resultava também em leitos vazios (BUENO; SOTTO; MATTA, 2021).

Foram vários episódios emblemáticos da relação do Presidente da República e sua explícita política de desqualificação do número de mortos e infectados pela Covid-19. Em um deles, Bolsonaro declarou estar contaminado com Covid-19, em julho de 2020, e durante seu período de isolamento, postou fotos com as caixas do medicamento performando algumas cenas, como a que mostra a caixa do remédio para as emas nos jardins do Palácio da Alvorada (UOL, 2020).

A crise sanitária, que culminou em um número expressivo de mortes no Brasil, gerou uma série de tensões políticas. A principal delas foi a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Senado Federal, ocorrida no dia 27 de abril de 2021. Os parlamentares investigaram se houve omissões e irregularidades nas ações do Governo Federal no enfrentamento à pandemia. O grupo, formado por maioria de oposição, foi constantemente atacado e questionado pelo então Presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores.

Para tentar entender como foi possível ao Brasil chegar a uma situação que pode se caracterizar como de completo descontrole da pandemia de Covid-19, com milhares de mortes, Caponi (2020) enumera três questões que antecedem à emergência sanitária, mas que se agravaram no contexto da crise provocada pelo Coronavírus. São elas: questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico, questões ético-políticas vinculadas aos direitos humanos e estratégias biopolíticas vinculadas à razão neoliberal.

Com relação ao primeiro ponto, a autora recorda que, já na campanha presidencial, Bolsonaro (PL) apresentou algum desprezo por universidades públicas e pesquisas científicas, além de contribuir para a disseminação de teses sem respaldo científico, como a ideologia de gênero.

Caponi (2020) sustenta que a imposição de medidas sanitárias e com potenciais riscos indica um flagrante desrespeito aos direitos humanos, porque assemelha os usuários a cobaias em uma espécie de “estado de exceção”. A razão neoliberal é percebida num contexto de desmanche da proteção social em favor de uma responsabilização individual do sujeito. O Governo de Jair Bolsonaro (PL), embora tenha estabelecido um auxílio emergencial em meio à pandemia, a exemplo de várias nações do mundo, sempre colocou a perspectiva econômica numa medida de legalidade operacional mais do que de proteção social. Para ajudar o trabalhador, o Governo deveria permitir que este trabalhasse e não necessariamente ofertar um

suporte econômico para que cumprisse medidas de distanciamento social.

2.3 A ascensão de Bolsonaro e o negacionismo como política de governo

Este item aborda eventos recentes da política brasileira marcados pela ampla aceitação do espectro da extrema direita⁹ que ronda o país, cujo representante mais destacado é Jair Bolsonaro (PL), ator central na condução da pandemia. Para entender como o político alcançou o *status* de líder máximo da nação, a partir das eleições de 2018, é preciso retomar o início da década de 2010, que registrou profundas mudanças no cenário político mundial, quando a ascensão do nacional-populismo (EATWELL; GOODWIN, 2020) reconfigurou as fronteiras ideológicas de vários países, sobretudo do Ocidente.

Discursos nacionalistas, associados a posturas consideradas xenófobas, racistas e conservadoras, fizeram com que partidos de extrema direita conquistassem espaços nos parlamentos, ganhassem o Executivo em algumas nações ou obtivessem grande relevância no debate político. Para alguns estudiosos, o fortalecimento desse polo de pensamento representa uma crise da democracia (CASTELLS, 2017) ou, de maneira mais densa, uma ameaça à democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

No Brasil, o aparecimento da “nova direita” ou da extrema direita está relacionado a um conjunto de variáveis. Desde 2013, começou a emergir no cenário político um debate pautado em aspectos ideológicos, que associavam o Partido dos Trabalhadores (PT), no poder desde 2002, ao comunismo e a referências aos possíveis males que poderiam advir dessa alegada relação. Desde os escândalos políticos conhecidos como “Mensalão” e “Lava Jato”¹⁰, o combate à corrupção parece ser uma versão com forte tendência unificadora dos interesses de forças

⁹ A noção de extrema direita [*extreme-right*] empregada neste texto segue a linha de argumentação apresentada na obra de Cus Mudde (2000): *The ideology of the extreme right*. Segundo afirma o autor, as perspectivas políticas de extrema direita vão além das perspectivas que defendem o liberalismo econômico e o livre mercado como melhor modelo para uma sociedade. Elas se definem por defender “o pensamento de lei e de ordem, [...] o aumento do uso da força policial como solução para a violência” (MUDDE, 2000, p. 11), o anticomunismo, o antiparlamentarismo, o antipluralismo, o racismo e a xenofobia. Trata-se, sugere o autor, de um conjunto de características “antidemocráticas” (MUDDE, 2000, p. 72). Claro que existem outras abordagens sobre essa questão, porém não cabe debatê-las nos limites deste texto.

¹⁰ Mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político, entre 2003 e 2004, organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao Governo Lula no Congresso. Segundo o Ministério Público, cerca de 141 milhões de reais foram movimentados entre empréstimos bancários e recursos desviados de contratos com o setor público. A Operação Lava Jato, da Polícia Federal, investigou um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos, de 2004 a 2012. Estima-se que o esquema tenha movimentado cerca de 10 bilhões de reais (SOUZA, 2015).

judiciárias, políticas e midiáticas e serviu de mote para o enfraquecimento da coalização que mantinha o PT no poder.

Enquanto essa perspectiva crescia em presença e importância no debate nacional, o então deputado federal Jair Bolsonaro ocupava espaços, inclusive na mídia televisiva (PIAIA, 2018), elencando pautas de costumes conservadoras e que se contrapunham ao que ele nomeava como agendas de esquerda.

Consonante a isso, ainda de modo difuso, o embate político foi marcado por eventos históricos de grande repercussão e que solidificaram a derrocada da presença petista no poder, o descrédito para com a classe política em geral e o fortalecimento da direita. São eles: as Jornadas de Junho de 2013, as manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff (2015-2016), o *impeachment* de Dilma Rousseff (em 2016) e, finalmente, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

As manifestações de junho de 2013 foram marcadas por diversos protestos pelo país que, inicialmente, surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas capitais, como em São Paulo. Os manifestantes se opunham ao aumento do preço das passagens de ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Aos poucos, a pauta foi se ampliando. Eram escritas diversas frases em cartazes – “não é por R\$ 0,20 centavos”-, deixando claro que a reivindicação extrapolava a pauta inicial. O movimento se federalizou e as consequências recaíram sobre Dilma, que ainda no primeiro mandato viu sua popularidade despencar para 27% (FERNANDES, 2015).

Já a eleição presidencial de 2014 foi marcada pela polarização entre o PT e o PSDB, da qual Dilma saiu vitoriosa¹¹. Desde o início de seu segundo mandato, em janeiro de 2015, a então Presidente conviveu com ameaças de uma ação de *impeachment*. Em um primeiro momento, ela estaria baseada em denúncias de financiamento de campanha com recursos oriundos de corrupção. As acusações partiram de empreiteiros capturados pela Operação Lava Jato. Contudo, o processo de impedimento teve início por suposto crime de responsabilidade, a partir de pedido protocolado na Câmara dos Deputados, em 17 de setembro de 2015, pelos juristas Miguel Reali Jr., Hélio Bicudo e Janaina Pascal.

O reforço à tese de *impeachment* por crime de responsabilidade veio com o anúncio da reprovação das contas públicas de 2014 pelo Tribunal de Contas da União, em 7 de outubro de 2015. Em 21 de outubro, os mesmos juristas apresentaram outro pedido de *impeachment*, apoiado em decretos presidenciais que aumentavam as despesas do Governo sem a devida

¹¹ Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu Aécio Neves, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), por 51,64% a 48,36%.

aprovação pelo Congresso. Os pedidos dos juristas não foram os únicos, mas representavam os de maior apelo político e serviram aos interesses do então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), que estava sendo julgado no Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro parlamentar (FERNANDES, 2015).

A título de antecedente político, Fernandes (2015) destaca que a vitória de Dilma nas urnas representava, para a base aliada da ex-Presidente, a possibilidade de o Poder Executivo exercer maior controle sobre a Lava Jato, com o cerceamento das ações do Ministério Público e da Polícia Federal. Todavia, a ampliação do número de envolvidos no esquema de corrupção provocou uma fissura na coalizão governista. Nesse contexto, prevaleceu um ambiente de batalha política entre o Congresso Nacional e o Planalto. Liderados pelo ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB), então Presidente da Câmara, e pelo senador Renan Calheiros (MDB), Presidente do Senado, congressistas passaram a impor uma série de derrotas nas votações das emendas do Governo, transformando a abertura do *impeachment* em elemento de chantagem e barganha política. Além do enfraquecimento político da ex-Presidente no âmbito do Congresso Nacional, outros fatores contribuíram para que o andamento da ação ganhasse força. Contou, também, a crise econômica, motivo de insatisfação de parcela da população e da classe empresarial.

Na mesma linha, Santos (2017) aponta que o processo de *impeachment* de Dilma foi decorrente de uma articulação da direita, que já vinha se organizando desde as Jornadas de Junho de 2013. A situação agravou-se com a política de ajuste fiscal do governo da petista e com a saída do MDB e dos partidos da base aliada, o que intensificou a sua queda de popularidade. Michel Temer (MDB), que já estava ocupando interinamente a Presidência, assumiu definitivamente o cargo e Dilma foi destituída, mantendo, porém, os direitos políticos.

Martins *et al.* (2021) lembram que as eleições presidenciais de 2018 ocorreram em um contexto de desgaste da imagem de partidos tradicionais e lideranças políticas, ruptura de alianças, mudanças na legislação eleitoral e crescente uso estratégico da internet nas campanhas. Os escândalos de corrupção intensificados pela Operação Lava Jato, o *impeachment* da Presidente Dilma, a prisão do ex-Presidente Lula (ocorrida em 06 de abril de 2018) e os áudios vazados do então Presidente Michel Temer (MDB) e do senador tucano Aécio Neves (PSDB), ocorridos em maio de 2017, contribuíram para uma imagem negativa desses partidos de grande tradição na disputa nacional, como PT e PSDB. De certo modo, contribuíram ainda para acirrar o desgaste e descrença na política, alavancando a candidatura de Jair Bolsonaro, a época filiado ao Partido Social Liberal (PSL), que ingressou na disputa com discurso antissistema.

A sua vitória em 2018 seguiu o padrão de mobilização eleitoral das campanhas da extrema-direita ocorrido nos EUA e na Europa desde 2016. As pautas são parecidas, assim como a reverência ideológica. A campanha bolsonarista expressava em seus discursos contra a suposta corrupção generalizada do PT, uma narrativa contra o comunismo: um antiesquerda como solução do caos social. Bolsonaro afirmava ser um político antissistema, embora tivesse mais de 30 anos de política institucional.

A campanha bolsonarista incorporou a “onda” antipetista e se colocou como alternativa a essa suposta corrupção do PT e da esquerda. Nas pesquisas de Solano (2019, p. 14), desde 2015 eleitores já diziam que Bolsonaro é um “político diferente”:

Uma das questões que com mais insistência aparecem nas entrevistas como legitimadoras do voto em Bolsonaro é que ele representaria – alguém diferente –, um *outsider* e, mais ainda, um antissistema, alguém capaz de enfrentar uma lógica política totalmente corrompida.

Leonardo Avritzer (2020, p. 19) definiu a estratégia de Bolsonaro como antipolítica, entendendo-a como “a reação à ideia de que instituições e representantes eleitos devem discutir, negociar e processar respostas a temas em debate no país. A antipolítica constitui uma negação de atributos como a negociação ou a coalizão”. Para o autor, a suposta luta anticorrupção teria sido decisiva para isso. Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, Marcos Nobre (2020, p. 23) observou que “não é acaso que a tática de Bolsonaro tenha envolvido sempre uma recusa de governar”.

Para Nobre (2020), ao ganhar as eleições como candidato *outsider*, Bolsonaro se tornou refém daquela condição e converteu a guerra contra o sistema político e suas instituições em estratégia de governo, fazendo do caos o seu método ao se apresentar como a solução para os problemas que ele mesmo cria. A negação da política como estratégia de governo é mais um aspecto propriamente novo e desconcertante do bolsonarismo, movimento que não apenas se apresenta publicamente como antipolítico e antissistêmico, como atua de maneira a fazer com que elementos centrais à democracia assumam efeitos antidemocráticos sem, contudo, romper, definitivamente, com a própria democracia.

Ao se apresentar como um político que nega o sistema político, Bolsonaro pôde introduzir em seus discursos diversas teses antidemocráticas. Como elas são proferidas no interior mesmo do jogo democrático, são frequentemente entendidas como cortina de fumaça ou como retórica desprovida de consequências políticas mais graves.

Um rápido levantamento das declarações políticas de Bolsonaro (CARTA CAPITAL, 2018) mostra a persistência de suas convicções antipolíticas, antissistêmicas e antidemocráticas. Dentre as afirmações pelas quais visa a negar a política, defender teses negacionistas quanto à história política nacional ou apresentar-se como externo ao sistema político, têm-se as seguintes declarações recentes:

‘Tá na cara que estou sendo um problema para o sistema, não é para esse partido ou aquele, é para o sistema’ (2018); ‘Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor’ (2018); sobre os assassinatos e torturas perpetrados pela ditadura militar, afirmou: ‘Errar, até na sua casa, todo mundo erra. Quem nunca deu um tapa no bumbum do filho e depois se arrependeu? Acontece’ (2018). Dentre algumas de suas muitas declarações de cunho claramente antidemocrático, podem-se mencionar os seguintes exemplos: ‘Costumo dizer que não falo o que o povo quer. Sou o que o povo quer’ (2016); ‘Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade’ (2019); ‘Preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão. O sentido da cadeia não é ressocializar, mas tirar o marginal da sociedade’ (2017); ‘Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria’ (2018); ‘Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre’ (2018); ‘Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem’ (2017) (CONSTANTINO; COSTA; EIRAS, 2020, *online*).

Finalmente, são apresentados alguns exemplos de declarações, nas quais Bolsonaro apela a vagos ideais democráticos e os direciona contra as práticas e valores da democracia:

‘A arma de fogo, mais do que garantir a vida de uma pessoa, garante a liberdade de um povo’ (2018); ‘Se eu quiser entrar armado aqui, eu entro’ (2016); ‘Estamos com um governo que respeita a família. E para quem tem qualquer dúvida: parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição. Vamos ler lá o que é família. Quando alguém mudar a Constituição, eu falo das outras famílias’ (2019) (FONSECA, 2020, *online*).

O negacionismo é um fenômeno social não apenas porque implica a produção e difusão em massa de teses controversas em relação a consensos científicos validados, mas também porque teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas. Simultaneamente, o negacionismo é um fenômeno político porque, na maioria das vezes, está associado com a extração de vantagens por parte de grupos econômicos interessados em negar ou questionar teses e conhecimentos científicos. Isso ocorre, sobretudo, quando tais

conhecimentos inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos. Como afirmou Tatiana Roque (2020), “como era impossível negar o aquecimento global antrópico, a única saída era travesti-lo de controvérsia”.

O negacionismo tende a se intensificar e a se multiplicar no mundo todo no contexto contemporâneo da pós-verdade, caracterizado como aquele “ambiente em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública” (BUCCI, 2019, p. 47). O fenômeno da pós-verdade está diretamente relacionado com a crise de autoridade que abalou a confiança da população nos mediadores tradicionais, particularmente a mídia, que estabelecia a comunicação entre cientistas, poder público e as pessoas.

Esse assunto será tratado mais detalhadamente nos capítulos seguintes. Interessa, no momento, a título de contextualização do cenário brasileiro, que, com a intensificação do uso das redes sociais, tornou-se fácil e rotineiro descartar a verdade factual (BUCCI, 2019), produzida a partir de critérios compartilhados e avalizados consensualmente; e multiplicando-se as mentiras, os boatos e as informações fraudulentas (*fake news*), por meio de uma comunicação direta, simples, acessível e fortemente carregada de aspectos emocionais, os quais transformam o receptor em um agente disseminador da desinformação. Segundo Eugênio Bucci (2019, p. 49):

Nas redes sociais, diferentemente do que acontecia na televisão ou no cinema, a propagação das mensagens depende diretamente da ação das audiências, nas quais o desejo leva vantagem sobre o pensamento. Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções, quaisquer emoções, ‘positivas’ ou ‘negativas’.

Vilela e Selles (2020, p. 1.725), em artigo que debate questões do negacionismo, afirmam que, no Brasil,

[...] a negação de conceitos e teorias consensualizados pela ciência passou a ganhar força e visibilidade, sobretudo a partir da ascensão mundial do conservadorismo de ultradireita. Tal fenômeno emerge recrudescido com o advento da internet e das redes sociais que agregam e fortalecem grupos identitários e o consumo acrítico de desinformação.

Nesse movimento, a defesa de crenças desprovidas de uma base evidencial vem alcançando dimensões preocupantes, implementadas pelo Governo Bolsonaro, sobretudo porque acaba por impactar políticas públicas, como a negação das queimadas na Amazônia, ao desprezo sobre as perdas do incêndio do Museu Nacional, à censura à divulgação de dados de

pesquisas de instituições consagradas, à promoção de aglomerações da população em meio a uma pandemia de um patógeno altamente contagioso, ao desprezo sobre recomendações de organismos internacionais de saúde e meio ambiente para manutenção da vida e ao corte de recursos que viabilizam o desenvolvimento científico no país.

No estudo desenvolvido por Vilela e Selles (2020, p. 1724), são elencadas manchetes reais de recentes reportagens da grande mídia, que evidenciam como o negacionismo pauta as políticas públicas do Governo Bolsonaro:

Pesquisador recebe homenagem da Assembleia do MS após estudos científicos sobre formato da Terra [...] Dentre as pesquisas, destacam-se descobertas recentes sobre o formato da Terra, apontando que ela não é esférica e sim convexa¹². Mudanças climáticas não são causadas pela ação humana, diz presidente de Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso¹³. Ex-diretor do INPE, exonerado por divulgar dados de desmatamento, aparece na lista da prestigiada revista científica Nature, ao lado de outros nove nomes¹⁴. Pesquisas mostram que 13% dos brasileiros desconfiam em algum grau da imunização¹⁵. Bolsonaro distorce publicação e acusa OMS de incentivar masturbação e homossexualidade em crianças¹⁶. Governo censura pesquisa da FIOCRUZ sobre uso de drogas no Brasil¹⁷. Bolsonaro volta a criticar IBGE e diz que desempregados são mais de 12 mi¹⁸. Ministro da Educação diz que universidades federais plantam maconha¹⁹.

No que se refere à pandemia, esse negacionismo se traduz na aceitação de intervenções sem validação científica, como a divulgação e exaltação de uma terapêutica de eficácia não comprovada e com efeitos colaterais extremamente sérios, a exemplo da cloroquina; ou a defesa de uma estratégia de intervenção que contraria a posição da OMS, denominada por Bolsonaro como “isolamento vertical”. Trata-se, de fato, de duas estratégias solidárias, pois, existindo uma “bala mágica” que permita um suposto tratamento eficaz, não haveria motivos para continuar mantendo a quarentena (LOWY; BERLIVET, 2020).

Bolsonaro estruturou sua narrativa durante a pandemia com a exaltação do trabalho, da virilidade, da necessidade de produzir para não deixar o país quebrar e do patriotismo de quem não se deixar abalar por um vírus. As falas em discursos oficiais, vídeos em redes sociais ou entrevistas à imprensa davam conta de que o Brasil foi o país mais bem preparado contra a

¹² Terra Notícias (2018).

¹³ Shalders (2019).

¹⁴ Veja (2019b).

¹⁵ Veleda (2020).

¹⁶ Castro (2020).

¹⁷ Portal G1 (2019).

¹⁸ Veja (2019a).

¹⁹ Estadão Conteúdo (2019).

pandemia, com mais pessoas recuperadas, de que o vírus foi fabricado pelos chineses, que é somente uma gripezinha, a indicação de uso da cloroquina e falas negligentes como “e daí, quer que eu faça o quê”, “todo mundo vai morrer”, “cobre os governadores” e “quem fica em casa é maricas” (VILELA; SELLES, 2020, p. 1731).

O comportamento apresentado por Bolsonaro se alinha ao neoliberalismo, que privilegia a autonomia do indivíduo como símbolo da liberdade e mantém todas as estruturas da vida social à mercê dos interesses econômicos, eliminando, paralelamente, outras formas de pensamento político. Desde o final dos anos 1980, essa corrente de pensamento vem exercendo influência direta na forma de governabilidade no cenário político e econômico brasileiro. A desregularização e a privatização são fundamentos intrínsecos dos discursos de governos ditos liberais, como ocorreu na breve passagem de Fernando Collor (1990-1992), seguido por Itamar Franco (1992-1994) e, posteriormente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) (SALLUM JR, 1999). Entretanto, desde o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff, que deu lugar a Michel Temer (2016-2018), observa-se o avanço de uma configuração mais agressiva desse pensamento (GIROUX, 2004).

Seguindo essa lógica, o então Presidente Jair Bolsonaro (PL) passou a defender a abertura de todos os setores do comércio, com a justificativa de que “o país não vai pra frente, vai complicar a vida de muita gente. Quanto mais desemprego, mais violência” (CNN, 2020). Para o mandatário, a crise estabelecida pela pandemia não deve interferir nas atividades econômicas, mesmo que pessoas sejam colocadas em contato com o vírus. O mercado deve construir caminhos para que a produção da estrutura capitalista continue de maneira acelerada sem sofrer interferências externas. Com isso, a austeridade fiscal deve permanecer como política central nas decisões da instância executiva. Agindo assim, como representante dos interesses neoliberais e da extrema direita, reproduz com clareza um modelo de Estado baseado na lógica da competitividade e do mercado:

A crise do coronavírus sintetiza todos os limites do capitalismo globalizado e a perversidade neoliberal: uma política de destruição, inclusive da vida. Considera-se o neoliberalismo em suas múltiplas interfaces: econômica, através do processo de globalização e financeirização da economia, constituindo um novo padrão de desenvolvimento – a acumulação flexível, que tem na precarização do trabalho uma dimensão central; política, com o enfraquecimento das instituições democráticas e dos Estados Nacionais, estabelecendo novas estruturas de poder entre as classes; social, com o aumento das desigualdades, através de um processo inédito de concentração de riqueza e propriedade e de suspensão das políticas de redistribuição de renda; e ideológico, como uma nova ‘racionalidade’, hegemônica pelos valores do empreendedorismo, da concorrência e da ‘mercantilização da vida’,

que passam a pautar a conduta de todas as classes – dominantes e dominadas (DRUCK, 2021, p. 12).

Diante dos fatos, os discursos de Bolsonaro tomaram o atalho do negacionismo que, para Camargo e Coeli (2020, p. 2), apresenta cinco características, todas observadas ao longo das discussões públicas sobre a pandemia no Brasil: 1) identificação de conspirações; 2) uso de falsos *experts*; 3) seletividade, focalizando artigos isolados que contrariam o consenso científico (*cherry-picking*); 4) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e 5) uso de deturpações ou falácias lógicas.

A crise da Covid-19 não foi uma circunstância que pegou o Governo desprevenido, forçando-o a recorrer a declarações histriônicas para encobrir sua incapacidade de afrontar o problema ou simplesmente para ganhar tempo. Marcos Nobre (2020, p. 8) observou que, desde o início de março de 2020, Bolsonaro havia sido informado pelo Gabinete de Segurança Institucional quanto à gravidade do problema que se anunciava, o que não o impediu de “ir a uma manifestação contra o Congresso e contra o STF no dia 15 de março ou de fazer o famoso pronunciamento [...] em cadeia de rádio e TV do dia 24 de março”, no qual classificou a contaminação por Covid-19 como ‘gripezinha’ e ‘resfriadinho”.

O pronunciamento pode ser considerado um dos episódios mais emblemáticos, sendo capaz de gerar um fator político capaz de consolidar uma atmosfera de desestabilização na gestão da pandemia. A transmissão do pronunciamento ocorreu em cadeia nacional de rádio e televisão às 20h30min.

O discurso já revelava pistas de como seria a condução da pandemia pela gestão federal à revelia das orientações estabelecidas pela OMS. É possível identificar, segundo Cezar e Maciel (2021), passagens que encontram amparo nos discursos circulantes na infodemia da Covid-19. Os autores se basearam em estudos de Posetti e Bontcheva (2020) desenvolvidos junto à Unesco, com o objetivo de decifrar a desinformação circulante sobre a pandemia, identificando nove temas-chave, a saber: 1) origem e propagação do vírus e da doença; 2) estatísticas falsas e enganosas; 3) impactos econômicos; 4) desacreditar jornalistas e a imprensa; 5) ciência médica; 6) impactos sobre a sociedade e o meio ambiente; 7) politização da pandemia; 8) fraudes econômicas; e 9) desinformação envolvendo celebridades.

Durante o pronunciamento, são pontuadas estatísticas falsas e enganosas quando se refere às taxas de incidência de mortalidade e sobre os impactos econômicos e a incompatibilidade das medidas de prevenção adotadas com a economia:

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine [...] O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade (CANAL TV BrasilGOV, 2020, *online*).

Em outro trecho, Jair Bolsonaro (PL) desinforma a população ao se referir aos sintomas, diagnósticos e tratamento, desacreditando os posicionamentos já articulados pela ciência médica à época e tomando como base a sua própria experiência e condição: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” (CANAL TV BrasilGOV, 2020, *online*).

Há, também, passagens com o objetivo de desacreditar a mídia ao fazer ataques que objetivam gerar desconfiança nas informações desses meios: “O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País” (CANAL TV BrasilGOV, 2020, *online*).

O posicionamento sobre as medidas de isolamento social para contenção do contágio também foi sinalizado no pronunciamento quando Bolsonaro se utiliza de informações falsas sobre abastecimento de insumos, medidas de isolamento e meio ambiente: “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa” (CANAL TV BrasilGOV, 2020, *online*).

Passados seis meses desde a chegada do vírus ao Brasil, o *site Aos Fatos*, que checa a veracidade das declarações presidenciais, contabilizou 653 declarações falsas ou distorcidas de Bolsonaro sobre a pandemia e sobre as ações adotadas pelo Governo no seu enfrentamento, totalizando uma média de três informações enganosas por dia sobre o assunto entre 11 de março e 11 de setembro de 2020 (RIBEIRO; CUNHA, 2020).

De maneira mais geral, Bolsonaro pronunciou 1.417 frases em que abordou o tema da pandemia, sendo que os alvos prioritários de suas afirmações, visando a promover confusão, dúvida e desinformação entre os cidadãos brasileiros, foram a defesa do uso da Cloroquina, a crítica à OMS e às suas recomendações sanitárias e os ataques políticos ao Supremo Tribunal Federal, aos governadores de Estado e aos prefeitos, sendo estes agentes acusados de impedir o Presidente de agir para conter a pandemia. Ele também proferiu conhecidas teses negacionistas com relação à imunidade de rebanho, repetindo exaustivamente que os brasileiros

somente estariam protegidos da infecção depois que uma porcentagem entre 60%-70% da população tivesse sido contaminada.

Segundo o levantamento do *site* (RIBEIRO; CUNHA, 2020), essa narrativa foi enunciada por 34 vezes, a fim de desacreditar a importância do isolamento social como forma preventiva eficaz de contenção da pandemia, medida que foi imediatamente politizada segundo o argumento de que seria desnecessária, ineficaz, geraria pânico e, finalmente, agravaria a crise econômica, com o que se pretenderia desestabilizar o Governo Federal. Bolsonaro foi também o principal defensor do uso da Cloroquina no *Twitter*, repetindo a informação de que o medicamento seria eficaz por 21 vezes.

Em nove ocasiões, afirmou que a Cloroquina seria o único tratamento existente contra a Covid-19, ao passo em que noutras 11 vezes admitiu não haver comprovação científica de que o medicamento fosse eficaz, apostando, entretanto, que melhor seria fazer uso dele do que não o fazer. Como diversos negacionistas, Bolsonaro fundamentou suas afirmações em estudos médicos observacionais, considerados de menor confiabilidade, bem como se amparou na sua própria experiência individual como usuário do medicamento. Considere-se, finalmente, que as declarações negacionistas de Bolsonaro quanto à pandemia foram feitas em *lives* e entrevistas divulgadas nas redes sociais, alcançando com rapidez milhões de cidadãos e multiplicando seu impacto de maneira exponencial.

Os autores da reportagem do *site Aos fatos* fizeram um apanhado significativo das declarações negacionistas de Bolsonaro sobre a pandemia e sobre as maneiras de lidar com os riscos da doença:

‘Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar’ (20.03.20); ‘Não estou acreditando nesses números’ (27.03.20); ‘Eu desconheço qualquer hospital que esteja lotado’ (02.04.20); ‘Esse vírus é igual a uma chuva, vai molhar 70% de vocês’ (03.04.20); ‘Cada vez mais o uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz’ (08.04.20); ‘Parece que está começando a ir embora a questão do vírus’ (12.04.20); ‘Não tem que se acovardar com esse vírus na frente’ (18.04.20); ‘É uma neurose. 70% da população vai pegar o vírus’ (09.05.20); ‘*Lockdown* não dá certo’ (14.05.20); ‘O pessoal que reclama da cloroquina, então dê alternativa’ (02.06.20); ‘Ou a OMS trabalha sem viés ideológico, ou vamos estar fora’ (05.06.20); ‘Houve um superdimensionamento’ (07.07.20); ‘A maioria da população brasileira contrai o vírus e não percebe’ (07.07.20); ‘Se não temos alternativa, vamos com a hidroxicloroquina’ (18.07.20); ‘Não precisa ter pavor no tocante ao vírus’ (23.07.20); ‘Efeito colateral (da economia) é mais grave que o próprio vírus’ (06.08.20); ‘Quem não quer tomar cloroquina, não tente proibir’ (06.08.20) (RIBEIRO; CUNHA, 2020, *online*).

A vacina, como indicação central no controle da doença, foi constantemente negligenciada e ridicularizada pelo Presidente. Entre as analogias que construiu para a divulgação negacionista, destaca-se a que se refere à vacina da *Pfizer*, sobre a qual afirmou que “lá no contrato da *Pfizer*, está bem claro: nós (a *Pfizer*) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral”, acrescentando que “se você virar um jacaré, é problema de você” (BOLSONARO, 2020). Esse comentário de Bolsonaro causou na população impacto e, sobretudo, incerteza e insegurança em relação à vacina e sua produção de imunidade, apesar da pouca credibilidade na transformação física como seu efeito.

Outras justificativas de caráter negacionista para a contraindicação do uso das vacinas foram também construídas, como a possível implantação de chip para transformação das pessoas em comunistas e as mudanças genéticas decorrentes do contato com material genético do vírus. As duas instituições públicas historicamente de maior importância no Brasil, no que diz respeito à fármacos – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Instituto Butantan (IB) –, em contraposição ao negacionismo governamental, desde 2020, envidaram esforços na conquista de independência na produção de vacinas contra o Coronavírus. A Fiocruz travou parceria com a Universidade de Oxford e a indústria farmacêutica AstraZeneca e iniciou seu processo de produção da vacina.

No que diz respeito ao IB, este se propunha a produzir a vacina CoronaVac, em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, ainda em 2020, o que foi dificultado pelo Governo Federal. O IB estabeleceu três tentativas de negociação com o Ministério da Saúde, através de correspondências enviadas em 30 de julho, 18 de agosto e 7 de outubro de 2020, sem obter manifestação, positiva ou negativa, de interesse por parte do Governo. A resposta do Ministério da Saúde aconteceu somente em 19 de outubro, através de ofício, no qual o ministro informava que “a manifestação de interesse não possuía caráter vinculante” (BRASIL, 2020), pois necessitava do registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de solicitar o “urgente encaminhamento de todos os documentos comprobatórios dos ensaios clínicos já realizados e daqueles que estão em andamento, referentes à Vacina Butantan Sinovac” (BRASIL, 2020).

Antes da manifestação do IB à resposta do Ministério da Saúde, Jair Bolsonaro cancelou a negociação afirmando que não iria comprar “vacina chinesa de João Doria” (BOLSONARO, 2020). Essa ação produziu animosidade com a China, em visível manifestação de preconceito, e acirrou disputa com o governador de São Paulo, João Doria, seu desafeto político, priorizando o antagonismo frente à compra de vacina do IB.

Foram várias declarações sobre as vacinas ao longo de dois anos de pandemia. O *site Poder360*, em reportagem publicada no dia 17 de janeiro de 2022, realizou um compilado com as falas mais polêmicas de Bolsonaro relacionadas à vacina (LOPES, 2022). A repórter Anna Júlia Lopes (2022) categorizou as declarações e serviu de base para que pudéssemos elaborar o Quadro 1.

Quadro 1 – Declarações do presidente sobre a vacina contra a Covid-19

DECLARAÇÕES SOBRE A VACINA EM GERAL
21 out. 2020 – “Para o meu governo, qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser comprovada cientificamente pelo Ministério da Saúde e certificada pela Anvisa. O povo brasileiro não será cobaia de ninguém”.
15 dez. 2020 – “Como sempre, eu nunca fugi da verdade, eu te digo: eu não vou tomar vacina. E ponto final. Se alguém acha que a minha vida está em risco, o problema é meu. E ponto final”.
17 dez. 2020 – “Se você virar um jacaré, problema de você. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a 3ª fase ainda, que está na experimental?”
19 dez. 2020 – “A pressa da vacina não se justifica porque você mexe com a vida das pessoas, você vai inocular algo em você”.
23 dez. 2020 – “Eu tive a melhor vacina: o vírus”
7 jan. 2021 – “Vocês sabem quantos por cento da população vai tomar vacina? Pelo o que eu sei, menos da metade vai tomar”.
11 fev. 2021 – “Quando eu falei remédio lá atrás, levei pancada. Nego bateu em mim até não querer mais. Entrou na pilha da vacina. O cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções”.
9 jun. 2021 – “E eu pergunto: a vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda? Está [em estado] experimental. Nunca vi ninguém morrer por tomar hidroxicloroquina, em especial na região amazônica”.
17 jun. 2021 – “Eu estou vacinado entre aspas. Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer. Quem pegou o vírus está imunizado, não se discute”.
8 dez. 2021 – “Da minha parte, eu não tomei vacina e não vou tomar vacina. É um direito meu e de quem não quer tomar. Até porque os efeitos colaterais e adversos são enormes”.
DECLARAÇÕES SOBRE A CORONAVAC
30 jul. 2020 – “Entramos naquele consórcio de Oxford, e pelo que tudo indica [a vacina] vai dar certo. Cem milhões de unidades chegarão para nós. Não é daquele outro país, não”, ironizou o presidente em relação às vacinas produzidas pela China.
21 out. 2020 – “Alerto que não compraremos vacina da China. Bem como meu governo não mantém diálogo com João Doria sobre Covid-19”.
22 out. 2020 – “Nós não compraremos. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população”.
10 nov. 2020 – “Morte, invalidez e anomalia... Esta é a vacina que o Doria queria obrigar a todos os paulistanos a tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”.
12 nov. 2020 – “Pode ser o efeito colateral da vacina também. Tudo pode ser. Não sei se já chegaram à conclusão, mas esclarece e volta a pesquisar a vacina, a CoronaVac, da China”, disse o presidente sobre o suicídio de 1 voluntário nos testes da vacina chinesa
25 dez. 2020 – “A eficácia daquela vacina em São Paulo parece que está lá embaixo, né”.
13 jan. 2021 – “Essa de 50% é uma boa ou não?”, disse o presidente sobre a CoronaVac”
24 jun. 2021 – “Vocês estão vendo que essa vacina, a CoronaVac, está com problemas em alguns países do mundo, como por exemplo Chile, entre outros. No Brasil, não está sendo diferente”
24 jul. 2021 – “Agora eu pergunto para vocês: qual país do mundo faz acompanhamento de quem tomou vacina? Tem gente sofrendo efeito colateral e o que está acontecendo? CoronaVac ainda é experimental e tem gente que quer torná-la obrigatória”

4 ago. 2021 – “Eu vou tomar vacina que possa entrar no mundo todo, não posso tomar a vacina lá de São Paulo, que não está aceita na Europa nem nos Estados Unidos. Tenho que tomar a específica aceita no mundo todo”
1º set. 2021 – “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”
2 set. 2021 – “Eu não sei se fui contaminado [de novo] ou não no passado. Falei que meu IgG está 991. Eu estou muito bem, melhor que o pessoal que tomou CoronaVac. Melhor não. Muito melhor. O que aconteceu comigo? Não sei”
21 set. 2021 – “O que acontece, você toma vacina para quê? Para ter anticorpos. Não é isso? A minha taxa de anticorpos está lá em cima. [...] Estou bem, vou tomar a vacina, a CoronaVac, por exemplo, que não vai chegar a essa efetividade? Para que eu vou tomar? Todo mundo já tomou vacina no Brasil? Depois que todo mundo tomar vou decidir meu futuro aí”
DECLARAÇÕES SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA VACINA
2 set. 2020 – “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”
17.out.2020 – “Apesar do art. 3º, inciso III, letra “d”, da Lei 13.979/20 prever que o poder público poderá determinar a realização compulsória da vacinação, o Governo do Brasil não vê a necessidade de adotar tais medidas nem recomendará sua adoção por gestores locais”
19 out. 2020 – “O Ministério da Saúde irá oferecer a vacinação, de forma segura, sem açodamento, no momento oportuno, após comprovação científica e validade pela Anvisa, contudo, sem impor ou tornar a vacinação obrigatória”
24 out. 2020 – “Vacina obrigatória só aqui no Faisca”, disse Bolsonaro sobre seu cachorro.
14 out. 2021 – “Por que obrigar criança a tomar vacina? Qual a chance de uma criança, por exemplo, contrair o vírus e ir a óbito? [...] Parece, não quero afirmar, que é o lobby da vacina. [...] Os interesses das indústrias farmacêuticas que estão faturando bilhões com a vacina. Será? Não tem cabimento. Segundo vejo em estudos, eu estou falando isso aqui, estudos que quem já contraiu o vírus e se curou, obviamente. [Para essas pessoas] de nada vale a vacina, mas continua a pressão”.
5 dez. 2021 – “Por mim, a vacina é opcional. Eu poderia, como eu posso hoje em dia, partir para uma vacinação obrigatória, mas jamais faria isso porque, apesar de vocês não acreditarem, eu defendo a verdade e a democracia”.
7 dez. 2021 – “A gente pergunta: por que o passaporte vacinal? Essa coleira que querem botar no povo brasileiro. Cadê nossa liberdade? Prefiro morrer do que perder minha liberdade”.
8 dez. 2021 – “O Supremo [Tribunal Federal] deu poderes para governadores e prefeitos, né? Eu falo da minha linha: eu não fechei nenhum botequim. E jamais vou exigir o passaporte de vacina de vocês”.
19 dez. 2021 – “Vacina para criança: primeiro, só autorizado pelo pai. Se algum prefeito, governador, ditador aí quiserem impor é outra história. Mas por parte do governo federal tem que ter a autorização dos pais. Tem que ter uma receita médica”.
6 jan. 2022 – “A vacina será de forma não obrigatória. Então, ninguém é obrigado a vacinar o teu filho. Se é não obrigatória, nenhum prefeito ou governador –existe alguns aí com essa ideia– poderá impedir o garoto ou a garota de se matricular nas escolas por falta de vacina”.
DECLARAÇÕES SOBRE A COMPRA DE VACINAS
6 ago. 2020 – “Assinamos esse protocolo no passado e passamos a fazer parte desse seletor grupo [para compra da vacina de Oxford/AstraZeneca]. A nossa contrapartida é basicamente financeira no momento, quase R\$ 2 bilhões. Talvez em dezembro ou janeiro exista a possibilidade da vacina e daí esse problema estará vencido poucas semanas depois”.
26 out. 2020 – “Um jornal lá de fora publicou uma notícia bastante promissora para a vacina de Oxford. Várias empresas e universidades estão buscando vacina contra a Covid. O que a gente tem que fazer aqui é não correr, não atropelar, não comprar dessa ou daquela sem nenhuma comprovada. A gente aguarda, logicamente, para poder melhor falar desse assunto, a publicação disso na revista científica”.
8 dez. 2020 – “O Brasil disponibilizará vacinas de forma gratuita e voluntária após a comprovada eficácia e registro na Anvisa. Vamos proteger a população respeitando sua liberdade, e não usá-la para fins políticos, colocando sua saúde em risco por conta de projetos pessoais de poder”.
4 mar. 2021 – “Tem idiota que a gente vê nas redes sociais, na imprensa, [dizendo] ‘vai comprar vacina’. Só se for na casa da tua mãe. Não tem [vacina] para vender no mundo”.
10 mar. 2021 – “O Brasil está fazendo a sua parte. O governo federal tem mostrado o seu trabalho. Até o final do ano, teremos mais de 400 milhões de doses disponíveis aos brasileiros”.
DECLARAÇÕES SOBRE A IMUNIZAÇÃO DE CRIANÇAS
16 dez. 2021 – “A Anvisa não está subordinada a mim. Deixar bem claro isso. Não interfiro lá. Eu pedi, extraoficialmente, o nome das pessoas que aprovaram a vacina para crianças a partir de 5 anos.

Nós queremos divulgar o nome dessas pessoas, para que todo mundo tome conhecimento e, obviamente, forme o seu juízo”.
19 dez. 2021 – “Se depender de nós, nem a tua é obrigatória, é liberdade. Criança é coisa muito séria. Não se sabe os possíveis efeitos adversos futuros. É inacreditável, desculpa aqui, o que a Anvisa fez. Inacreditável”.
27 dez. 2021 – “A questão da vacina para crianças é uma coisa muito incipiente, o mundo ainda tem dúvidas, e não vem morrendo crianças que justifique uma vacina emergencial”.
12 jan. 2022 – “300 e poucas crianças, lamento cada morte, ainda mais de crianças que a gente sente muito mais. Mas não justifica vacinação pelos efeitos colaterais adversos que essas pessoas têm”.

Fonte: elaborado pelo autor com informações do *site Poder360* (LOPES, 2022).

O ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL), embora não tenha se colocado contrário à campanha de vacinação, fez uma série de declarações que colocou em dúvida os imunizantes, além de ele próprio ter dito que ainda não tinha se vacinado até o mês de outubro de 2021. Em discurso proferido na Assembleia das Nações Unidas, em Nova York, no dia 21 de setembro de 2021, o governante brasileiro disse que apoiava a vacinação, mas afirmou que sua gestão era contrária às exigências de passaportes sanitários. Concomitante à declaração, Bolsonaro reforçou a defesa do tratamento precoce e disse ao mundo que ele próprio se curou da Covid-19 fazendo uso dessas medidas farmacológicas sem comprovação científica (PORTAL G1, 2021c).

Também causou polêmica ao questionar a eficácia da vacina e sugerir que pessoas totalmente imunizadas contra a Covid-19 desenvolveram Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) (MENDES, 2021). A declaração feita em uma de suas *lives* nas redes sociais é alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) que, inclusive, determinou a retirada dos vídeos no *YouTube*, *Facebook* e *Instagram* (ARBEX, 2021).

Todo o contexto na condução da pandemia levou à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída no Senado Federal e iniciada no dia 27 de abril de 2021, com os seguintes objetivos:

Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus ‘SARS-CoV-2’, limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios (SENADO FEDERAL, 2022).

Após 67 reuniões em mais de seis meses de atividade, com aproximadamente 500 requerimentos e 190 quebras de sigilo aprovados, a CPI da Pandemia apresentou as conclusões do trabalho por meio do relatório final de cerca de mil páginas.

Os senadores constataram, de acordo com o documento, que a negligência na vacinação e o incentivo ao descumprimento de medidas sanitárias foram as condutas mais graves atribuídas a Bolsonaro e ministros. Estudos citados no relatório afirmam que entre 120 mil e 400 mil mortes poderiam ter sido evitadas se não fosse a omissão do Governo.

Foi solicitado o indiciamento de 66 pessoas e duas empresas, incluindo Jair Bolsonaro, o então ministro da Saúde Marcelo Queiroga e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, além de três filhos do então Presidente e empresários, blogueiros e médicos que assessoraram o Governo Federal. O objetivo é que se promova a eventual responsabilização civil, criminal e política dos acusados (GURGEL; GALVANI; LARA, 2021).

O relatório final foi entregue pelos senadores ao Procurador-geral da República, Augusto Aras, no dia 27 de outubro de 2021, um dia após a aprovação do relatório na CPI. Em 25 de novembro, Aras protocolou 11 petições, que tramitam em segredo de Justiça, relacionadas a Bolsonaro e a ministros. Trata-se de procedimentos preliminares, em que o procurador-geral avalia se vai, ou não, pedir investigação formal. Ainda não há decisão definitiva sobre o assunto (ESTADÃO CONTEÚDO, 2022).

É possível afirmar que, no curso da pandemia de Covid-19, o impacto do negacionismo se materializou em perdas de vidas. Ao lado disso, a comunidade científica assistiu ao corte de verbas das pesquisas científicas, ameaçando projetos em diversas áreas, inclusive nas iniciativas de ponta acerca do Sars-Cov-2. É o que será visto no tópico a seguir.

2.4 Notas sobre investimentos em educação, ciência e tecnologia no Brasil

A ciência, pautada em métodos, com etapas sistemáticas e extremamente disciplinadas, comprovam informações e fatos por meio de técnicas experimentais e observacionais. A atual pandemia de Covid-19 ressaltou quão essenciais são as pesquisas científicas que resultaram, em tempo recorde, no desenvolvimento de tratamentos, medicamentos e vacinas, reduzindo mortalidade e formas graves da doença.

Em tempos pandêmicos, ao mesmo tempo em que as declarações negacionistas disputam espaço na vida política e no atendimento às

necessidades da população, vemos uma ciência que contribui com orientações simples, como o uso de sabão para aniquilar o vírus, baseado no conhecimento de sua estrutura e sua fisiologia, pois o sabão quebra sua capa viral constituída de gordura. Ao lado disso, vários cientistas de diversos países vêm se engajando em uma rede de solidariedade de suas atividades para compartilhar informações, testar métodos e socializá-los por meio da abertura de acesso a seus periódicos. A busca de tratamento, desenvolvimento e produção de vacinas, em escala internacional, não tem precedentes na história da ciência. Mesmo que sob a racionalidade capitalista, as formas de solidariedade e compaixão em um momento tão difícil, principalmente para os que já sofrem mais, não podem deixar de ser atribuídas a um modo de trabalho coletivo da comunidade científica (CASSINANI; SELLES; OSTERMANN, 2022, p. 5).

Desde o início da pandemia, a bandeira da ciência se tornou popular nas mídias sociais em todo o planeta. Porém, no caso brasileiro, motivado por negacionistas do Governo Federal, tendo como principal porta-voz o Presidente, valeu-se de discursos acusatórios, muitas vezes sem espaço para respostas e com consequências imediatas, uma linha que segue a coerência na condução de ações relacionadas ao campo científico desde o início da gestão de Jair Bolsonaro (PL).

As teorias conspiratórias, típicas de movimentos de extrema-direita, se multiplicam velozmente, esvaziam o debate e lançam mão de resultados provisórios de pesquisas ainda carentes de maior legitimidade de seus métodos e suas conclusões. As falsas controvérsias são então divulgadas e acompanhadas por correntes de opiniões não embasadas em resultados de pesquisas, pois muitas delas ainda estão em andamento. Desse modo, “contradizer argumentos falsos exibindo fatos reais pode ter pouca relevância em uma discussão. Evidências e consensos científicos têm sido facilmente contestados com base em convicções pessoais ou experiências vividas” (ROQUE, 2020, p. 3).

As dúvidas e incertezas, próprias do processo de produção científica, são interpretadas radicalmente como fragilidade e inconsistência da ciência, produzindo desconfiança e alimentando as teorias conspiratórias que se apresentam como certezas factíveis para esses grupos. Desse modo, alimentam o negacionismo científico, como assinalam Vilela e Selles (2020, p. 1.730):

Assim, explicações sem qualquer compromisso com evidências factuais se tornam uma verdade confortável, mas não confiável. Em outras palavras, produzem-se explicações que dizem o que as pessoas desejam que seja verdade, preservando a manutenção da ordem social e dos valores que se prezam, e assim as mantém apegadas a tais explicações, mesmo que evidências venham desmenti-las.

As posições negacionistas que pelo seu caráter simplista e linear pretendem competir

com as ideias e comprovações científicas, afetam os modos de apoiar e produzir políticas públicas. Segundo Cassinani, Selles e Ostermann (2022), nos últimos três anos o Brasil assistiu à censura à divulgação de dados de pesquisas de instituições consagradas, como a Fiocruz; a redução de políticas ambientais e a vigilância dos territórios da Amazônia e no Pantanal, levando boa parte da população a aceitar que queimadas são inevitáveis em função das características geoclimáticas dessas regiões; e a minimizar a proporção de sua devastação dentre muitos exemplos.

Entretanto, é possível afirmar que, no curso da pandemia de Covid-19, o impacto do negacionismo científico se materializou em perdas de vidas e assumiu proporções desumanas e, provavelmente, inusitadas na história do país. Ao lado disso, a comunidade científica assistiu atônita ao corte das verbas às pesquisas científicas, ameaçando projetos em diversas áreas, inclusive nas pesquisas de ponta, acerca do Sars-Cov-2 (CASSINANI; SELLES; OSTERMANN, 2022, p. 7).

O investimento em pesquisas, que deveria ser uma das prioridades públicas em tempos de crises econômica e sanitária, passou a ser tratado como algo fútil e irrelevante para sociedade, inclusive as universidades – conforme declaração do então ministro da Educação, Milton Ribeiro, no dia 10 de agosto de 2021, ao dizer que essas instituições têm que ser “para poucos”, pois, segundo ele, elas “não são tão úteis à sociedade” (PORTAL G1b). Um pensamento que segue a linha de raciocínio do ex-Presidente Jair Bolsonaro (PL). Logo nos primeiros meses de sua gestão, em 8 de abril de 2019, ao conceder uma entrevista à rádio Jovem Pan, ele afirmou: “[...] e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa e, dessas poucas, a grande parte tá (*sic*) na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno” (MOURA, 2019, *online*).

Nesse sentido, ganhou força uma política de descrédito às instituições universitárias, particularmente às universidades federais, protagonizada pelo Governo Federal e colocada em curso via Ministério da Educação. Segundo Amaral (2019), uma análise de conteúdo desse ataque discursivo pode ser dividida em cinco argumentos principais: o Brasil já investe muito em educação superior; é preciso acabar com a vinculação constitucional dos recursos financeiros para educação; universidades públicas não realizam pesquisa; é preciso retirar os recursos do ensino superior e repassar à educação básica; e os orçamentos das universidades federais crescem ano a ano.

Aliando discursivamente as universidades federais a espaços de militância de esquerda e “doutrinação”, o programa de Governo do ex-Presidente anunciou a necessidade de

investimento na educação básica “sem doutrinar”, o que revela a filiação desse projeto à disputa ideológica ligada ao movimento “Escola sem partido²⁰” (CISLAGUI *et al.*, 2019).

Durante a campanha eleitoral, em palestra para empresários no Espírito Santo, o então candidato Bolsonaro afirmou: “A educação brasileira está afundando. Temos que debater a ideologia de gênero e a escola sem partido. Entrar com um lança-chamas no MEC para tirar o Paulo Freire de lá”. E complementou: “Eles defendem que tem que ter senso crítico. Vai lá no Japão, vai ver se eles estão preocupados com o pensamento crítico” (HADDAD, 2019, *online*). Entre outras medidas do programa, estariam a defesa do ensino a distância e a eliminação do método Paulo Freire da Base Curricular Comum “para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa” (PROGRAMA DE GOVERNO *apud* CISLAGUI *et al.*, 2019).

A escolha de Paulo Freire como o estandarte da educação “ideológica e partidária” da esquerda ocupou também destaque na campanha presidencial, já que Olavo de Carvalho²¹, mentor intelectual de Bolsonaro (MARTINS, 2022), responsabilizava o método desenvolvido pelo educador pela baixa qualidade da educação no país (HADDAD, 2019). Foi ele quem indicou o primeiro gestor da Pasta da Educação, o então ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que assumiu a função com o compromisso de impor comportamentos, como a obrigação de cantar o hino nacional, controlar as provas do Enem e alterar livros didáticos sobre a narrativa do golpe de 1964 como estratégia para “desesquerdizar” a educação brasileira (TAFFAREL; NEVES, 2019).

Após um mandato relâmpago de 100 dias, assumiu o economista Abraham Weintraub, que declarou: “Se o Brasil tem uma filosofia de educação tão boa, Paulo Freire é uma unanimidade, por que a gente tem resultados tão ruins comparativamente a outros países? A gente gasta em patamares do PIB igual aos países ricos” (HADDAD, 2019, *online*). Nesse contexto, Weintraub anunciou a redução de verbas em três universidades federais, mas, no mesmo dia, o MEC afirmou que o corte valeria para todas. Esse anúncio foi feito em um pronunciamento ao vivo na televisão, em que o ministro mascarou dados para sugerir que o corte não era significativo e utilizou chocolates como metáfora, dizendo que apenas as

²⁰ Movimento criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, sob o argumento de defesa da família e dos valores sociais considerados coerentes com princípios cristãos. Reúne diversos segmentos, dentre eles muitos religiosos católicos e evangélicos, que acusam o partido de esquerda que governou o Brasil entre 2002 a 2016 de hipersexualizar estudantes e desenvolver o pensamento crítico em vez de ensinar conteúdos em perspectivas neutras. Os integrantes do ESP agregam parlamentares conservadores com o fim de alterar a Constituição Federal e a LDB/1996, propondo um Projeto de Lei que contém uma série de intervenções nas escolas. O movimento visa ao controle do currículo, com referências explícitas às disciplinas Ciências e Biologia, sobre o ensino de evolução, educação sexual e outras temáticas.

²¹ Olavo de Carvalho ficou conhecido por ser anticomunista e pela recusa ao que chamava de politicamente correto e é apontado como responsável pelo nascimento da Nova Direita brasileira.

universidades que não apresentassem desempenho satisfatório ficariam com menos doces (CISLAGUI *et al.*, 2019).

A justificativa do ministro seria que as universidades federais têm baixo desempenho na área de pesquisa, ao que chamou de “balbúrdia”. Além disso, o Governo anunciou o congelamento de futuras bolsas financiadas pela Capes e, em vários momentos, atacou as ciências humanas, taxadas como supérfluas; e as universidades, como uma excentricidade cara e desnecessária para o país (CHAVES; ARAÚJO, 2022).

Não só o financiamento público foi alvo da política de desmonte do Governo Federal, mas também a autonomia. Jair Bolsonaro (PL) ignorou sistematicamente a escolha democrática dos reitores das universidades federais. Em 2021, 26 das 63 instituições federais de ensino superior (IFES) tinham sofrido intervenção do Governo (CHAVES; ARAÚJO, 2022). Weintraub, ao defender o cerceamento da autonomia das universidades, declarou em uma coletiva de imprensa:

[...] Como você se livra desta doutrinação? Eu acho que é diminuindo o poder absoluto e hegemônico que hoje têm essas madraças de doutrinação que são as universidades federais. É... Foi criado uma falácia de que as universidades federais precisam ter autonomia. Justo! Autonomia de pesquisa, autonomia de ensino... Só que essa autonomia acabou se transfigurando em soberania. Então, o que você tem? Você tem plantações de maconha [...] você tem plantações extensivas de maconha em algumas universidades. A ponto de ter borrifador de agrotóxico. Porque [...] orgânico é bom contra a soja, para não ter agroindústria no Brasil, mas na maconha deles querem tudo o que a tecnologia tem à disposição. Ou coisas piores, né... Você pega laboratórios de Química [...] Faculdades de Química não eram centros de doutrinação. E desenvolveram laboratórios de drogas sintéticas [...] de metanfetamina... Porque a polícia não pode entrar nos *campi*. Então, o desafio é esse. Foi criado uma estrutura muito bem pensada durante muito tempo. E a verdade é que a gente aterrissou aqui há um ano [...] nem um ano ainda... E estamos descobrindo um monte de detalhes. Cada enxadada é uma minhoca... (ZUPIROL, RODRIGUES E ALVES ADVOGADOS ASSOCIADOS *apud* CHAVES; ARAÚJO, 2022, p. 10).

Todas essas declarações, posturas e atitudes vão na contramão dos dados verificados na *Web of Science*, um banco mundial de textos científicos. Levantamento feito nessa base de pesquisa pela empresa *Clarivate Analytics*²², a pedido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mostra que mais de 95% das publicações científicas no

²² É uma empresa que possui e opera uma coleção de serviços baseados em assinatura focados principalmente em análises, incluindo pesquisa científica e acadêmica, análises de patentes, padrões regulatórios, proteção de marcas comerciais, inteligência farmacêutica e de biotecnologia, proteção de marcas de domínio e gerenciamento de propriedade intelectual (CLARIVATE ANALYTICS, 2019).

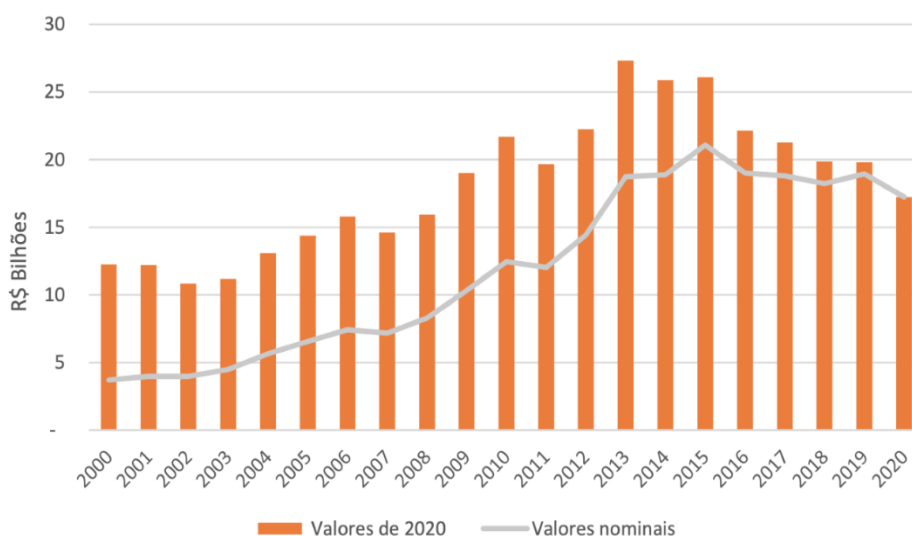
Brasil se referem às universidades públicas, federais e estaduais. Os indicadores, de acordo com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2021) do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação, colocam o país como 13º maior produtor de conhecimento científico no mundo.

Tal feito pode ser atribuído à resiliência da comunidade científica brasileira, conforme destacado pelo professor Hernan Chaimovich no lançamento do relatório de ciências da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (ESCOBAR, 2021). Não obstante, o efeito da redução drástica dos investimentos em pesquisa ao longo dos anos demonstra esse sentimento.

Uma nota técnica produzida pelo Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), intitulada “Políticas Públicas para Ciência e Tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente” (DE NEGRI, 2021), mostra que em 2009 o Governo Federal investiu R\$ 19 bilhões em Ciência e Tecnologia. Pouco mais de uma década depois, os recursos aplicados baixaram para R\$17,2 bilhões em valores corrigidos pela inflação do período.

Depois de atingir seu maior valor histórico em 2013 (R\$ 27,3 bilhões), as verbas federais para Ciência e Tecnologia vêm se reduzindo substancialmente desde 2015. A análise assinala que, no atual Governo, o declínio foi agravado pela retenção de parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – bloqueio que, mesmo proibido pelo Congresso, continua impedindo a injeção de cerca de R\$ 2,7 bilhões no setor. Em 2020, o investimento foi menor do que em 2009, como se pode ver no Gráfico 1.

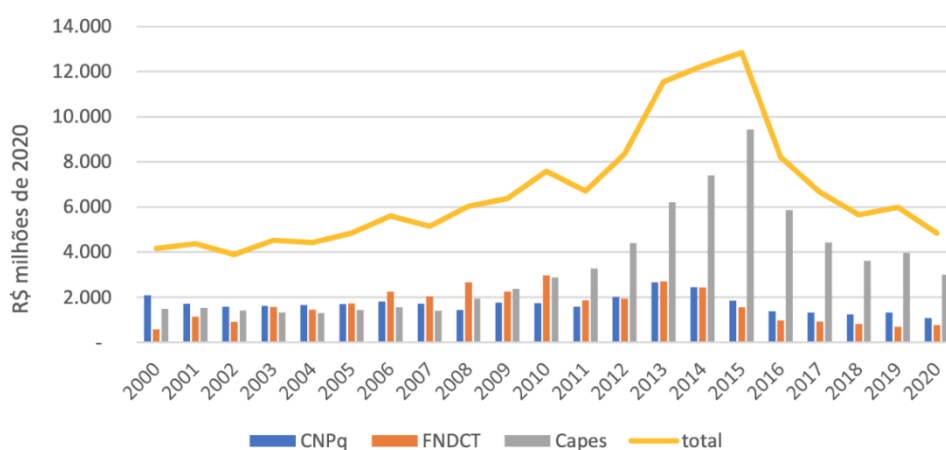
Gráfico 1 – Gastos em C&T do Governo Federal em valores nominais e reais de 2000 a 2020 (em R\$ bilhões)



Fonte: De Negri (2021, p. 22).

Ao desagregar esses números por órgãos de produção científica, identifica-se que foram justamente os órgãos da política nacional de Ciência e Tecnologia que mais perderam orçamento nos últimos 20 anos: o Ministério da Ciência e Tecnologia (-44%), que reúne as principais agências e fundos de fomento à pesquisa, como o CNPq e o FNDCT; e o Ministério da Educação (-50%), que abarca a CAPES, esta responsável por 80% do orçamento de investimento em ciência dentro do referido Ministério. Ao observar a evolução orçamentária dessas três instituições (CNPq, CAPES e FNDCT), que agregam praticamente toda a pesquisa brasileira realizada na iniciativa privada e pública, percebe-se que o investimento em pesquisa das referidas instituições, que no passado já foi de mais de 40% do orçamento federal destinado à ciência, em 2020 representou somente 28%, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Gastos em C&T realizados pelo CNPq, CAPES e FNDCT de 2000 a 2020 (em R\$ milhões)



Fonte: De Negri (2021, p. 22).

Uma outra nota técnica do IPEA, divulgada no final de 2020, sobre políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19, mostra que o esforço do Brasil em investir em pesquisa sobre a doença é pequeno quando comparado ao de nações desenvolvidas. Foram mapeadas as ações adotadas aqui e em quatro países: Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Alemanha. Um dos indicadores cotejados foi o de dinheiro novo, aquele não previsto anteriormente no orçamento, destinado a pesquisa e desenvolvimento (P&D) para enfrentar a pandemia. O montante do Brasil, estimado em US\$ 100 milhões, ficou aquém dos US\$ 970 milhões do Canadá, do US\$ 1,72 bilhão do Reino Unido, dos US\$ 2,34 bilhões da Alemanha e dos US\$ 6,1 bilhões dos Estados Unidos.

Em termos relativos, o esforço brasileiro também é inferior ao dos demais países estudados: equivale a apenas 1,8% do orçamento federal em P&D, ante 4,1% nos Estados Unidos, 6,3% na Alemanha, 10,8% no Reino Unido e 11,8% no Canadá. O trabalho mostrou que, entre os cinco países, só Estados Unidos e Reino Unido criaram mecanismos para aprovação rápida de projetos de pesquisa e inovação relacionados à Covid-19. No país norte-americano, os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) definiram um plano estratégico com quatro prioridades: pesquisa básica para compreensão da doença, desenvolvimento de testes de diagnóstico, ensaios clínicos com tratamentos e busca por uma vacina. Ainda no primeiro semestre de 2020, já haviam lançado mais de 30 editais para financiar pesquisas nessas áreas.

Para se ter uma ideia da disparidade entre a capacidade de produzir ciência por pesquisadores brasileiros e o efetivo financiamento (MARQUES, 2020), o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) destinou R\$ 45,5 milhões para 90 projetos de pesquisa sobre a Covid-19. Porém, foram apresentados ao órgão 2.219 propostas, com valor solicitado de R\$ 1,7 bilhão, 37 vezes mais do que o dinheiro destinado. O balanço do edital mostra que a comunidade científica do país está mobilizada para gerar conhecimento sobre o novo Coronavírus e que os recursos oferecidos são pequenos diante da demanda.

Silva Júnior e Fargoni (2021, p. 12) classificam todo esse cenário como “colapso da ciência brasileira”, dada a condição em que as universidades estatais e a pesquisa encontram-se nos últimos anos. “Fundos de financiamento contingenciados, orçamento operacional das instituições federais reduzido, reformas políticas, ataques ideológicos entre outros contratempos, que estabelecem a precarização total da ciência nacional”.

Para os autores, colocar obstáculos à evolução da ciência, especificamente obstáculos espúrios, derivados de teorizações erradas ou extravagantes, ou de investimentos insuficientes ou malfeitos, ou, ainda, de apropriação ideológica dos resultados da ciência, não impede ou prejudica apenas a carreira de cientistas e equipes de pesquisa individuais. Impede ou prejudica o acúmulo do conhecimento científico como um todo.

2.5 Ciência: legitimidade e questionamento

O termo Ciência deriva do substantivo latino *scientia*, que encontra sua raiz no verbo “conhecimento”. Segundo Silva (2011), poder-se-ia definir Ciência como o conhecimento “rigoroso” sobre a natureza. Essa expressão implica uma pormenorização de três conceitos: do entendimento do significado de “natureza” como realidade material, na perceptiva de um sujeito que a observa; e da ideia de “conhecimento rigoroso” como dependente de instrumentos de

medição e validação disponíveis num dado momento histórico.

É possível ampliar o entendimento de Ciência como uma prática humana de produção de conhecimento que se faz pela observação de um sujeito (com suas potencialidades e limitações) a um determinado objeto (com suas determinadas propriedades, sejam materiais ou imateriais), a partir de instrumentos de medição e validação que conferem rigor às conclusões enunciadas pelo observador/sujeito, ao que se chama de cientificidade, ou seja, que confere certa medida de certeza e indubitabilidade.

Silva (2011) considera que o termo “conhecimento” seja extremamente vago na sua vertente, uma vez que ele sempre estará condicionado à existência de um sujeito e de um objeto, cada qual com certas vicissitudes que interferem diretamente na possibilidade de alcançar o rigor. Nesse sentido, o autor define Ciência como “um conhecimento sistematizado e tão rigoroso quanto o objeto de estudo possa permitir, irrespectivamente de ele, objeto, ser de natureza real, ideal ou simultaneamente real e ideal” (SILVA, 2011, p. 20).

Dadas tais propriedades, é possível inferir, de acordo com Silva (2011), que toda a Ciência consiste: a) numa perspectiva, ou seja, num modo específico de observar e traçar considerações sobre determinado objeto com o esforço deliberado de não interpor pré-conceitos ou pré-juízos que possam interferir na forma de conhecer determinado objeto; b) numa atividade, na medida em que expande, valida e sistematiza o conhecimento já produzido por determinado objeto, que permite a produção cumulativa de conhecimentos c) num produto, ou seja, num *corpus* extenso e sistematizado de conhecimentos sobre determinado objeto; d) num método, na medida que o processo de produção cumulativa de conhecimento fixa regras e procedimentos, que são a materialidade do rigor necessário para se alcançar o conhecimento; e e) finalmente, enquanto produtora de um tipo específico de conhecimento, a Ciência é também discurso, na medida em que o veículo da sua existência é a linguagem, uma vez que é por meio dela que a Ciência produz e reproduz aquilo que entende por conhecimento.

Como diz Silva (2011, p. 25):

Enquanto conhecimento de um objeto mais ou menos específico, e, por conseguinte, também enquanto linguagem qualitativa *ab initio* mais ou menos específica, toda a ciência se confronta com a necessidade de gradualmente se constituir discurso particular (se se quiser, discurso técnico) não só pela via de selecionar para si um número mais ou menos restrito dos lexemas que entram na constituição da chamada linguagem comum, mas também pela via de gerar, ela mesma, [...] os conceitos específicos que se vão revelando necessários à sua interrogação, interpretação, teorização e classificação (de novos aspectos) do objeto.

A Ciência, definida como discurso, produção e atividade, é também prática social e, enquanto prática, pode ser analisada a partir dos seus mecanismos de reprodução, isto é, de que maneira ela se constitui como um mecanismo válido para contribuir com a cultura e a sociedade e quais mecanismos ela utiliza para seguir existindo (BOURDIEU, 2003). A Ciência também pode ser avaliada, na perspectiva do discurso, pela medida do seu contributo em termos de produção de significado e participação nos processos sociais de legitimação do conhecimento, pois Ciência é um agente autorizado para produzir o que o senso comum entende como verdade (BOURDIEU, 2003).

Sem estender nos sentidos filosóficos sobre a verdade, é importante ressaltar que a Ciência, em última análise, ao produzir conhecimento rigoroso, está a produzir verdades sobre o mundo; verdade como discurso, verdade como leitura de determinada realidade.

De fato, segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), a consolidação do paradigma da modernidade, na transição do século XVIII para o XIX, fundou-se no desenvolvimento da regulação e emancipação por meio da racionalização da vida coletiva e individual, tendo a Ciência como pilar fundamental de guia da razão. Conforme o autor, no início do século XIX, a ciência moderna já tinha sido convertida numa instância moral suprema

esta ideia de criar uma ordem social assente na ciência, ou seja, uma ordem social onde as determinações do direito sejam resultado de descobertas científicas sobre o comportamento social, é preponderante no pensamento social dos séculos XVIII e XIX, de Montesquieu a Saint-Simon, de Bentham a Comte, de Beccaria a Lombroso (p.54).

Na parte da conflituosa relação que a Ciência estabelece com o chamado senso comum, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas, é certo que, tal como outros campos sociais de institucionalização e legitimação de práticas, enfrenta correntemente processos internos e externos de desconstrução e validação. As chamadas crises da Ciência foram categorizadas por Thomas Kuhn (1998) entre crises de crescimento e crises de degenerescência, ou crises externas e internas.

Essas últimas, refere Kuhn (1998), são crises paradigmáticas que atravessam todas as disciplinas e põem em causa a inteligibilidade do real proporcionada pelos métodos científicos estabelecidos. Essas crises “tendem a considerar o conhecimento científico como uma prática de saber dentre outras, não necessariamente melhor” (p. 18), cuja função da reflexão epistemológica seria interrogar sobre os fundamentos, alidade e limites do conhecimento científico.

Se na passagem do século XX para o XXI está-se em um momento de desdogmatização

da Ciência, conforme o entendimento de Santos (2008), é preciso ter em conta as diversas vertentes de análise, tanto da incorporação dos saberes ignorados pela concepção moderna de Ciência, chamados de saberes locais ou subalternos, como faz-se identificar outros movimentos de desdogmatização ou, em verdade, de descredibilização da Ciência.

Os próprios movimentos políticos e as crises do capitalismo, somados às transformações decorrentes da sociedade de consumo e das novas formas de relacionamento proporcionados pelas proeminências das redes sociais *online*, têm deslocado a autoridade das instituições tradicionais e, dentre elas, a do papel fundamental do conhecimento científico na produção da “verdade” e das formas jurídicas, uma vez que essas transformações se baseiam no deslocamento dos papéis sociais de emissão e recepção; portanto, colocando em causa quais as instâncias legítimas de emissão.

Dentre as diversas análises contemporâneas sobre a crise da ciência que têm recorrido à investigação de fenômenos, como o negacionismo científico e a pós-verdade – que serão aprofundados ao longo deste trabalho – identifica-se a análise epistemológica da Ciência na virada do século XX para o XXI, que aponta para uma degenerescência da credibilidade científica, a qual recorre à contradição entre a legitimidade incontestável que a Ciência buscou construir para si desde o século XIX e o fato de estar sempre limitada, como qualquer prática social, ao que se pode definir como as condições materiais de cada tempo histórico (BOURDIEU, 2003).

Assim, como apontam Cassiani, Selles e Ostermann (2022), coexistem, hoje, questionamentos sobre a Ciência em várias frentes, por exemplo, na necessidade de revisão histórica e reconhecimento dos efeitos nefastos que a própria Ciência repercutiu em outros tempos, ao reafirmar o eugenismo, a desigualdade de gênero, o racismo e o colonialismo como parte do projeto colonial, imperialista e capitalista, com a função de legitimar uma visão de mundo desigual no que diz respeito a pessoas não brancas e não europeias, mulheres, identidades de gênero dissidentes e outros grupos sociais. Veja-se, como exemplo, o recente editorial da revista *Nature*, em que se reconhece o papel daquela revista na propagação do “legado discriminatório” em relação a certos grupos sociais, que formaram também parte da história da Ciência:

Desde a sua fundação, há mais de 150 anos, esta revista desenvolveu uma reputação de publicar algumas das descobertas científicas mais importantes do mundo. Mas também publicamos material que contribuiu para o viés, a exclusão e a discriminação na pesquisa e na sociedade. Alguns de nossos artigos foram ofensivos e prejudiciais, um legado que agora estamos fazendo um esforço atrasado para examinar e expor. Eles contrastam fortemente com

o objetivo atual da revista de promover a equidade, a diversidade e a inclusão (EDITORIAL, 2022, tradução nossa, 2022).

Por outro lado, há também um movimento de descredibilização da Ciência que “tende a associar a confiabilidade da ciência e ideologias políticas, colocando sob suspeição o trabalho da comunidade científica” (CASSIANI; SELLES; OSTERMANN, 2022, p. 5), cuja expressão ganhou força em decorrência da pandemia pelo Sars-Cov-2. Segundo Pádua (2020, p. 81), “nessa tendência de desvalorização, a ciência é tomada ora como uma pretensão absolutista a uma verdade fugidia, ora como uma arma nas mãos de grupos sociais específicos querendo impor opressivamente suas visões de mundo particulares em outros”.

O negacionismo científico não é um movimento atual. Contudo, a ascensão do conservadorismo de ultradireita somado ao crescimento das redes sociais *online* e ao fortalecimento de correntes de desinformação apoiadas em *fake news* aumentaram exponencialmente a visibilidade e disseminação de informações sem o debate necessário, que constitui o cerne do avanço e reconhecimento da legitimidade científica. Para Gomes (2021), a questão central que se apresenta é a capacidade dos discursos populistas de ultradireita – como é o caso daqueles proferidos por Jair Bolsonaro no Brasil e Donald Trump nos EUA – de interferirem sobre o lugar da autoridade epistêmica no âmbito da circulação de informações relacionadas à pandemia pela Covid-19.

Em linhas gerais, a discussão sobre *fake News*, que se centra no deslocamento possível da autoridade epistêmica, se vale da capacidade de alguns campos sociais de transferirem a legitimidade de certos sujeitos para outros campos (BOURDIEU, 2003), por exemplo, de um Presidente da República (pertencente ao campo da política e com grande concentração de capital político) ter legitimidade para falar sobre o que é boa ou má ciência (o que requereria que essa mesma pessoa também usufruísse de elevado capital científico dentro do campo da ciência).

Assim, se em um certo contexto poderia parecer impossível um Presidente descredibilizar o discurso da ciência, uma vez que ele não detém capital científico, neste novo momento da sociedade da informação parece que os campos sociais enfrentam barreiras mais difusas em relação aos processos de legitimação de seus discursos para a sociedade. Esse questionamento da autoridade epistêmica da Ciência, especialmente no contexto da Covid-19, representou uma guinada na importância e fortalecimento de movimentos populistas de ultradireita por todo o mundo.

As crises de credibilidade da Ciência e da interferência do capital político no

questionamento da sua autoridade não estão circunscritas ao momento da pandemia pela Covid-19. Em anos anteriores, o Governo brasileiro teve de lidar com crises de desconfiança em relação à eficácia das políticas nacionais de vacinação (GOMES, 2021). Em 2016, por exemplo, a crise sanitária provocada pelo Zika Vírus enfrentou um movimento de desinformação, em que perfis de redes sociais questionavam a eficácia dos larvicidas e das vacinas e argumentavam serem estratégias de ONG de esquerda para exterminar a população mais pobre (GOMES, 2021).

A pandemia pela Covid-19, dada a sua gravidade, potencializou este movimento de antagonismo, em que a Ciência é colocada do lado da “esquerda” ou de movimentos conspiratórios que supostamente ganhariam vantagens com a crise econômica causada pelas medidas de isolamento e encerramento de atividades contra as investidas de um governo que supostamente tinha o interesse de salvar o país do “inimigo”.

De fato, a criação da figura antagonista tem sido a base dos movimentos populistas, que se manifestam “sob a figura do líder carismático que mobiliza sinais, símbolos e ideias numa cadeia de equivalências, as quais traduzam o sentimento do ‘povo’ de modo a inflamar suas bases em contraponto aos que ele evoca como inimigos ou adversários” (GOMES, 2021, p. 22).

Nesse contexto, os conceitos de pós-verdade, infodemia, desinformação e outros que figuram no campo semântico que pretendem dar conta da influência das novas formas de constituição da esfera pública – eminentemente em espaços digitais – na desconstrução ou crise de certos espaços de autoridade – como a ciência ou a política –, precisam investigar as novas faces do neoliberalismo contemporâneo e em que medida este se alimenta dos novos populismos digitais de ultradireita, que se valem das redes sociais e seus algoritmos para mobilizarem sentimentos e adesão às suas propostas ideológicas.

3 DA SOCIEDADE DOS MEIOS À SOCIEDADE MUDIATIZADA: NOVOS CIRCUITOS INFORMATIVOS

A tecnologia, atualmente, faz parte do cotidiano dos indivíduos de maneira corriqueira e natural. Para as novas gerações, é inconcebível imaginar coisas e fatos que até pouco tempo representavam evoluções e revoluções na vida das pessoas ou simplesmente não existiam. Podemos apontar muitas transformações vivenciadas nos últimos tempos que influenciaram, de modo decisivo, os mais diversos campos da atividade humana. Essa realidade nos leva a pensar que estamos diante de inúmeros desafios e possibilidades para a comunicação no contexto social.

Segundo Manuel Castells (1999), trata-se de uma tendência informacional, global e em rede. É informacional, porque a produtividade e a competitividade de unidades de agentes nessa economia (sejam empresas, nações ou regiões) dependem, basicamente, de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. É global, porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação e tecnologia e mercado), estão organizados em escala planetária, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. E é em rede porque nas novas condições históricas, a produtividade é gerada e a concorrência é feita em uma rede de interação.

Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua formação. É a conexão histórica entre a base de informação/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto (CASTELLS, 1999, p. 119).

Essas características são determinantes para o que o autor denomina de Sociedade em Rede, uma sociabilidade baseada em uma dimensão virtual, possível e impulsionada por novos artefatos, que transcende o tempo e o espaço. É uma estrutura social operada por tecnologias de comunicação e informação, fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais, que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes.

Um atributo central da sociedade em rede é a transformação da área da comunicação, incluindo os *media*. A comunicação constitui o espaço público, ou seja, o espaço cognitivo onde as mentes das pessoas recebem informação e formam os seus pontos de vista através do

processamento de sinais da sociedade no seu conjunto. Os sistemas de comunicação midiáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores coletivos de informação, mesmo quando a informação final é processada pelo indivíduo, de acordo com as suas próprias características pessoais. “É por isso que a estrutura e a dinâmica da comunicação social é essencial na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política” (CASTELLS, 2015, p. 23).

Para André Lemos (2012), é muito difícil, senão impossível, desatrelar rede social, comunicação e organização. A mudança do comportamento propiciada pela *internet*, tanto das pessoas quanto das corporações, na busca em entender o que é substantivo para atuar no cenário digital, faz com que as organizações procurem conhecer melhor as alternativas e oportunidades apresentadas pelos aparatos midiáticos assim como o comportamento do consumidor nesse meio, que busca se adaptar e tirar o melhor proveito que um recurso como esse pode proporcionar. Pensar as organizações/associações é, necessariamente, pensar seus fluxos, suas redes e seus processos comunicacionais.

O cenário digital torna-se objeto de estudo das organizações para se adequar, melhor utilizar e se posicionar. Esse comportamento de ambas as partes (público e organizações) ainda é influenciado – ou potencializado – pela dinâmica existente no ambiente da *internet*, onde as mudanças são constantes e ocorrem demasiadamente rápidas, inspiradas pelas facilidades que a própria tecnologia propicia. As redes sociais tornaram-se prioritárias e fundamentais para muitas instituições. Muito também ocorre em função das ações de competidores e concorrentes nesse território virtual.

Cada vez mais, as redes sociais ocupam espaço junto às estratégias organizacionais. A compreensão dos fatores que levam à participação de organizações nesses espaços tendeu a apresentar a motivação e o valor que percebem nessa interação.

3.1 Entre Meios, Mídias e Mídiação

A sociedade sempre buscou uma forma de se comunicar – seja por meio oral, visual, ritual ou escrito, entre outros. A procura incessante de repassar suas sabedorias, histórias e informações fez com que o homem inventasse uma forma de comunicação, que permite diálogos instantâneos com pessoas a quilômetros de distância. Mas, nem sempre foi assim.

Em um estudo sobre a história dos meios de comunicação de massa até a chegada da convergência midiática, no final do século XX, Straubhaar e LaRose (1996) apresentam

evidências de que o consumo de informação é um ciclo repetitivo de inovação tecnológica à medida que novas formas midiáticas e usos surgem. Com isso, verificamos uma crescente demanda por novos serviços e habilidades, mudanças na sociedade causadas pela mídia e constantes tentativas governamentais de restringir o seu poder político.

Os pesquisadores observam que, antes da imprensa, os livros eram um meio limitado. Alfabetização e leitura vieram centenas de anos antes da mídia de massa. As obras, copiadas à mão por monges que frequentemente devotavam suas vidas ao processo, eram disponíveis somente para uma elite e a leitura era o trabalho de escribas e padres. De acordo com os autores, nas civilizações da Grécia, Egito, China, Islã e Roma, poucas pessoas eram altamente educadas e tinham acesso às bibliotecas.

Na China e em nações islâmicas, livros de literatura, ciência e filosofia floresceram entre os poucos educados. Na Europa, durante a Idade Média, poucos livros, além da Bíblia e de comentários religiosos e filosóficos, eram disponíveis. Isso começou a mudar ao redor dos anos de 1300, quando universidades foram determinadas a treinar mais pessoas como escribas e à medida que os nobres começaram a se interessar em aprender a ler.

Com a invenção da prensa de tipos móveis em 1455 pelo alemão Johannes Gutenberg, uma revolução cultural entrou em curso na história do mundo ocidental. O feito foi capaz de produzir impressões mais eficazes e rápidas, possibilitando a produção em larga escala e o surgimento dos meios de comunicação de massa, que têm origem na ascensão do protestantismo, da democracia e do capitalismo (BRIGGS; BURK, 2006). Este período, entre a invenção de Gutenberg até o final do século XVIII, é a chamada “era moderna”. A comunicação não era imediata, mas já atingia pontos conhecidos do mundo.

DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 70) afirmam que, embora o jornal de massa tenha chegado aos Estados Unidos na década de 1830, ainda era limitado em termos de coleta de notícias, tecnologia de impressão e distribuição. Só após a construção de estradas de ferro, o uso do navio a vapor como principal meio de transporte, por volta de 1840, e o estabelecimento do telégrafo como meio de transmissão rápida de notícias locais de acontecimentos importantes para a redação é que os jornais se tornaram atrativos o suficiente para os leitores em geral.

A influência dos impressos começou a ser tão grande nos Estados Unidos que surgiu a expressão do jornalismo como “quarto poder” devido ao seu grande alcance e formação da opinião pública. Briggs e Burk (2006, p. 197) fazem referência ao termo ao citarem uma declaração de Richard Codben, do jornal inglês *Daily Telegraph*, quando disse, em 1834, que “a influência da opinião pública, tal como exercida pela imprensa, é a característica que diferencia a sociedade moderna”. A modernidade, ao que parece, chegava acionada pela relação

entre mudanças técnicas e sociais colocando a mídia no centro do processo.

Segundo Massimo De Felice (2012), na época contemporânea a humanidade estaria enfrentando uma ulterior revolução comunicativa, aquela implementada pelas tecnologias digitais, realizando importantes transformações no interior dos distintos aspectos do convívio humano. Nesta, além da expansão do elemento comunicativo, que possibilita o alcance total do público e a transmissão em tempo real de uma quantidade ilimitada de mensagem, é o mesmo processo e o mesmo significado do comunicar a ser radicalmente transformado.

Os autores mencionados anteriormente convergem com a perspectiva de Marshall McLuhan (1996, p. 17) sobre a correlação fundamental do humano e do técnico.

Estamos nos aproximando rapidamente da fase final das extensões do homem: a simulação tecnológica da consciência, pela qual o processo criativo do conhecimento se estenderá coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana, tal como já se fez com nossos sentidos e nossos nervos através dos diversos meios e veículos.

O autor argumenta que novos índices relacionais são estabelecidos pelos meios como extensões dos nossos sentidos. Isso acontece não apenas entre as nossas percepções particulares, mas também coletivas: “Os diversos meios de comunicação alteram-se mutuamente, em um permanente processo de inter-relacionamento” (McLUHAN, 1996, p. 72).

Baseado nos ensinamentos de McLuhan, Faxina e Gomes (2016) creditam à tecnologia, principalmente à *internet*, a responsabilidade por dois movimentos: de um lado, ela é fruto e consciência das relações, inter-relações, conexões e interconexões da utilização pela sociedade dos meios e instrumentos comunicacionais; por outro, significa um novo ambiente social, que incide profundamente nessas mesmas relações, inter-relações, conexões e interconexões, as quais constroem a sociedade contemporânea. Não é somente a comunicação que é potencializada. Isto é, não apenas as possibilidades de comunicação, por meios tecnológicos extremamente sofisticados, caracterizam o contexto atual, mas a sofisticação tecnológica, amplamente utilizada pelas pessoas, desde a mais tenra idade, cria um novo ambiente matriz, que incide diretamente sobre o modo de ser, pensar e agir em sociedade.

As revoluções comunicativas assinalaram não somente o aparecimento de uma nova forma de comunicar proporcionada por novos meios, mas também a introdução de novas possibilidades de comunicação e, conseqüentemente, de novas práticas interativas. É um processo de informacionalização da sociedade, ancorado no funcionamento das tecnologias de informação e comunicação. Trata-se de uma lógica social caracterizada pela circulação crescente e acelerada dos fluxos de informação tanto na esfera privada como no trabalho e no

espaço público. A velocidade com que acontecem as trocas de informações está relacionada com as transferências de dados e, portanto, com os aperfeiçoamentos técnicos da rede.

Para Henry Jenkins (2016, p. 216), vivemos em uma sociedade cada vez mais participativa, que proporciona ao público ter mais voz nas decisões que impactam a produção de mídia e circulação: “Se a nossa sociedade é mediada, é por causa da convergência e da conexão, porque todos os aspectos das nossas vidas são tocados pela mídia e porque mais e mais de nós temos a capacidade de comunicar nossas ideias por meio de múltiplos canais de mídia”.

Tornou-se muito mais difícil fazer distinções clássicas entre comunicações interpessoais, organizacionais e de massa, por exemplo, em um momento em que a mídia social e os grandes meios de transmissão se conectam de forma cada vez mais complexa e o conteúdo pode fluir de uma rede hiperpessoal para um fórum maior com apenas um clique no *mouse*. Por outro lado, torna-se cada vez mais claro que todos os eventos são eventos de mídia na medida em que o que importa tem tanto a ver com a forma como eles são cobertos e a maneira como impactam os fluxos discursivos, quanto com o que “realmente acontece” no mundo real: “Cada evento tem o potencial de ser absorvido em múltiplas conversas, sendo reenquadrado e ao mesmo tempo reembalado e recirculado, redefinido conforme se transforma em um *meme*, por um lado, ou traduzido em conteúdo a ser difundido, por outro” (JENKINS, 2016, p. 216).

Os avanços tecnológicos tornaram a informação cada vez mais acessível, porém, a comunicação continua dependendo da relação emissor-receptor, sendo, assim, mais complexa. Wolton (2010) defende uma visão humanista da comunicação, que privilegia os processos políticos necessários, para que a “incomunicação” entre indivíduo e cultura não se torne uma fonte de conflitos. Os processos de troca comunicacionais são vistos como base de toda experiência humana e social. Também define como horizontes da comunicação o compartilhamento, a convicção, a sedução, a influência, a convivência e a comunicação. Segundo o autor, “a aldeia global é uma realidade tecnológica, mas não apenas social, cultural e política” (WOLTON, 2010, p. 22).

Na perspectiva do autor, o problema não é mais a falta de informação, mas a criação de condições necessárias para que indivíduos consigam se comunicar e conviver em um mundo globalizado, compreendendo e tolerando diferenças linguísticas, filosóficas, religiosas, econômicas, culturais e políticas. Ele também aponta para a velocidade de circulação das informações, a ausência de controle, a falta de regulamentação e o esquecimento do interesse geral, principalmente na *internet*. Se os sistemas técnicos estão em sintonia, os homens e as sociedades só raramente o estão. É por isso que o progresso técnico é, ao mesmo tempo, o

melhor e o pior da comunicação. Ele possibilitou sair da comunicação fechada e multiplicar as mensagens e os contatos, mas não aumentou a comunicação proporcionalmente à performance das ferramentas. Tornou mais evidente as marcas da incomunicação: “O mundo inteiro engoliu o mito da *internet*, convencido de que bilhões de internautas levariam a uma autêntica comunicação” (WOLTON, 2010, p. 23-24).

No passado, quando as tecnologias de informação e comunicação eram mais limitadas, as mensagens trocadas envolviam públicos homogêneos, facilitando a comunicação. Com os avanços tecnológicos, as mensagens se tornaram ilimitadas. Tanto os emissores, quanto os receptores são cada vez mais numerosos e heterogêneos. Wolton (2010, p. 16) assevera: “A informação tornou-se abundante; a comunicação, uma raridade. Produzir informações e a elas ter acesso não significa mais comunicar”.

Três categorias de informação são apresentadas por Wolton (2010): oral, imagem e texto. Dentro delas, destacam-se quatro tipos de informação: a informação-notícia, ligada à imprensa; a informação-serviço, que se expandiu mundialmente pela *internet*; a informação-conhecimento, ligada ao desenvolvimento de bancos e bases de dados; e a informação-relacional, que permeia as demais e remete ao desafio humano de construir relações para a comunicação. “A informação é tratada segundo a definição clássica que remete à unidade e à mensagem. A comunicação, em contrapartida, remete à ideia de relação de compartilhamento, de negociação” (WOLTON, 2010, p. 18).

No pensamento woltoniano, o conceito de negociação pertence a culturas democráticas, inexistindo negociação em sociedades autoritárias ou totalitárias: “A comunicação é um problema de convivência e de laço social, característica de uma sociedade em movimento, de interatividade, de velocidade, de liberdade e de igualdade” (WOLTON, 2010, p. 25). O autor entende essa dinâmica como resultante de uma revolução que considera as liberdades humanas, os modelos democráticos e os processos tecnológicos. Há duas ideologias ameaçadoras: o individualismo – redução da comunicação à expressão e à interatividade – e o comunismo – marginalização da questão da alteridade e a possibilidade de encerramento em espaços virtuais. Wolton (2010, p. 53) nos instiga a pensar o seguinte: “[...] a incomunicação aumenta proporcionalmente ao volume da informação e à performance crescente dos sistemas de comunicação? A incompreensão ou até mesmo a intolerância e os estereótipos aumentam na proporção da velocidade de circulação da informação?”

Os estudos de Mitchell e Hansen (2010, p. 12) também chamam a atenção para a perspectiva de que os estudos da mídia não podem se restringir aos estudos dos meios de comunicação enquanto tecnologias, numa linha determinista, mas devem se abrir aos estudos

da racionalidade fundamental entre o homem e a técnica, enquanto função irreduzível da mediação na história humana:

O significado moderno mais antigo de meio como substância intermediadora parece não apenas fazer uma aparição disfarçada, mas fazer assim numa maneira – ou seja, como uma generalidade – capaz de sustentar a integridade do termo mídia através de suas várias disjunções e reinvenções periódicas. Como um termo denotando ‘substância infiltrada e envolvente’ em que os organismos humanos vivem, meio designa uma relacionalidade mínima, uma abertura mínima para a alteridade, um acoplamento ambiental mínimo, que aparece de alguma forma central para o entendimento de nós mesmos como seres ‘essencialmente’ protéticos.

Essa noção mais abrangente de mídia nos interessa, particularmente, como pano de fundo para o desenvolvimento deste trabalho pelas possibilidades de reflexão e análise de empirias sob o ângulo das noções de mediação e midiaticização. Silverstone (1999) atribui caráter genérico e fortemente dessingularizante da mediação, bem como a não explicitação das determinações políticas, econômicas, estéticas e técnicas. Seria necessário pensar a mídia como um processo de mediação, de circulação de significados, já que a mediação é infinita, constrói, reafirma e descontinua quadros de representação e experiência, como processo interpretativo, inacabado, em constante devir.

O autor observa que, no novo ambiente midiático sobrecarregado de informações e pluralidade de vozes que fazem confundir os limites das esferas pública e privada, parece que a “participação eficaz” desapareceu e desafia o papel contemporâneo das instituições midiáticas: “Em debate está a capacidade [...] de criar e sustentar um debate público significativo: de maneira justificável, acessível e responsável. Não podemos pedir, nem devemos esperar menos” (SILVERSTONE, 1999, p. 273).

Num percurso conceitual por correntes que tentam dar conta do papel que desempenham as instituições e os processos envolvidos na comunicação mediada, diversos estudos apontam que, apesar de aproximações diversificadas e desconexas aos fenômenos midiaticizados, todas contemplam a comunicação como elemento-chave. Hjarvard (2012) propõe o conceito de “midiaticização” como expressão da centralidade das tecnologias e dos processos de comunicação, que perpassam a vida econômica e política e permeiam o universo de valores e representações na atualidade. Trata-se de uma “fase ou situação do desenvolvimento global da sociedade e da cultura no qual os meios de comunicação exercem uma influência particularmente predominante em outras instituições sociais” (HJARVARD, 2012, p. 61).

Embora a mediação seja um componente essencial dos processos de midiaticização, faz-

se essencial compreendermos as diferenças entre esses fenômenos comunicacionais. Enquanto a mediação consiste na comunicação interpessoal através dos meios de comunicação, a midiaticização é um processo em que “as instituições sociais e culturais e os modelos de interação são alterados como consequência do crescimento da influência dos meios de comunicação” (HJARVARD, 2012, p. 66).

Hjarvard (2012, p. 67) concebe a mídia como uma instituição independente capaz de intervir no funcionamento de outras instituições sociais, enquanto “espaço público” de questionamentos, discussões e formação de opinião através da interação dos atores sociais que desconhecem fronteiras de tempo e espaço, mas apresentam regras e sanções próprias, incluindo o risco de processos legais. Ele salienta que a globalização provocou uma “institucionalização da comunicação e da interação mediadas” (HJARVARD, 2012, p. 67). Nesse sentido, lança um olhar particular sobre formas de ver o mundo contemporâneo, diante de processos tecnológicos que angulam formas de mediação e exercício das competências midiáticas dos atores sociais.

De acordo com Braga (2012), há uma intensificação dos processos de interação social através de dois eixos: a circulação e a formação de circuitos. A circulação se dá em um fluxo contínuo, sendo concebida como “espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação” (BRAGA, 2012, p. 43). Na prática, estamos falando do exercício das competências midiáticas dos atores sociais (apropriações do receptor) a partir do conteúdo que lhe foi emitido. São exemplos de circulação: conversas informais sobre produtos midiáticos, comentários em redes sociais, oferta de produtos inspirados em produções midiáticas de grande relevância e atividades de *fan fiction*.

Os circuitos são correntes de circulação, que atravessam campos sociais, num fluxo ininterrupto, sendo abastecidos de novas apropriações e sentidos. São processos altamente experimentais. Ao transitarem pelos mais diversos campos, os “circuitos contemporâneos envolvem momentos dialógicos, momentos ‘especializados’; momentos solitários – o mundo circula em nosso *self* – e momentos tecnodistanciados, difusos” (BRAGA, 2012, p. 44).

Nos processos de midiaticização, ocorre “uma circulação em fluxo contínuo, relacionada à geração de circuitos complexos em dois sentidos: pela variedade de ambientes atravessados e pela diversidade de processos, meios e produtos articulados ao circuito” (BRAGA, 2012, p. 48). Também ocorrem a criação e a recriação contínuas de circuitos, sendo estes permeados “por articulações diversas possíveis entre as táticas da instantaneidade que procuram abreviar o tempo de acesso e de circulação; e as táticas de acervo, voltadas para a permanência e para a recuperação, do resultado das apropriações dos usuários” (BRAGA, 2012, p. 49).

A circulação de informações passa a ser vista como espaço do reconhecimento e dos desvios produzidos pela apropriação midiática com mais possibilidades de ocorrências interacionais na prática social. Na visão de Fausto Neto (2008), não há dúvidas de que estamos diante de novos modos de vínculos interacionais, com a emergência de processos midiáticos constituídos em torno de novos fluxos e produtos que, mesmo vinculados às plataformas regulatórias do sistema produtivo, apontam para a existência de enunciadores – receptores/usuários/interagentes – que se deslocam para outras atividades enunciativas, atuando como coprodutores da informação.

Dessa forma, se antes a mídia tradicional conservava a noção de verdade, tão enraizada no próprio modo como o campo jornalístico se constitui, agora nota-se que a *internet* e as redes sociais colocam em xeque o lugar de fala conquistado pelos veículos tradicionais como instância de verdade. Isso, de certa forma, desestabilizou as relações de poder existentes e consolidadas nos campos simbólicos. Não se trata de uma simples ação e, sim de um complexo de ações que constroem um cenário intencionalmente determinado. O ambiente informativo e hiperconectado favorece ainda mais a circulação de fatos descontextualizados, fragmentados, manipulados, retirados de sua historicidade e tendenciosos, que apagam a realidade, distorcem, subtraem, rotulam ou confundem.

São distorções ou partes da verdade, as quais atendem a interesses a partir de um sistema informacional que molda a opinião pública utilizando uma série de artifícios e mecanismos para manter a hegemonia, e isso não é nada novo. Contudo, com a velocidade da demanda de informações no meio digital e o espalhamento de informações com uma rapidez multiplicada, essa “desinformação” ganha vulto com o fenômeno de circulação de *fake news*.

3.2 Fake News, desinformação e pós-verdade: esforços conceituais

A desinformação tem ganhado robustez e se tornado mais fluida. As *fake news* ficaram frequentes e incorporadas ao cotidiano. O negacionismo tem sido empregado como recurso para evidenciar temas que chamem atenção da opinião pública, ao mesmo tempo em que minimiza outros para servir a interesses políticos. Trata-se de iniciativas que têm como propósito manter projetos de dominação política, ideológica ou cultural, assumindo o formato de informações que circulam com o intuito de enganar alguém. Ou seja, trata-se de um ato deliberado para induzir ao erro.

Ferrari (2018) diz que desde o Império Romano notícias falsas ou com intuito de gerar conflito e confusão são disseminadas e que hoje a mentira está tomando conta de tudo,

transformando-se numa vertente da desinformação. Burkhardt (2017) divide a história em quatro eras: pré-impressão, pós-impressão, mídia de massa e *internet*. Com exemplos históricos, a autora demonstra que, desde os primórdios, há intencionalidades na difusão de informações inverídicas. Alguns, provavelmente, tiveram motivações benignas para produzi-las; outros parecem ter a intenção de prejudicar indivíduos, famílias ou governos. “As consequências intencionais e não intencionais das notícias falsas da era pré-*internet* foram profundas e de longo alcance para a época. À medida que os meios de divulgação de notícias falsas aumentavam, as consequências se tornavam cada vez mais graves” (BURKHARDT, 2017, p. 8).

Na primeira era (pré-imprensa), as *fake news* tratavam do controle da informação, em que o conhecimento também é poder. Para demonstrar o fato, utiliza o caso do historiador Procópio de Cesaréia, que usou a disseminação de informações falsas para desacreditar o imperador Bizantino Justiniano, no século VI d. C., em um tratado chamado “História Secreta”. “Como o imperador estava morto, não poderia haver retaliação, questionamento ou investigação. O novo imperador não favorecia Justiniano e é possível que Procópio tivesse uma motivação para se distanciar da corte de Justiniano, usando as histórias (muitas vezes selvagens e inverificáveis) para fazê-lo”. (BURKHARDT, 2017, p. 6).

O *Canard*²³, na França; e o *Pasquino*²⁴, na Itália, caracterizam a era da imprensa pós-impressão. Na era da mídia de massa, o programa *Broadcasting the Barricades*, da rádio britânica BBC, veiculava notícias falsas como uma paródia em 1926, alarmando a população, e é um exemplo desse período.

O padre Ronald Arbuthnott Knox fez uma transmissão de notícias falsas em janeiro de 1926 chamada ‘Broadcasting the Barricades’ na rádio BBC. Durante esta transmissão, Knox deu a entender que Londres estava sendo atacada por comunistas, o Parlamento estava sitiado e o Savoy Hotel e o Big Ben haviam explodido. Aqueles que sintonizaram tarde não ouviram o aviso de que a transmissão era uma paródia, e não um noticiário real. Esta apresentação dramática, ocorrendo apenas alguns meses após a greve geral na

²³ A palavra francesa *canard* pode ser usada para significar um boato ou história infundada. *Canards* eram abundantes durante o século XVII na França. Um *canard* relatou que um monstro, capturado no Chile, estava sendo enviado para a França. Esse relatório incluía uma gravura de uma criatura semelhante a um dragão. Durante a Revolução Francesa, o rosto de Maria Antonieta foi sobreposto ao dragão. A imagem revisada foi usada para menosprezar a rainha. O aumento resultante da impopularidade para a rainha pode ter contribuído para seu tratamento severo durante a Revolução.

²⁴ Em 1522, o autor e satírico italiano Pietro Aretino escreveu sonetos, panfletos e peças perversas. Ele autopublicou sua correspondência com a nobreza da Itália, usando suas cartas para chantagear antigos amigos e patronos. Se esses indivíduos falhassem em fornecer o dinheiro que ele exigia, suas indiscrições se tornavam pública, plantando as sementes da dúvida nas mentes de seus leitores sobre as pessoas no poder na Itália e ajudando a moldar a complexa realidade política da época

Inglaterra, causou um pequeno pânico até que a história pudesse ser explicada (BURKHARDT, 2017, p. 7).

Por fim, na categoria era da *internet*, as notícias falsas foram disseminadas e amplamente compartilhadas, sendo os episódios mais conhecidos todos os aparatos midiáticos que levaram à eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos em 2016. Para além das intencionalidades político-ideológicas, nessa fase, o que está em jogo, também, é a lógica de mercado. Em um meio amplamente não regulamentado, apoiado e impulsionado pela publicidade, o incentivo para o bem é, muitas vezes, superado pelo incentivo para ganhar dinheiro e isso tem um grande impacto sobre como o meio se desenvolve ao longo do tempo.

Os criadores de notícias falsas descobriram que poderiam atrair tanto interesse que poderiam ganhar dinheiro com notícias falsas por meio de publicidade automatizada que recompensa o alto tráfego para seus *sites*. Um homem que administrava uma série de *sites* de notícias falsas nos subúrbios de Los Angeles disse à NPR que ganhava entre US\$ 10.000 e US\$ 30.000 por mês. Um estudante de ciência da computação na ex-república soviética da Geórgia disse ao *New York Times* que criar um novo *site* e preenchê-lo com histórias reais e notícias falsas que lisonjeavam Trump era uma ‘mina de ouro’ (BURKHARDT, 2017, p. 9).

Ainda não existe uma definição consensual de *fake news* na literatura. Allcott e Gentzkow (2017, p. 213, tradução própria) as definem como “artigos noticiosos que são intencionalmente criados, comprovadamente falsos e que podem confundir os leitores”. Raquel Recuero e Anatoly Gruzd (2019) têm uma leitura próxima à dos autores estadunidenses. Para eles, as características fundamentais são “a falta de autenticidade e seu propósito de enganar” (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 32). Ou seja, é uma ocorrência que está relacionada à falsidade (total ou parcial) de um dado, cujo objetivo é ludibriar as pessoas.

À inautenticidade e ao propósito, Recuero e Gruzd (2019) acrescentam um terceiro elemento: a imitação da narrativa jornalística. Os agentes produtores “copiam” o formato, a linguagem e o estilo na tentativa de obter certa credibilidade. “As *fake news*, assim, tomariam emprestado do jornalismo, pela emulação de seus padrões de linguagem, a credibilidade e a legitimidade para a narrativa falsa que propagam, apoiando-se em sua função social” (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 33).

Embora o termo possa existir desde o século XIX (WATSON, 2018), seu significado passou por diversas alterações ao longo dos anos, tornando-se popular em 2016, durante a campanha eleitoral presidencial americana. Em 2017, o *Collins Dictionary* decidiu nomear a terminologia como a palavra do ano. Donald Trump foi o político, como candidato à Casa

Branca em 2016, que popularizou o termo. Ele começou a usar o conceito repetidamente para rotular todo o jornalismo que não favorecesse sua campanha (FARKAS; SCHOU, 2019), demonstrando como as notícias falsas têm sido usadas, principalmente, para promover ideologias ou para ganhar dinheiro (LAZER *et al.*, 2018).

De acordo com Boarini e Ferrari (2021), independentemente das terminologias, é importante ter em mente que os discursos têm sido construídos e difundidos sob a forma de rizoma e, portanto, se valem da dinâmica frenética e da capacidade de conexão em dimensões multilaterais que a vida em rede oferece. Rizoma é um termo que Deleuze e Guattari (2017) emprestam da botânica e representa as raízes secundárias que, ao saírem da matriz, criam uma multiplicidade de caminhos ou pontos, alterando o seu aspecto inicial. “Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo” (p. 24). Essas características podem vir à luz a partir de intenções independentes, mas podem, igualmente, ser potencializadas e agir conjuntamente de maneira interdependente.

O rizoma representa a experimentação dessas multiplicidades e são constituídos por estratos e agenciamentos. Para Deleuze e Guattari (2017), os estratos são “formações históricas, positivities ou empiricidades” (p. 57), formados por coisas e palavras, o que se vê e o que se fala. Já os agenciamentos são arranjos ou processos de organização e montagem que criam formas de funcionamento ou novos territórios. Os autores observam que os agenciamentos se constituem por meio do desejo, o qual não possui uma determinação natural ou espontânea, mas é agenciado e está constantemente agenciando.

Os agenciamentos são todo o conjunto de singularidades e traços extraídos do fluxo que são selecionados, organizados e estratificados, convergindo natural ou artificialmente, apresentando-se como uma invenção. Analisar os agenciamentos é levar em consideração o território que o envolve, é tornar algo seu, como “minha casa”, “meu trabalho”, “meu amigo”. Desse modo, os agenciamentos extraem os fragmentos dos meios e lhes conferem novo sentido, em um desenvolvimento constante de devires (DELEUZE; GUATTARI, 2017).

Os efeitos proporcionados pelas características inerentes da vida em rede digital, como o imediatismo e a capilaridade, têm contribuído para expandir o espectro de estrago na confluência desses fatores e sua relevância como risco à democracia. Assemelham-se, portanto, às características de um rizoma, que encontram na configuração da rede digital um perfeito habitat: é no meio dele em que as coisas adquirem velocidade e um rizoma é unicamente aliança (DELEUZE; GUATTARI, 2017).

Por esta abrangência complexa de intenções, cenários e ferramentas que a mentira vem se valendo ao longo dos tempos, muitos estudos buscam categorizar esse fenômeno como

“desinformação”. Um dos empreendimentos de definição e categorização está no trabalho de Wardle e Derakhshan (2017). Num quadro nomeado como *Information Disorder* (Desordem Informacional), os autores buscam categorizar conteúdos de desinformação. Na categoria (a) *misinformation*, ou informação incorreta/imprecisa, estão as mensagens falsas e incorretas que não possuem a intenção de causar um dano a terceiros; em (b) “*malinformation*”, ou má informação, estão aquelas com base na realidade, mas que se constituem através de assédios, vazamentos e discursos de ódio com a finalidade de causar algum dano; e na categoria (c) *disinformation*, ou desinformação, estão informações totalmente falsas e produzidas deliberadamente para prejudicar um indivíduo ou grupo social.

A pesquisa de Wardle e Derakhshan (2017), então, propõe sete tipificações para o que eles batizaram como “ecossistema da desinformação”. São elas: (a) falsa conexão: quando manchetes, ilustrações ou legendas não correspondem ao conteúdo e levam ao engano; (b) falso contexto: quando uma informação genuína é compartilhada e divulgada num contexto falso, que muda a interpretação dela; (c) manipulação do conteúdo: quando uma informação e/ou imagem genuína é manipulada para enganar; (d) sátira ou paródia: não há intenção, *a priori*, de engano, mas pode ser compartilhada ou identificada como se fosse uma notícia baseada na realidade; (e) conteúdo enganoso: uso de informações de modo a enganar o indivíduo para determinado situação específica; (f) conteúdo impostor: quando fontes genuínas são imitadas e conteúdos ditos por determinados agentes são divulgados como se outros é que tivessem dito; e (g) conteúdo fabricado: aquele que mais, geralmente, tem sido apontado como *fake news* clássica – embora não seja utilizada essa expressão pelos autores- ou seja, um conteúdo que é 100% falso e feito para ludibriar e prejudicar algo ou alguém.

Todo esse processo se transformou numa situação endêmica e demanda um olhar e combate sistêmicos. A conjunção de alguns fatores tem contribuído para a força do processo de desinformação: a configuração das redes digitais, a possibilidade de exploração dos recursos tecnológicos dentro do universo narrativo para alcançar audiências gerais ou delimitadas por bolhas e a crise de confiança sofrida por instituições, como a imprensa e a ciência. Não se trata de fatores exclusivamente estanques, mas que têm capacidade de agir de forma simultânea e confluyente.

A configuração das redes sociais digitais pode encabeçar a lista de fatores por conta da reconfiguração causada por elas na sociedade como um todo – do seu imediatismo, da capilaridade e da capacidade de atingir audiências gigantescas, diversas ou limitadas por bolhas, e, mais recentemente, da atuação dos não humanos como agentes comunicacionais, *bots* e algoritmos, por exemplo (FERRARI, 2018; PARISER, 2011).

A lógica de *big data* e todas as dinâmicas derivadas dos avanços tecnológicos em torno da algoritmização pela experiência do usuário, próprios do sistema de consumo personalizado de mídia, têm permitido que a informação e a desinformação avancem a partir de escolhas, hábitos e preferência de consumo de usuários. “Bolhas informacionais” e “câmaras de ecos”, ainda que sejam apenas metáforas frente às dinâmicas de circulação em redes sociais digitais, são utilizadas para compreender o fluxo informacional nestes ambientes, que limitam o acesso a um amplo espectro da informação que possa ir de encontro com outras visões de mundo do usuário. Pesquisas apontam que efeitos de câmara de eco contribuem para a polarização de opiniões, viralidade e disseminação de desinformação, formando um movimento inicial para a difusão (TÖRNBERG, 2018; BURNS, 2017).

Há de se considerar, também, que as lógicas discursivas implantadas por determinados grupos se somam à visão tecnicista para justificar todo o contexto informacional. Conforme aponta Tatiana Dourado (2020), dia após dia, os sujeitos estão acompanhando ataques sistemáticos à imprensa, às universidades, às instituições públicas e à democracia em forma de discursos intervencionistas, intolerantes, incivis e de ódio. Portanto, a descrença generalizada sobre instituições epistêmicas transcende metáforas tecnicistas – muitas vezes pouco explicativas – das bolhas informacionais e se manifestam em diferentes canais de comunicação, entre elas a própria mídia tradicional, historicamente influente sobre a esfera pública brasileira.

A desinformação contemporânea requer, pois, uma atualização consistente e sistemática do debate em torno das dimensões éticas, políticas e epistemológicas interconectadas da dialética da verdade e da mentira.

Em outras palavras, ainda que reconheçamos, por exemplo, as distinções entre mentira como falsidade deliberada ou como equívoco não intencional, ou entre verdade fatural, científica ou filosófica, ou ainda entre metáforas, metonímias, ficção, opinião, evidência etc., os extremos da má-fé ou do equívoco, de um lado, e da boa-fé ou da correspondência entre o entendimento e as coisas, de outro, não podem ser ignorados em sua oposição estrutural formal, ainda que em perspectiva histórica e intercultural, sob o risco da perda de qualquer parâmetro compartilhado de realidade (BEZERRA; SCHNEIDER; CAPURRO, 2022, p. 329).

Como já explanamos nos capítulos anteriores, o Brasil tem enfrentado uma crise institucional e uma grave política interna que vêm se alastrando pelo menos desde 2014, quando os questionamentos sobre as instituições democráticas passaram a ser recorrentes no debate público e na agenda midiática dos principais veículos de jornalismo de grande circulação. Desde então, uma série de acontecimentos políticos, amplamente midiaticizados, foi enfraquecendo as

instituições tradicionais da democracia, sob uma agenda de combate à corrupção (GAGLIARDI, 2018; ALBUQUERQUE, 2020) e aumentando a descrença e a desconfiança na percepção pública sobre essas organizações balizadoras da sociedade.

Esse cenário surge como projeto político de diferentes líderes e representantes governamentais mundiais, como parte de uma agenda conservadora que levou à vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais em 2018. Segundo Almeida (2017), tudo se estrutura baseado em valores morais de regulação jurídica e controle repressivo a partir do aparelhamento de instituições de vigilância e punitivas e de intolerância social. No entanto, apesar dessa atuação do Estado nas formas de controle e regulação sobre a sociedade, a sua presença na economia vai gradualmente diminuindo à medida que se fortalecem agendas neoliberais sobre a gestão de investimentos do Estado em instituições provedoras de conhecimento.

Por fim, esta agenda conservadora, que decorre a partir de lógicas liberais sobre os indivíduos, se encontra com dinâmicas de personalização do consumo próprias das redes sociais digitais, fazendo emergirem atores de influência na propagação de desinformação (KARLOVA; FISCHER, 2013), frente ao declínio de confiança da população nas instituições democráticas e na instauração da dúvida sobre a informação que se recebe por diferentes canais alternativos, sendo essa a estratégia central (ALBUQUERQUE; QUINAN, 2019; ALBUQUERQUE, 2020).

Logo, para Oliveira (2020), a circulação é a chave analítica necessária para uma melhor definição do conceito, levando em consideração os polos de produção, distribuição e recepção a partir de suas práticas e produção de sentidos mediados:

Entendemos aqui a desinformação derivada de práticas sociais – enquanto parte de um fenômeno cultural mais amplo – no qual os sentidos são disputados para interesses próprios. Examinar a dinâmica da circulação da desinformação e suas disputas de sentido permite um olhar mais próximo para entender como as pessoas produzem, encontram, interpretam, conformam e confrontam as informações e as consequências que essas práticas têm para a produção de conhecimento compartilhado (p. 16).

Esse fenômeno nos conduz à noção de pós-verdade. Para Alexis Wichowski (2020), o que visualizamos hoje é o fato de muitas pessoas ignorarem determinados acontecimentos e a própria realidade em favor de suas opiniões ou perspectivas pessoais. A autora relembra que as pessoas sempre ignoraram fatos que as deixassem desconfortáveis, mas a *internet* possibilitou que elas encontrassem outros indivíduos que pensam de forma semelhante. Logo, o conceito que melhor define o fenômeno da pós-verdade pode ser retratado a partir da consolidação de uma época na qual as evidências científicas e os conhecimentos estão sendo substituídos por fatos alternativos (FARKAS; SCHOU, 2019).

Ficou mais fácil encontrar a “verdade” que nos é conveniente. Como observam Sacramento e Paiva (2020, p. 4), cada vez mais, com a centralidade da *internet*, “circulam informações e práticas discursivas que concorrem com as oficiais ao se autoproclamarem como portadoras da verdadeira verdade”. Essas práticas são consonantes com um processo em curso de generalização da desconfiança com as instituições que, tradicionalmente, ancoram a democracia, dentre as quais estão as estatais e as de imprensa.

Diante desses aspectos relacionados ao funcionamento das plataformas *online* e à construção da opinião, é razoável endossar a afirmação de Van Dijck, Poell e De Wall (2018) de que as instituições políticas, científicas e midiáticas, públicas ou privadas, antes instadas a ancorar a confiança e a sustentar o sistema democrático, precisam compreender como atuar em uma sociedade de plataformas, reconhecendo-se as premissas ideológicas, o funcionamento e as implicações sociais das funções organizativas ocupadas pelas plataformas nas sociedades contemporâneas.

Esses elementos de competência em informação estão relacionados à mobilização de ações dos indivíduos e nos auxiliam na compreensão da Covid-19. Ao longo do período de pandemia, vivenciamos experiências diversamente polarizadas, ora com a prevalência da confiança em chefes de Estado e na comunidade científica, ora com a prevalência na projeção de teses negacionistas e de teorias conspiratórias, como se mostrou evidente no Brasil. Desde maio de 2020, o agravamento da situação, entre tantos fatores, se deu pela forma como fatos e informações científicas têm sido objeto de debates entre saber científico e poder político-econômico.

Na era da pós-verdade, “a ciência silencia e a ideologia faz falar. Ali onde o multiculturalismo valorizava a polifonia de vozes e a diversidade de acentos, a pós-verdade se eleva como trovão da ordem” (DUNKER, 2017, p. 39). Assim, pode-se compreender de onde derivam termos como pseudociência e pseudointelectual para desqualificar a ciência e os cientistas. Essas relações acontecem por haver a sensação de que há uma plateia composta por pessoas que pensam da mesma forma, aplaudem e reverberam as ideias verbalizadas. Esse processo conduz ao choque de massas vocais, composto pelo encontro de certezas de pessoas que visam à dominação pelo eco.

Nessa superabundância informacional, instituições científicas, cientistas e divulgadores de ciência, políticos, organizações governamentais e não governamentais e uma sorte de atores que, muitas vezes, vão de encontro ao conhecimento científico, disputam o espaço digital na disseminação de narrativas sobre ciência. Esse tem sido um grande desafio, sobretudo porque não se trata de falta de informações, mas de um conjunto de crenças consolidadas que vão de

encontro com valores estabelecidos em torno das instituições científicas como espaço de produção de informações confiáveis e evidências para tomada de decisão.

3.3 Negacionismo científico e teorias conspiratórias: articulações político-ideológicas de contestação à autoridade epistêmica

No século XIX, devido a um progresso acelerado de desenvolvimento tecnológico e industrial, a ciência foi elevada a um lugar de destaque e de prestígio como uma das principais instituições com conhecimento socialmente legitimado para atuar junto ao Estado na proposição de políticas públicas. Contudo, de acordo com Oliveira *et al.* (2020), esse patamar passou a ser contestado a partir da década de 1970 devido à percepção de conflitos de interesses e politização da ciência na esfera política, provocando uma crise de confiança em relação ao campo. Mooney (2005) aponta como causa desse processo a ascensão de uma Nova Direita, grupo cético sobre a neutralidade científica, alinhado com o direito religioso, forte defesa nacional e proteção dos valores tradicionais.

Essa crise democrática que ocorre em escala global, se traduz, segundo afirmam Afonso e Quinan (2019), no surgimento de lideranças políticas populistas com a promessa de conceder voz aos excluídos do sistema e antagoniza com diversos setores existentes, afastando ou tornando-os rivais do povo. Mais do que apelo à confiança e credibilidade, torna-se necessário, portanto, entender como essa profusão de informações circula e quais os pilares que justificam essa dicotomia. A compreensão dessas nuances passa pelo entendimento sobre o populismo como um fenômeno que se aflora na história periodicamente, como uma retórica e uma performatividade personalista típicas, que vão além dos paradoxos que o termo encerra no terreno ideológico.

Silvio Waisbord (2018) traça uma importante afinidade entre o populismo contemporâneo e a comunicação da pós-verdade, em que o surgimento de lideranças desse espectro político seria um sintoma da consolidação dessas estratégias retóricas. As estratégias são ancoradas no uso das mídias sociais como porta-voz para “notícias falsas” e “fatos alternativos” com a intenção de incitar o medo e o ódio do outro e, assim, ajudar a justificar políticas de saúde baseadas no “nós” e “eles”.

A verdade baseada em evidências científicas como visão compartilhada e esforço coletivo na vida democrática é rejeitada pelos líderes populistas, que passam a apostar em discursos que oferecem a verdade enviesada em vez do que é proclamado por instituições legitimadas, como a ciência. É nesse contexto que se destaca a utilidade performativa do

populismo, que prejudica e critica o papel dos especialistas, negando-o antes mesmo de poder entrar em debate. Assim, a regra de ouro deve ser entender o modo como a expertise e a contraexpertise operam e, subsequentemente, desenvolver métodos para se opor às instituições epistêmicas.

Oliveira *et al.* (2020, p. 3) definem como instituições epistêmicas aquelas “cuja função social originalmente estabelecida se consolidou em torno da produção e/ou disseminação de conhecimento e informações, como as escolas, universidades, instituições de pesquisa científica e o jornalismo”. Portanto, a tensão em torno dos discursos científicos se situaria, em parte, como efeito do relativismo pós-moderno e pela frustração social com a sujeição da ciência a interesses do capitalismo em detrimento de um compromisso com o bem comum (HAMELEERS; VAN DER MEER, 2021).

Os principais argumentos se inserem na desconfiança sobre as relações entre cientistas e instituições científicas com o setor industrial, como a indústria farmacêutica, por exemplo, além do estreitamento com *lobbies* políticos (OLIVEIRA *et al.*, 2020). D’Ancona (2018) retoma ao ano 1954, quando foi criada a Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco (*Tobacco Industry Research Committee*), um órgão financiado pelo próprio setor, que tinha a finalidade de dar uma resposta à sociedade sobre a relação do ato de fumar com as doenças pulmonares. O objetivo foi questionar se havia um consenso científico, tendo como propósito atrapalhar a confiança do público ao estabelecer uma falsa equivalência entre as teorias científicas que falavam que o cigarro causa doenças pulmonares, e as que desafiavam essas teorias.

Como esclarecem Mede e Schäfer (2020), os líderes populistas substituíram seu levante *antiestablishment* por uma abordagem de descrédito a ciência. Os autores se debruçam sobre o conceito de anti-intelectualismo a partir de uma pesquisa realizada com 3.600 cidadãos americanos. O termo pode ser definido como a suspeição e a desconfiança generalizada nos intelectuais e especialistas que se formalizam por meio do distanciamento ao meio acadêmico, por desacordo entre a posição de especialistas e a autoridade religiosa; pela resistência a novas tecnologias e ao progresso humano, nutridas por um sentimento saudosista; ou por identificarem no conhecimento prático e no bom senso um valor superior à educação e ao pensamento crítico. O descrédito em relação ao conhecimento científico, também, está enraizado na percepção de que se trata de um mecanismo usado para controlar cidadãos comuns.

É possível verificar que o líder populista se apropria do anti-intelectualismo, já estruturado em distintos contextos sociais, para imprimir a retórica antielitista que divide a

sociedade a partir da polarização binária “povo *versus* elite”, com objetivo de enfraquecer as instituições democráticas e controlar seus adversários. Ressalta-se que no populismo contemporâneo, as elites científicas são concebidas como uma entidade coesa e monolítica separada do povo, mas decidindo em última instância sobre seu futuro (MEDE; SCHÄFER, 2020).

Ao lado do populismo anticiência, recrudesce um processo de fortalecimento da pseudociência e das experiências e opiniões individuais em detrimento à epistemologia científica. Esse movimento pode ser descrito como toda atividade voltada para a tentativa de afirmar e/ou comprovar algo sem o devido uso do método científico. Carl Sagan (1996) descreve que as teorias evocadas pela pseudociência supõem um tratamento científico, mas se apoiam em informações insuficientes ou ignoram pistas que indicam outro caminho.

Sven Hansson (2013) atenta para a necessidade de se estabelecer a distinção entre a negação da ciência e a pseudoteoria. Os negadores da ciência são impulsionados pela confrontação a alguma teoria específica, produzidas por meio de critérios desviantes do processo científico. Tal vertente articula-se por meio da produção de falsas controvérsias, organizam-se em torno de um forte ativismo e, por vezes, estão em conexão com alguma vertente da direita política.

Já os defensores da pseudoteoria são movidos pela ambição de apresentar uma teoria ou afirmação própria, sendo que a rejeição à ciência não é tida como objetivo principal, mas apenas um meio de promover suas convicções. Van Zoonen (2012) nomeou de “eu”-pistemologia o processo segundo o qual os indivíduos rejeitam a epistemologia científica e tentam substituí-la pelo bom senso das pessoas, suas experiências pessoais e sentimentos emocionais. O autor explica o fenômeno a partir da dicotomia entre a epistemologia, que se preocupa com a natureza, métodos e fontes de conhecimento; e a “eu”-pistemologia, que responde às perguntas com base no *self* (eu mesmo), no julgamento subjetivo, na memória individual e tem a *internet* como grande facilitador do processo.

As experiências individuais registradas como relatos próprios ou de pessoas próximas assumem significativa importância na hierarquia de credibilidade das informações que os indivíduos recebem, as quais, aliadas à descrença nas instituições modernas, refletem no peso que a opinião pessoal não mediada tem conquistado na esfera política, tornando-se fonte discursiva de parte integrante do novo populismo de direita que surgiu em uma série de países europeus.

Ainda, deve-se considerar que as novas ambiências midiáticas alteraram a maneira como o conhecimento é construído, como os indivíduos se conectam e a relação que

estabelecem com as estruturas sociais.

Cabe dizer que o avanço do negacionismo se vale de novos modos de sociabilidade disseminados pelas redes sociais, as quais favorecem discursos acusatórios, muitas vezes, sem espaço para respostas e com consequências imediatas. As teorias conspiratórias se multiplicam velozmente, esvaziam o debate e lançam mão de resultados provisórios de pesquisas ainda carentes de maior legitimidade de seus métodos e suas conclusões. As falsas controvérsias são então divulgadas e acompanhadas por correntes de opiniões não embasadas em resultados de pesquisas, pois muitas delas ainda estão em andamento (CASSIANI; SELLES; OSTERMANN, 2022, p. 6).

Desse modo, “contradizer argumentos falsos exibindo fatos reais pode ter pouca relevância em uma discussão. Evidências e consensos científicos têm sido facilmente contestados com base em convicções pessoais ou experiências vividas” (ROQUE, 2020, *online*). A constatação encontra respaldo nos estudos de Recuero e Gruzd (2019), que afirmam que a polarização, sendo ela política, ideológica (grupos possuem opiniões divergentes) ou afetiva (quando há aversão entre os grupos) sustenta as convicções. Normalmente, esses grupos são caracterizados por possuírem muitas conexões internas e poucas conexões externas, reforçando o caráter hemofílico das redes e, por vezes, a radicalização de indivíduos.

Tais aspectos dos ecossistemas de comunicação digital como uma aspiração ao “*marketplace of ideas*” vêm sendo amplamente debatidos do ponto de vista da regulação de conteúdos nocivos (NUNZIATO, 2018). Sob essa visão, a difusão de ideias negacionistas estaria sendo protegida por grupos políticos expressivos como sendo um direito individual à liberdade de expressão dentro do princípio libertarianista de livres-mercados (LEWANDOWSKY, 2021).

Os negacionistas, atualmente, se dividem em distintas vertentes: aqueles que negam o Holocausto, os crimes cometidos durante Ditaduras Militares, os que contestam os efeitos do Aquecimento Global, os terraplanistas e os que aderem ao movimento antivacinação, entre outros, que alcançaram visibilidade com a consolidação da *internet* e das redes sociais (SANTAELLA, 2019). As narrativas em torno da pandemia do Coronavírus, também, constituíram objeto de interesse.

A substituição de mediações epistêmicas por mediações que seguem linhas de pertencimento a grupos tem uma tradução direta para o negacionismo científico. O que está em jogo não é se a ciência produz a verdade última ou se é a dona da verdade. É como e quem sabe lidar com evidências, no seu estabelecimento, nos seus métodos, na sua compreensão e na sua autocrítica, dentre outros aspectos.

A crise de confiança afeta profundamente o ambiente cognitivo porque o conhecimento é produzido cooperativamente – se o conhecimento fosse produzido individualmente, talvez não fosse tão importante confiar nos outros para saber algo. O alinhamento de crenças em virtude das razões de pertencimento contra razões epistêmicas vai diretamente ao coração do problema: ele afeta a confiança que atravessa o pertencimento a grupos. Traduzindo este problema em termos epistêmicos, a crise de confiança afeta a aceitação das mediações necessárias para todo conhecimento. Isto não vale apenas para a ciência, mas também para saber o que acontece no mundo. Assim, a existência mesma da pandemia, ou a sua negação, mesmo que pessoas estejam morrendo de COVID-19 etc., tudo isto é conhecido por algum tipo de mediação (PERINI, 2021, p. 9).

Identificar os discursos em torno das teorias da conspiração neste momento de pandemia nos apresenta importantes pistas para refletir sobre nós mesmos, cientistas e membros das instituições científicas. A primeira delas é entender que os adeptos de teorias da conspiração refletem uma descrença sobre as instituições epistêmicas e manifestam sua percepção sobre conflitos de interesses dessas mesmas instituições que são recorrentemente midiaticizados, sobretudo em relação às indústrias farmacêuticas e às disputas geopolíticas sobre o avanço de tratamentos contra Covid-19.

A incerteza sobre evidências científicas para pautar decisões políticas de orientação médica, de isolamento e de distanciamento social ou a eficácia sobre o uso de máscara em espaços públicos, além de previsões econômicas e epidemiológicas com jargões e gráficos dominados apenas pelos pares, são um combustível potencial para as teorias da conspiração, que têm sido instrumentalizadas no campo político. Sendo assim, no lugar de se fornecerem e dissimularem publicamente conhecimentos mais específicos sobre o novo Coronavírus, baseados em apoio e fomento à pesquisa em diversas áreas do saber, o que temos recorrentemente como estratégia do populismo de extrema direita é deixar a discussão sobre ciência jogada na mão de antiespecialistas ou não cientistas.

Entretanto, quais lições a comunidade científica vem acumulando, com base em evidências, da relação entre ciência e comunicação social que se atrela aos desafios urgentes para superar o negacionismo? A crescente visibilidade adquirida por esses movimentos dá conta de um desafio inédito que se apresenta à sociedade contemporânea, de modo geral e, de modo especial, ao papel que cabe à universidade desempenhar nela. Logo, como essas instituições se articulam no estabelecimento de ações que visam a legitimar sua representação social como produtora de conhecimento? É o que discutiremos no capítulo seguinte.

4 UNIVERSIDADES PÚBLICAS: LEGITIMAÇÃO DA AUTORIDADE CIENTÍFICA

“Tudo flui. Tudo está em movimento” – assinalou Heráclito de Éfeso (540 a.C. – 470 a.C.) em um de seus mais conhecidos aforismos. Assim como o ser se transforma constantemente, o modo de comunicar a ciência também sempre esteve em movimento. As discussões aqui apresentadas partem do pressuposto de que, desde o século XVII, a comunicação científica tem passado por transformações associadas aos fenômenos históricos, sociais, econômicos e políticos inerentes a cada período da humanidade.

Tais contextos alteram, sobremaneira, a percepção pública do campo que, segundo Vogt e Polino (2003), é mensurada a partir de pesquisas que levam em conta três tipos de indicadores: interesse, conhecimento e atitudes. Os indicadores de interesse buscam apreender a importância relativa que a sociedade atribui à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico, os indicadores de conhecimento examinam o nível de compreensão de conceitos científicos e os indicadores de atitudes são subdivididos, por sua vez, em dois grupos: atitudes em relação ao financiamento público da pesquisa científica e percepção sobre riscos e malefícios da ciência.

A enquête brasileira mais recente data de 2019; portanto, traz dados do momento imediatamente anterior à pandemia de Covid-19. Seus dados apontam que 61% dos brasileiros são “interessados” ou “muitos interessados” em assuntos de ciência e tecnologia (CGEE, 2019). No contexto atual, há que se destacarem as sucessivas tentativas de minar a confiança da esfera pública na ciência. Por isso, é esperado que os dados das próximas pesquisas de percepção pública tragam mudanças nesses indicadores, em especial nos dados sobre as atitudes, já que é preciso levar em consideração o contexto de desinformação que estamos vivenciando e que se intensificou durante a pandemia. Desde 2020, observou-se um aumento nos boatos, nas teorias de conspiração e nas notícias falsas divulgadas (HOTEZ, 2020), principalmente na internet – a maior facilitadora e o principal veículo das *fake news* na atualidade (LAZER *et al.*, 2018).

A rápida difusão das novas tecnologias de comunicação cria uma necessidade urgente de repensar as forças complexas que acarretam, sobremaneira, na remodelagem das relações estabelecidas entre as organizações com seus diversos públicos. A busca por estratégias de divulgação da produção científica nas redes sociais é decorrente de um imperativo da visibilidade, na medida em que para estar presente nos circuitos cotidianos, é preciso, também, estar visível e interconectado nos espaços dos fluxos digitais.

Levando em consideração que a Ciência é uma área estratégica e que a *internet* e os *sites* e plataformas de redes sociais compõem um ecossistema próprio, no qual se estabelecem diferentes dinâmicas sociais, é necessário entender o que tem sido falado sobre ciência nesses

espaços, buscando identificar as disputas de poder sobre os atores e sujeitos interacionais. Como consequência, as universidades, sendo espaços onde a maior parte das pesquisas científicas é realizada, precisam empreender esforços de comunicação pública para legitimar a sua representação social como produtora de conhecimento, por meio de maior visibilidade de sua produção, compartilhada nos espaços sociais digitais.

4.1 Comunicação Pública da Ciência em contexto midiaticizado

A ideia de Comunicação Pública, segundo Jaramillo (2003), nasce da pergunta acerca da relação que existe entre comunicação e política, sendo mediada por dois conceitos: de público e de política, essa última entendida como construção de consciências. Para ele, na essência da ideia de comunicação pública, está a certeza de que a comunicação é um bem público e a informação é outro bem público, e de que é precisamente a apropriação com vista ao interesse individual desses bens o que se deve tratar de desenvolver. “Isto obriga a recolocar todos os papéis, a olhar de outra maneira o papel que cumprem os sujeitos que interatuam na comunicação coletiva. E este comunicar coletivo em função de um interesse coletivo deve levar em direção à mobilização” (JARAMILLO, 2003, *online*).

No campo das Ciências Sociais, são diversas as perspectivas teóricas que defendem o debate público entre os cidadãos como mediação para decisões políticas. Um desafio seria, então, garantir que a sociedade civil tenha acesso a conhecimentos técnicos e científicos capazes de potencializar sua argumentação nas discussões públicas. Informações que, se conjugadas ao seu repertório cultural e ao saber do senso comum, podem auxiliar no encorajamento para que os cidadãos participem de discussões amplas na sociedade e qualifiquem melhor as decisões da vida cotidiana, envolvendo saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento econômico, inclusão social, ações de sustentabilidade, uso de tecnologias etc. Compartilhar o conhecimento e garantir que esteja em circulação é o primeiro passo para uma possível politização da opinião pública e para contribuir com a democracia.

Identificar e qualificar os processos de visibilidade e comunicação inerentes aos regimes democráticos significa atribuir às instituições, aos públicos e aos atores sociais poderes de debater e deliberar sobre temas e ações de interesse público. Essa premissa, de acordo com Weber (2017, p. 25), “permite compreender processos e trabalhar com a hipótese de que a identificação do movimento permanente de redes de comunicação pública seria o procedimento necessário para a compreensão e avaliação da qualidade das democracias”.

Conforme Bratosin e Tudor (2021, p. 26), o espaço público é, por excelência, o “espaço

simbólico da comunicação pública e política, cujo modo de funcionamento repousa sobre a simultaneidade da publicização do político e da politização do público”. Essa perspectiva relacional e processual da comunicação e de constituição dos sujeitos guia os autores em seu intuito de mostrar como a análise do espaço público e das redes de esferas públicas, nas quais agimos e existimos politicamente, só pode se realizar “nas práticas que constituem um contexto social e político delimitado, a partir de interações dinâmicas entre os sujeitos, instituições, grupos e coletivos, que apresentam e negociam entre si suas demandas” (BRATOSIN; TUDOR, 2021, p. 18).

Essa compreensão requer um olhar atento sobre a amplitude dos fenômenos globais recentes, que trazem consequências profundas para as experiências vivenciadas,

como a reprodução das *fake news*, a emergência de novas formas de militância transnacional ou a proliferação (por meio das crises sanitárias, ecológicas, culturais etc.) de fragilidades e vulnerabilidades que contrariam a ordem dos poderes e valores que se dizem democráticos (BRATOSIN; TUDOR, 2021, p. 10).

A comunicação pública e política se forma nesse processo de apropriações, renovação de opiniões, crenças, normas de ação e significados. Sob esse aspecto, ela participa das formas de viver de um povo, de uma sociedade ou de um grupo de pessoas. Por isso, no espaço público, “a linguagem, o pensamento mítico-religioso, a ciência ou a arte permitem acesso a diferentes realidades, reforçam regras e muitas vezes desafiam normas que constroem o agir humano a partir de orientações interacionais pré-formatadas e previsíveis” (BRATOSIN; TUDOR, 2021, p. 143). As formas simbólicas, afirmam os autores, por seu caráter coletivo, podem, ao mesmo tempo, estabilizar e desestabilizar valores e quadros avaliativos associados ao espaço público, entendido em sua dinâmica complexa de busca por reconhecimento e legitimação.

O objetivo central da comunicação pública, na visão de Jorge Duarte (2007), é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade ao identificar demandas sociais, definir conceitos e eixos para uma ação pública coerente e integrada, promover e valorizar o interesse público, qualificar a formulação e implementação de políticas públicas e orientar os administradores em direção a uma gestão mais eficiente. As ações devem ser pautadas na garantia da participação coletiva na definição, na implementação, no monitoramento, no controle e na viabilização, avaliação e revisão das políticas e ações públicas de forma a atender às necessidades do cidadão e dos diferentes atores sociais por obter e disseminar informações e opiniões, garantindo a pluralidade no debate público.

Ainda de acordo com Duarte (2003), um dos braços da comunicação pública é a comunicação científica e pode ser verificada sob dois aspectos. Primeiro, porque se expande a partir de uma área tradicional da Ciência da Informação, a divulgação científica, à qual se somaram os conhecimentos e as experiências acumuladas no campo da difusão de informação, que tem longa história no Brasil, em especial na agricultura e na saúde.

O setor agrícola transformou-se em uma área específica de estudo e trabalho, a comunicação rural, que desenvolveu metodologias e estratégias apropriadas de comunicação para o homem do campo e sua família. De maneira semelhante, na saúde pública, foram construídas estratégias de aproximação e informação para núcleos de populações necessitadas, em que o uso pedagógico da comunicação foi determinante para a melhoria das condições de vida. Trata-se, portanto, de um processo de comunicação construído e mantido pelo Estado, tendo em vista o desenvolvimento do país e de sua população: “É justamente esta identidade pública e o espaço público em que atua que identifica a Comunicação Científica com a Comunicação Pública” (DUARTE, 2003, p. 49).

Em segundo lugar, a produção e a difusão do conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica para além do círculo de seus pares. Essas iniciativas tentam esclarecer, com argumentos baseados em métodos, experimentos e observações com uso de dados, o que pode ocorrer nessas dinâmicas da vida cotidiana. Ao aproximar sociedade e ciência, essas ações somam esforços que podem contribuir, entre outros aspectos, para informar sobre riscos e formas de combater problemas na área de saúde pública, por exemplo, uma vez que a comunicação pública da ciência tem o papel de situar um país no mundo contemporâneo (FAYARD, 1999).

John Desmond Bernal, em 1939, já discutia a importância da temática para a sociedade. Em sua obra *The Social Function of Science* (1946), o conceito de comunicação científica incorpora as atividades associadas à produção e à disseminação, desde o momento da concepção da ideia pelo cientista até a informação referente aos resultados alcançados ser aceita como constituinte do estoque universal de conhecimentos pelos pares.

A abrangência do termo se amplia para além das fronteiras da comunidade científica quando defende que tanto o cientista, quanto o público leigo, receberiam as informações necessárias e úteis para o desenvolvimento de seus trabalhos ou de suas atividades rotineiras. Nesse sentido, a informação científica fluiria não somente entre os cientistas, mas chegaria, também, até o público em geral.

De acordo com Meadows (1999), a comunicação da ciência, que passa por processos

contínuos de transformação, sempre teve como principal função dar continuidade ao conhecimento científico.

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada. Ademais, o apoio às atividades científicas é dispendioso, e os recursos financeiros que lhes são alocados serão desperdiçados a menos que os resultados das pesquisas sejam mostrados aos públicos pertinentes. Qualquer que seja o ângulo pelo qual a examinemos, a comunicação eficiente e eficaz constitui parte essencial do processo de investigação científica (p. 7).

Albagli (1996) corrobora esse pensamento acrescentando que a difusão científica pode assumir diferentes objetivos: educacional, cívico ou de mobilização popular. No primeiro, a comunicação deve levar as pessoas a compreender os fenômenos científicos do mundo natural e saber como lidar com eles em seu cotidiano. Sob o foco cívico, procura-se desenvolver a opinião crítica do público sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade, “particularmente em áreas críticas do processo de tomada de decisões” (ALBAGLI, 1996, p. 397). Quando se estabelece como parâmetro a mobilização popular, pretende-se ampliar a possibilidade e a qualidade da participação da sociedade na formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia: “Trata-se de transmitir informação científica que instrumentalize os atores a intervir melhor no processo decisório” (p. 397).

Na esteira do que preconiza Albagli (1996) ao descrever os conceitos de comunicação pública da ciência, Lewenstein (2003) amplia o debate e acrescenta novas práticas para subsidiar outras perspectivas que auxiliam no entendimento sobre a importância da abordagem no contexto contemporâneo. Desse modo, foram estabelecidos quatro modelos para seu entendimento e aplicabilidade, abarcando diferentes concepções, expectativas e projeções sobre o comportamento do público diante de questões relacionadas à formulação, execução e avaliação de políticas públicas: déficit cognitivo, contextual, experiência leiga e participação pública.

No modelo de déficit cognitivo, considera-se a comunicação transmitida por cientistas ou emissores especializados como um processo unidirecional, do emissor para o receptor, considerando o público como leigo e carente de informações científicas. Uma visão dominante de popularização da ciência que se preocupa com a disseminação do conhecimento sem atentar à qualidade da resposta, na suposição de que o saber científico é largamente superior àquele possuído pelo público e este dispõe de limitada capacidade de discernimento.

Críticas apontam que a visão da ciência como motor do progresso, difundida em ações realizadas sob o modelo de déficit cognitivo, pode propagar a mitificação da ciência e amplificar o seu questionamento dado o distanciamento entre as expectativas do emissor e as do receptor: “Teorias mostram que as pessoas aprendem melhor quando os fatos e teorias têm um significado em suas vidas pessoais”, indica Lewenstein (2003, p. 2).

O modelo contextual foi pensado como um avanço em relação à perspectiva anterior. A comunicação leva em consideração as tramas sociais, psicológicas e culturais presentes no saber prévio do receptor, influenciando na maneira como a informação será ou não aceita e assimilada. Na ótica de Lewenstein (2003), é reconhecida a “habilidade dos sistemas sociais e da mídia em refrear ou amplificar a preocupação do público sobre certos assuntos” (p. 3).

Apesar de conter uma visão diferenciada de público, o autor assevera que o modelo contextual também é baseado na noção de comunicação unidirecional e preserva a concepção de ciência como forma de conhecimento verdadeiro e superior, mantendo-se uma perspectiva de condescendência do emissor para com o receptor:

O uso recente do marketing e estudos demográficos também levantaram a preocupação de que as pesquisas sobre o modelo contextual têm a intenção de ser uma ferramenta de manipulação de mensagens para atingir alvos particulares; a finalidade não seria ‘compreensão’, mas ‘submissão’ (LEWENSTEIN, 2003, p. 4).

Já os modelos de experiência leiga e participação pública foram pensados para fundamentar a comunicação de maneira bidirecional, provendo oportunidades de interação dialógica entre emissor e receptor. Na perspectiva da experiência leiga, o conhecimento baseado na vivência cotidiana e transmitido oralmente por tradições locais pode ser eventualmente considerado de equivalente relevância em relação ao conhecimento científico para a solução de problemas que envolvam a cooperação do receptor. Os comunicadores devem considerar o conhecimento contextual adquirido pelo público em seu cotidiano como um dado que motiva, em par com o conhecimento especializado, as escolhas pessoais ou políticas.

Sob o modelo de participação pública, a comunicação da ciência busca a difusão de informações como subsídio à participação em processos de formulação, execução e avaliação de políticas públicas que envolvam gestão e aplicação de ciência e tecnologia. Duas questões devem ser consideradas: de um lado, pode levar ao compartilhamento das decisões sobre ciência e tecnologia entre elites políticas, científicas e grupos de cidadãos; por outro, pode aumentar o diálogo entre esses atores em oportunidades de participação, que abrangem conselhos de políticas públicas, orçamento participativo, fóruns de discussão e consultas populares na

internet (LEWENSTEIN, 2003).

Ao se estabelecer um relacionamento de equidade entre cientistas e não cientistas a partir de uma relação dialógica entre especialistas para a resolução satisfatória de desentendimentos, defende-se a ideia de que popularizar a ciência é inserir os conteúdos científicos em um espaço de participação popular, estar a serviço das causas públicas e empreender ações que respeitem a vida cotidiana e o universo simbólico dos cidadãos. É genuinamente a comunicação entendida como interação, partilha e que suscita reflexões e não meramente como transmissão de saberes.

Logo, a comunicação científica pode ser entendida sobre “como a sociedade fala sobre ciência” (BUCCHI; TRENCH, 2014, p. 10). Trata tanto de “questões científicas”, quanto de “questões públicas envolvendo ciência”, e deve ser estudada como a “coevolução da ciência, sociedade e meios de comunicação” (WYNNE, 2014, p. 64).

Todas as discussões feitas até aqui ganham ainda mais corpo quando se verifica um debate atual e em aberto sobre o crescente processo de midiaticização da sociedade, já que a mídia hoje está disseminada no cotidiano dos indivíduos, alterando a lógica de funcionamento social. Hjarvard (2014) afirma que não se pode tratar a mídia como uma instituição separada das demais, como a cultura, a família e a religião. Para o autor, deve-se tentar entender as maneiras pelas quais as instituições sociais e os processos culturais mudaram de caráter, função e estrutura, a fim de se adaptarem à lógica midiática, tendo em vista que a mídia se tornou parte integral do funcionamento de suas dinâmicas.

Na perspectiva de Bratosin e Tudor (2021), a midiaticização evidencia como os sujeitos e instituições articulam suas práticas cotidianas com a mídia, apropriando-se de suas lógicas, formatos, rotinas de produção e regras formais e informais. Trata-se de um processo de longo prazo, no qual as instituições e modos de interação na cultura, na política e na sociedade se alteram em função da importância crescente das mídias e seus dispositivos em todos os domínios.

Os autores salientam como a midiaticização se apresenta como a oferta de novos arranjos que alteram a produção, a circulação e o consumo de informações via racionalidades midiáticas. Assim, a forma de funcionamento das mídias e suas linguagens passam a “ditar” o funcionamento de outros campos de interação social. Midiaticização não seria o espraiamento de uma racionalidade midiática para outros campos, mas o modo como as lógicas de cada campo passam a se influenciar reciprocamente a partir de uma conexão por circuito (BRATOSIN; TUDOR, 2021).

A midiaticização acontece quando, na experimentação e nas dinâmicas de comunicação

pública e científica, emerge um circuito capaz de articular lógicas, fazeres, saberes e ações de diferentes campos que negociam, atrimam e resultam em uma nova forma de responder aos desafios sociais e políticos requeridos pelo “comum” de uma comunidade. As performances midiáticas de diferentes atores e esferas institucionais podem ser consideradas articulações possíveis por meio de interações, que colocam em contato diferentes campos e suas lógicas (governo, *Facebook*, ruas, instituições culturais, movimentos sociais etc.).

A mediação produz mudanças na maneira como a comunicação pública da ciência atua nas instituições sociais e nas atividades democráticas e “suscita uma mutação nas mentalidades e comportamentos dos atores políticos e dos públicos, configurando a política como forma simbólica e como jogo de poder atuante sobre as formas de pensar e viver” (BRATOSIN; TUDOR, 2021, p. 75).

Logo, o acesso facilitado das pessoas às novas tecnologias trouxe diversas mudanças no comportamento da sociedade. Dentre essas transformações estão o maior acesso à informação e à facilidade de comunicação, o que proporcionou ampliar a possibilidade de expressão e socialização. Essa realidade tem reflexos diretos no processo de formação e exercício nas relações de poder que são construídas e desafiadas em todas as áreas de prática social.

Tais práticas, segundo Castells (2015), exigem uma compreensão da especificidade das formas e processos de comunicação socializadas a partir de uma rede horizontal de comunicação, a qual o autor classifica como autocomunicação de massa, “que definitivamente amplia a autonomia dos sujeitos comunicantes em relação às corporações de comunicação, à medida que os usuários passam a ser tanto emissores, quanto receptores de mensagens” (p. 22).

Considerando a informação como uma necessidade social, sendo a *internet* uma ferramenta potente para o acesso aos mais variados tipos de conhecimento, Brüggemann, Lörcher e Walter (2020) pontuam que a ascensão das mídias digitais engajou uma multidão de vozes na comunicação científica, além de jornalistas e cientistas. A situação de emergência em saúde pública provocada pela pandemia de Covid-19 é um dos cenários que deixa evidente a necessidade de os cidadãos acompanharem as informações científicas para que possam decidir sobre o melhor comportamento a adotar, por exemplo, com as práticas de prevenção ou sobre quais medidas políticas defender diante das discussões na esfera pública.

Conforme Santos (2022), o surgimento do novo vírus exigiu um grande esforço de conhecimento, mas era ainda mais necessário que a sociedade estabelecesse uma relação de confiança nas instituições científicas.

Neste domínio, os resultados foram extraordinários – desde o sequenciamento do genoma do coronavírus à produção da vacina, o conhecimento científico avançou de maneira extraordinariamente rápida. Este avanço também ocorreu no Brasil, nos institutos de pesquisa e universidades que são, hoje, diretamente atacadas pelo governo e cujo orçamento cai de maneira assustadora. Mas, como vimos, junto com o conhecimento, vem também a exigência da confiança. Quanto mais nossas ações coletivas demandam um conhecimento científico, mais elas pedem a confiança em instituições que os produzem (p. 12).

É nessa dicotomia que o problema está centrado na ótica de Santos (2022): a pandemia nos exige mais confiança, ao mesmo tempo em que ela cria um ambiente de profunda desconfiança, cujo conflito é exposto no negacionismo científico. “Como se não bastasse esta dificuldade, por razões que decorrem em parte desta mesma dinâmica, o Brasil tem um governo que trabalha ativamente contra instituições que produzem o conhecimento” (p. 13).

Em uma sociedade que se desenvolve com o progresso tecnológico e a facilidade de troca de informações, a publicação de opiniões e a abertura de espaços de interação entre os sujeitos, face às mudanças que ocorrem na ordem social, política e econômica, são fatores fundamentais para as organizações que precisam se comportar como sistemas abertos, sensíveis ao ambiente externo e aos anseios da sociedade.

4.2 Comunicação Organizacional: conceitos, premissas e desafios contemporâneos

Ao se considerar que todo ato comunicacional é incerto e provisório, por mais que haja intenções na produção de mensagens pela organização, não há garantias de que os significados que os sujeitos irão construir serão os mesmos que, em âmbito formal (produção), desejou e idealizou. Se antes se pensava na possibilidade de controlar os sentidos a partir de estratégias de comunicação, na atualidade, diante das grandes transformações, as organizações se deparam com a necessidade de considerar o imprevisto, as tensões e as rupturas.

Pensar a comunicação implica considerar um processo que se realiza por intermédio da combinação e articulação entre a visibilidade de informações e a construção de fluxos relacionais, sendo que as organizações precisam compreender “a necessidade de se relacionarem de forma intencional e estruturada com a sociedade, prestar contas da sua atuação e reconhecer o papel e a ação dos atores sociais” (OLIVEIRA; PAULA, 2006, p. 5).

Sob essa lógica, o conceito de “Comunicação Organizacional” deve ser trabalhado numa perspectiva interacional, “já que o sufixo *al* exprime a ideia de relação com o substantivo

organização, que origina o adjetivo *organizacional*” (LIMA, 2008, p. 117, grifos da autora). Segundo Lima (2008), a expressão imprime um significado em que a comunicação passa a ser entendida a partir da relação entre os interlocutores, não restrita a um local determinado e considerando a organização como um sujeito social complexo em interação com seus membros e a sociedade

Hoje, as organizações se encontram diante de uma economia globalizada e aberta, que demanda uma postura em relação aos acontecimentos. Por isso, vê-se o crescimento de discursos de valorização de ações de responsabilidade social, ambiental e cultural, dentre outras agendas, que podem ser entendidos como uma espécie de adaptação de suas práticas às exigências de interação com a realidade do ambiente. Conforme aponta Oliveira (2008), a organização busca metodologias que ampliem a sua capacidade interativa com a sociedade, definindo sua reputação que pode ser considerada um fator de diferença, pois a credibilidade e a respeitabilidade conquistadas determinam se permanecerá ou não na sociedade e estabelecem sua legitimidade pública.

A proposta da autora parece interessante porque considera que as organizações buscam a legitimação por meio de negociações e compromissos com todos os grupos afetados por suas políticas e ações. Essa interlocução com os demais pressupõe argumentação, troca de informações e diálogo, uma perspectiva além da linearidade e de conceitos que consideram que haja o predomínio de ideias do emissor sobre o receptor: “Nessa articulação, os interlocutores passam a ser vistos não apenas como receptores, mas como sujeitos de comunicação e agentes de interpretação, significação e ressignificação dos discursos” (OLIVEIRA; PAULA; MARCHIORI, 2012, p. 8).

As teorias contemporâneas da Comunicação Organizacional não excluem nem negam as abordagens existentes, e sim estimulam outros movimentos e olhares que trazem novas opções para avançar e fortalecer o conhecimento. É o que afirma Scroferneker (2011) quando concebe o termo como um processo de construção conjunta entre interlocutores a partir de discursos e do contexto, evidenciando a comunicação como um processo multirreferencial e complexo, sempre renovado a partir de articulações entre as instâncias da emissão, circulação e recepção.

A abordagem sistêmico-comunicacional tratada até aqui pelos estudiosos da área propõe que o pensamento complexo extrapola os limites do pensamento linear e mecanicista do mundo, pressupondo que não é possível reduzir a multidimensionalidade do ambiente organizacional que hoje passa por profundas transformações. Baldissera (2009a) enfatiza que a sociedade se constrói de forma cada vez mais complexa e é preciso compreendê-la como uma teia simbólica

que é tecida pelos sujeitos por meio das relações, considerando que as organizações são subsistemas, os quais fazem parte do todo social e “caracterizam-se por serem da qualidade do relacional, do interdependente e atualizarem-se em interações e inter-relações” (p. 154).

O autor considera que a Comunicação Organizacional não se restringe ao âmbito do organizado, à fala autorizada, aos processos formais e à comunicação da e/ou na organização. Ela assume diferentes características, nos diversos contextos em que se realiza, e pode acontecer através de fluxos multidirecionais que atribuem sentidos à organização, mesmo sem haver uma relação direta. Pensar a Comunicação Organizacional a partir dos pressupostos da complexidade requer um esforço em direção à quebra do conceito de que ela funciona como um simples sistema de transferência de informações, uma vez que compreende todos os fluxos de sentido que se constroem em diversos contextos.

A Comunicação Organizacional, seria, então, um processo de construção e disputa de sentidos, seja para assumir a incerteza como presença, respeitar e fortalecer a diversidade (possibilitar que se realize/manifeste), fomentar lugares de criação e inovação, potencializar o diálogo e “[...] os fluxos multidirecionais de comunicação, reconhecendo as possibilidades de desvios de sentidos e compreendendo a alteridade como força em disputa de sentidos, dentre outras coisas” (BALDISSERA, 2009b, p. 120). Assim, propõe o autor que a comunicação não se restrinja a espaços físicos e sim a fluxos de sentidos compostos por diversas qualidades de conteúdo e forma. Para tanto, ela precisa ser trabalhada a partir do respeito à diversidade e ao entendimento do conflito como uma possibilidade de criação.

Dadas a constante evolução da tecnologia e a criação de novas ferramentas e funcionalidades de serviços e produtos associados à *internet* que promovem a interação e dá potencialidades ao público, a dimensão da organização falada ganha ainda mais força e deve promover mudança do *modus operandi* das organizações, que buscam se adequar ao novo cenário, mais rápido, exigente e de fácil comunicação. Nesse contexto, então, estão presentes as comunidades sociais virtuais, que proporcionam a seus usuários não apenas receberem informações, mas, efetivamente, participarem de discussões, expressarem opiniões, divulgarem informações; enfim, interagirem uns com os outros.

Os ativos intangíveis, elementos fundamentais no processo de avaliação das organizações modernas pelos públicos estratégicos e pela opinião pública em geral, têm sido bastante afetados pela contínua exposição nas mídias sociais digitais. Eles incorporam, segundo Doeneghetti e Meir (2009), uma mescla de competências individuais (conhecimento e capacitações), competências organizacionais (base de dados, tecnologias, rotinas e cultura) e relacionais (rede de relacionamentos, reputação e lealdade) não reconhecidas como ativos sob

a ótica contábil, mas percebidas como tal pelo público.

Essa nova realidade exige das organizações um planejamento bem articulado, pois ao mesmo tempo em que as redes sociais implicam benefícios para a visibilidade, pode se transformar em uma verdadeira “dor de cabeça”, trazendo consequências incalculáveis para a reputação. De acordo com Lemos e Lévy (2014, p. 13), as organizações contemporâneas, as novas mídias, as redes sociais e a comunicação global são um *pharmaco*; ao mesmo tempo veneno e remédio. Elas servem tanto para potencializar e estabilizar as redes e os fluxos comunicacionais, aumentando sua coerência interna e ampliando a eficácia de sua ação externa, como também para fomentar controvérsias, revelar inconsistências e visualizar problemas. Isso pode levar, por um lado, a um novo arranjo organizacional, com inovação e fortalecimento (criação de uma nova organização, diferente ou maior do que a anterior), ou, por outro, à desestabilização e morte.

No âmbito da lógica midiaticizada, as organizações estão inseridas em um ambiente complexo, que demanda uma gestão estratégica. Nesse cenário, Cardoso (2006) ressalta que a informação e os processos de comunicação sempre estiveram presentes nas ações que buscam a evolução da organização e que, na atualidade, ocupam um papel relevante para ampliar e integrar as estruturas e garantir a manutenção de suas ações, bem como da própria existência.

Ele considera que as organizações são o resultado de um processo dialógico com o meio ambiente. Por isso, a área da comunicação necessita desprender-se de alguns padrões tradicionais e ser incorporada por todos os setores com o objetivo de construir uma gestão estratégica. Para Pérsigo e Fossá (2011, p. 15), “pensar a comunicação organizacional à luz da midiaticização significa atualizar as ações estratégicas que visam a dinamizar o relacionamento entre as instituições e seus públicos”.

Elas baseiam suas considerações na proposta de Fausto Neto (2006), na qual afirma que esses relacionamentos não são mais regidos por laços sociais e sim por ligações sociotécnicas. Os laços sociais permanecem e o que muda é a forma de estabelecê-los, uma vez que a mediação tecnológica possibilita novas maneiras de contato e troca de informações, porém não desfaz as relações.

O conhecimento e a apropriação da lógica midiaticizada são fundamentais para se pensar na possibilidade de uma nova perspectiva de ação. Nesse aspecto, Kegler e Fossá (2010, p. 13) apontam que a atualidade exige “elos teóricos que justifiquem a comunicação social nas organizações para além das instrumentalidades”. Diante de um cenário digital em constante evolução, nota-se que as pessoas estão cada vez mais independentes e produzindo os próprios

conteúdos. Seja para opinar, informar ou entreter, o fato é que as mídias sociais, em especial, estreitaram as relações interpessoais e entre as organizações e seus públicos.

Giardelli (2012, p. 64) recomenda humanizar as relações digitais, não apenas uma marca, e sim toda uma organização: “As histórias devem ser feitas por pessoas, sem fim. A cada dia, um novo capítulo é contado. A jornada é um processo cumulativo e contínuo de aprendizagem, discussão aberta e colaborativa, que questiona, corrige e responde”.

De acordo com Colnago (2015, p. 18-19), é relevante que as organizações repensem suas estratégias de comunicação, contemplando as redes sociais com severidade em seus planejamentos e efetivando o relacionamento direto com seus públicos sem a necessidade de intermediários, considerando o baixo custo e o alto grau de atratividade e interatividade desse meio em que os usuários, cocriadores dos conteúdos, colaboram para construir suas imagens:

Antes de tudo, é importante definir estrategicamente o objetivo central das comunicações via mídias e redes sociais e digitais, levando-se em conta o perfil dos públicos e os canais mais adequados para atingi-los e mobilizá-los. Avaliar os impactos e riscos que a atuação na internet pode trazer para os processos é o passo seguinte [...], estabelecer políticas e orientações de uso claras e encontrar a melhor forma de mobilizar o público são os passos subsequentes. [...] a conquista dos outros membros da organização é importante para que todos, compreendendo os objetivos da comunicação digital, façam seu papel na busca pela construção da imagem.

A linha tênue que separa o que é dito do que é percebido está mais evidente com as plataformas digitais, pois os contatos são ampliados, compactuados, se aproximam ou se distanciam sistematicamente. Com isso, qualquer regressão nos termos normativos ou na incompatibilidade de ideais dentro de ambientes pode gerar conflitos, fazendo com que o se deseja projetar se perca, gerando insatisfação. Fica cada vez mais evidente que se está vivenciando hoje intensas e, ao mesmo tempo, rápidas transformações que não estão restritas a um único setor ou a um grupo específico. Pelo contrário, diversos setores da sociedade vêm sendo afetados.

Esse é um cenário ideal não facilmente obtido, já que as formas de comunicação e a quantidade e qualidade da informação refletem nos cenários sociais, educacionais e econômicos de determinada sociedade. Quanto mais acentuadas as desigualdades sociais e menos elevado o nível de educação formal, maiores são as dificuldades no uso da informação, o que aumenta os problemas de comunicação entre os sujeitos e contribui para a formação de um espaço desordenado e caótico. Esse ambiente pode ser entendido como o resultado das múltiplas transgressões aplicadas à informação, que o torna divergente da informação considerada legítima e verdadeira com base em parâmetros autênticos, como a história, os fatos, o contexto

e a ciência.

A Comunicação Organizacional precisa compreender tudo aquilo que é processado pela própria organização, assim como todos os possíveis desdobramentos dos seus processos de comunicação e de informação, sobretudo a desinformação. É necessário que as estratégias transcendam o pensamento instrumentalista para dar espaço aos processos de comunicação fundamentados também nos elementos simbólicos de seus sujeitos. Essas compreensões não podem ser regidas, exclusivamente, pelas lógicas de mercado, simplificadas apenas na aplicação de instrumentos em busca de resultados imediatos, sob pena de gerar uma visão reducionista e atribuir à organização toda a responsabilidade de constituição de seu poder simbólico criado, considerando que o sujeito receptor é pouco ativo: “É preciso admitir que o sujeito é capaz de (re)construir os significados da organização, por meio de processos de comunicação, e de recriar o significado delas” (OLIVEIRA; COLPO, 2021, p. 53).

No caso das organizações científicas, as inabaláveis bases de legitimidade da ciência moderna passam por uma profunda crise de modo que a própria ciência vive um momento de revisão de seus pressupostos e de abertura ao diálogo a inúmeros contextos sociais não científicos. Na perspectiva de Mafra (2016), o campo da Comunicação Organizacional pode oferecer caminhos válidos para uma compreensão acerca dos dilemas contemporâneos de crise da ciência – dilemas que interferem na atuação das instituições científicas – e em que medidas tais caminhos podem inspirar a constituição de uma política de Comunicação Organizacional às instituições científicas em cenários democráticos complexos e pluralistas.

Logo, se por um lado a Comunicação Organizacional das instituições científicas pode buscar modelos verticalizados e unicamente informacionais, tal comunicação também pode se pautar pela busca de legitimidade e por processos dialógicos e público – reflexivos (BOHMAN, 2009), apresentando-se enquanto instância fundamental às organizações científicas em tempos de crise, como a pandemia da Covid-19.

4.3 Universidades e representação social

Representações têm forte ligação com o contexto cultural. Ao longo do tempo, inúmeros autores se dedicaram a estudar e entender o que são e como elas funcionam. Hall (1997) as define como um processo em que membros de determinada cultura produzem sentido, através da linguagem, instituindo duas possibilidades de interpretação. A primeira afirma que representar algo é apenas o processo de descrever alguma coisa. Já a outra opção traz a representação como forma de simbolizar ou substituir algo.

Descrevendo, simbolizando ou substituindo, a representação aparece em um formato de transmissão, pois está transportando as coisas de uma pessoa a outra ou de uma organização para seus públicos. Com base nessas relações, Trinta e Neves (2005) afirmam que os sistemas de representação estão diretamente ligados à formação de identidades. Segundo os teóricos, quando certo sistema oferece ao espectador uma imagem forte, é criada uma identidade, já que esse personagem é aceito, reconhecido e adotado pelo público.

O estudo de Moscovici (2012) também traz *insights* para a compreensão da problemática. Suas pesquisas demonstram que as representações sociais são um tipo de conhecimento com a atribuição de produzir comunicações e comportamentos entre os indivíduos. As pessoas são impactadas por esse conhecimento de maneiras diversas, uma vez que cada uma delas teve experiências diferentes ao longo da vida. Nessa perspectiva, o autor enxerga o estudo das representações diretamente relacionado ao campo da Comunicação. “A aspiração da teoria das representações sociais é clara. Pelo fato de assumir como seu centro a comunicação e as representações, a teoria espera elucidar os elos que unem a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas” (MOSCOVICI, 2012, p. 206).

Nessa mesma linha de pensamento, Jodelet (2001) observa que a representação também é uma forma de conhecimento, porém é elaborada e compartilhada, sendo necessário levar em conta aspectos mentais, sociais e afetivos a partir de cinco características essenciais: 1) é sempre a representação de um objeto, uma pessoa ou uma instituição; 2) tem caráter imagético e poder de deixar imutáveis percepções, conceitos, ideias e sensações; 3) tem cunho significativo e simbólico; 4) tem atributos construtivos; e 5) tem traços criativos e autônomos.

Depreende-se, assim, que as representações surgem no andamento de variadas transformações da sociedade, dando sentido às coisas normais da rotina e construindo a realidade que se conhece. Esse processo está ligado a uma concepção feita por meio do convívio em sociedade, pensando e interpretando a realidade cotidiana, e possibilitando posições em relação a objetos, eventos, pessoas, organizações e situações.

Sendo as universidades locais que prestam serviços de atendimento à comunidade nas diversas áreas do saber e oferecem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, quais as representações que delas emergem na sociedade? Segundo Wanderley (2017, p. 19), “[...] é um lugar – mas não só ela – privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional”.

Marcovitch (1998, p. 23) complementa que “[...] a universidade tem ainda o papel de formar a cidadania. Cabe-lhe, e talvez seja essa a sua principal função, desenvolver a inquietude

do ser social”. Com essas reflexões, pode-se dizer que as universidades são organizações sociais, inseridas em um contexto de agentes, que influenciam e que são influenciadas no campo de sua atuação. A universidade, ao mesmo tempo em que tem como missão a transformação da sociedade, é também um espelho de como essa mesma sociedade se constitui.

São instituições que representam espaços de cultura e conhecimento, dos quais se espera um comprometimento com o desenvolvimento da sociedade. Têm tentado dar resposta às solicitações e aos desafios que lhes são constantemente colocados com o reforço do seu compromisso para com a responsabilidade social. Tais prerrogativas são verificadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96) que, em seu artigo 43, esclarece a finalidade das instituições de ensino superior no País:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Essa mesma Lei estabelece que o Governo Federal deve elaborar um Plano Nacional de Educação (PNE) a cada dez anos, elencando metas que devem nortear as políticas públicas para melhoria da qualidade do ensino no País. Na versão mais atual, editada pela Lei nº 13.005/2014, referente ao decênio 2014-2024, as ações partem da premissa, na qual o sistema de educação superior deve contar com um arcabouço estratégico composto pelas universidades, tendo como missão contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais nos marcos de um projeto nacional:

No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às

universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do País e da sociedade brasileira. A universidade é, simultaneamente, depositária e criadora de conhecimentos (BRASIL, 2014).

Torna-se necessário, portanto, construir pontes comunicativas entre o que é produzido nas instituições para o público em geral, com o suporte dos aparatos midiáticos; e que não deve ser meramente informativas. Além de constituir importante fator de legitimação e fortalecimento da imagem da universidade (HERBELÊ, 2012), também contribui para a popularização da ciência, aspecto que deve ser prioridade em um país em desenvolvimento como o Brasil (IVANISSEVICH, 2012), num contexto de comunicação pública relacionada diretamente com a comunicação científica. Essa associação é explicada, segundo Brandão (2006), pelo reconhecimento de que a produção e a difusão do conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica além do círculo de seus pares.

Entre os novos horizontes, estão a preocupação com o papel social da ciência na sociedade; o aumento da competitividade entre equipes e instituições de pesquisa em âmbitos nacional e internacional; os investimentos em dinheiro, tempo e capacitação dos pesquisadores; a premissa de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é fundamental para o exercício pleno da cidadania; a necessidade de posicionar a ciência e os cientistas de modo a influenciar as decisões políticas e econômicas e se legitimar perante a sociedade, o que significa despertar o interesse da opinião pública, dos políticos, da sociedade organizada e, principalmente, da mídia (BRANDÃO, 2006, p. 4).

Vale destacar que o estabelecimento de canais de comunicação com a sociedade é um dos quesitos aferidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Essa norma estabelece que a “avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (BRASIL, 2004a).

Especificamente no que se refere à dimensão 4 – comunicação com a sociedade –, os parâmetros que balizam a autoavaliação consideram “estratégias, recursos e qualidade da

comunicação interna e imagem pública da instituição nos meios de comunicação social” (BRASIL, 2004b). Para a avaliação externa, são considerados como indicadores “coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais, comunicação interna e a comunicação externa e a ouvidoria” (BRASIL, 2004b).

Assim, para cumprir a sua missão, as universidades devem ir além do simples processo de comunicação humana e estar atentas às novas tendências das tecnologias da informação. De acordo com Barichello (2004), devem administrar uma complexa rede de interesses, formada por múltiplos sujeitos, os quais afetam e são afetados pela sua atuação na sociedade e envolvem, portanto, a capacidade em desenvolver a sua comunicação pública, buscando a construção de relacionamentos legítimos. Desde que o saber instrumental instaurou na modernidade uma autonomização dos sujeitos individuais e coletivos em relação à legitimação – deslocando os lugares fixos e facilmente referenciáveis da tradição –, a comunicação das instituições depende da sua capacidade de dar visibilidade às suas ações.

A instalação de uma comunicação racional foi seguida pelo deslocamento da cena de legitimação para a arena dos meios de comunicação, fato que atinge seu auge nos tempos atuais de globalização. Barichello (2004) acredita que uma perspectiva semelhante possa ser utilizada para pensar a instituição universitária da atualidade, que depende das comunicações interna e externa não só para formar uma imagem que a legitime, mas também para construir uma identidade através de suas ações. “Podemos propor uma identidade, mas esta será sempre reelaborada no convívio entre o dentro e o fora” (p. 7).

É necessário salientar que uma compreensão acerca dos fenômenos que envolvem os contextos contemporâneos de uma ciência em crise se mostra extremamente profícua a partir da extensa controvérsia pública que envolve a busca constante por legitimação da ciência diante de um amplo e plural tecido social. Conforme Mafra (2016, p. 169, grifo do autor), não basta às universidades a produção dos já conhecidos discursos científicos institucionais orientados em direção a um convencimento pela verdade, uma vez que a própria verdade inabalável e absolutamente irreprochável da ciência moderna está posta em xeque:

Antes de tudo, os tempos do agora solicitam às instituições científicas uma construção dialógica e pública, sustentada por parâmetros morais inteligíveis e validados comunicativamente, por sujeitos que, de algum modo, a tais instituições se vinculam e por elas sentem-se afetados. No caso do fenômeno da ciência cidadã, esse processo parece ser enfrentado de modo bastante natural: uma esfera eminentemente formada por especialistas é forçada, por uma espécie de *fissura pública* democraticamente motivada, à abertura dialógica – o que torna imperioso admitir que escolhas/decisões públicas cunhadas por cientistas e por suas instituições não carregam, de modo pré-

reflexivo, nenhum conteúdo moral que será publicamente aceito de antemão, e que é inevitável, portanto, que tais escolhas/decisões passem por um amplo processo dialógico de validação pública, do qual participarão, em tese, todos aqueles que se sentirem concernidos pelo projeto científico de mundo, socialmente disposto.

Dessa forma, o destino da universidade está ligado às relações comunicacionais que a comunidade universitária conseguir estabelecer com a sociedade. Barichello (2004) complementa que somente as práticas calcadas na renovação de seu projeto identitário coletivo poderão construir uma instituição para os novos tempos e espaços, dando conta da utilização dos modelos comunicacionais já referenciados e de suas respectivas formas de sociabilidade e, também, das novas possibilidades de constituição da comunidade universitária. As formas possíveis de estruturação da instituição universitária mudam de acordo com o aparato tecnocomunicacional e as bases culturais disponíveis, mas a força de um poder comum aos integrantes da comunidade universitária persiste através das práticas de comunicação estabelecidas.

Logo, na visão de Pinto (2012), sendo as universidades o centro da produção de conhecimento científico, devem se adaptar às necessidades da sociedade contemporânea. Maciel, Kowalsky e Menezes (2009) vão mais longe ao pensá-las como instituições de referência que devem implementar um comportamento socialmente consciente numa perspectiva que lhes dão visibilidade, objetivando a legitimação de sua imagem-conceito que consiste, segundo Baldissera (2009a), em um constructo simbólico, complexo e sintetizante, de caráter judicativo/caracterizante e provisório, realizada pela alteridade (recepção) mediante permanentes tensões dialógicas, dialéticas e recursivas, intra e entre uma diversidade de elementos-força, tais como as informações e as percepções sobre a entidade (algo/alguém), o repertório individual/social, as competências, a cultura, o imaginário, o paradigma, a psique, a história e o contexto estruturado.

Ao colocar o poder de disseminação desse conhecimento a serviço da sociedade, as universidades assumem a responsabilidade e o compromisso com as gerações atuais e futuras na produção de conhecimento. No contexto da Covid-19, um levantamento realizado pelo Projeto Ciência Popular, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP (FERREIRA, 2020) mostrou o quanto essas instituições de ensino e pesquisa contribuíram na busca de soluções (tratamentos, testes, vacinas, equipamentos de prevenção e suporte hospitalar) e no desenvolvimento de estratégias para a criação de políticas públicas de saúde para minimizar os impactos da pandemia na população.

No primeiro ano da doença, em 2020, foram identificadas 2.005 ações. O maior grupo, com 421 iniciativas (21%), diz respeito à disseminação de informações e divulgação científica (ex.: portal de notícias ou outras informações), seguido de 323 ações (16,1%) de produção de EPI (ex.: *face shield*, máscara ou luvas), 233 (11,6%) de orientações ou apoio ao isolamento social (ex.: psicossocial, nutricional, atividade física ou entretenimento), 168 (8,4%) de estudos biológicos ou no campo da saúde, 150 (7,5%) na produção de desinfetantes (ex.: álcool ou água sanitária), 148 (7,4%) estudos ou projeções socioeconômicas, 116 (5,8%) na rede de solidariedade ou doações de alimentos, 105 (5,2%) na produção de testes para Covid-19, 104 (5,2%) de apoio ao atendimento (ex.: leitos, estrutura ou profissionais), 81 (3,7%) na produção de respiradores e/ou equipamentos de apoio às UTI, 70 (3,5%) de capacitação de profissionais da saúde e outras ações diversas somam 86 (4,3%).

Durante a pandemia, as Universidades se esforçaram para mostrar que são capazes de cumprir sua missão, ampliar seus objetivos e consolidar laços efetivos com a sociedade. Quanto mais seguirem nesse caminho, maior será sua autoridade e mais forte sua legitimidade. O período inaugurou uma era global de experimentação social que tende a se tornar um marco para as próximas gerações. A ampliação das suas atribuições regulares, que se deu em meio à emergência da situação, foi um convite para uma reavaliação de suas atividades e de seu comportamento, intimamente ligados à sua relevância e posicionamento social.

Há expectativas quanto à capacidade e competência da universidade para gerar rapidamente respostas para os grandes desafios do mundo atual, como as pandemias, o novo mundo digital, as mudanças do clima, as desigualdades sociais e a sustentabilidade.

O potencial liberado contra o SARs-Cov2 deixou claro que as respostas positivas, as análises e soluções geradas pela comunidade científica podem se tornar ainda mais relevantes e, com isso, oxigenar o debate público. Para isso, a reflexão sobre sua reorganização e reordenamento de sua própria estrutura adquire maior importância (AGOPYAN; ARBIX, 2022, p. 287).

Se pudermos apontar algumas lições que as universidades tiraram dos tempos difíceis da pandemia, uma delas foi a necessidade de aguçar ainda mais sua sensibilidade para captar as inquietudes e as aflições sociais e colocar seus recursos humanos e materiais para ajudar a equacioná-las. O diálogo aberto com a população colocou essas instituições em um nível mais alto de responsabilidade social, consolidando a compreensão de que, para além da pesquisa e da educação, uma relação de proximidade com a sociedade é vital para sua sobrevivência com legitimidade na arena pública.

5 ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS UNIVERSIDADES NO *FACEBOOK*

A ciência e sua comunicação efetiva ao público se tornaram um dos grandes desafios sociais dos últimos anos. O campo de estudos de divulgação científica está atento a esses movimentos, não só como ponte que aproxima a informação sobre essas matérias, mas também com a missão de que o que se publica possa ser aplicado no cotidiano das pessoas e, assim, contribuir para a formação de um mundo cientificamente mais noticiado.

Em um contexto pandêmico, tais dimensões se tornam ainda mais relevantes à medida que o mundo se viu diante de uma doença desconhecida, as pessoas estão imersas em um ambiente hiperconectado e a sociedade é regida por uma lógica midiática influenciada pela incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano.

Ao mesmo tempo que a contaminação pela Covid-19 se propagava de forma exponencial pelo mundo, igualmente se observou a proliferação de comportamentos negacionistas e de atos de desinformação. A comunidade científica determinou que os desafios iriam além de encontrar um tratamento e elaborar um imunizante. O negacionismo à ciência e, como consequência, o uso irracional de alguns medicamentos, descrédito da vacina e o não cumprimento do isolamento social, mesmo quando possível, também são dificuldades frequentes que retardam o combate ao novo Coronavírus.

No Brasil, o então Presidente da República, Jair Bolsonaro, segundo atestam Santos e Fossá (2020), contribuiu com esse cenário ao determinar ações administrativas controversas e emitindo declarações públicas que colocavam em descrédito medidas de contenção da doença. O chefe do Executivo Federal adotou uma postura contrária às recomendações dos médicos e da OMS, antagonizando com governadores e prefeitos sobre as políticas de isolamento, investindo na recomendação de medicamentos que são questionados pela ciência como eficazes no tratamento da doença e alimentando desconfiança sobre as vacinas.

Tal situação foi alvo de um editorial publicado pela Revista *The Lancet*, na edição de 09 de maio de 2020, intitulado «COVID-19 in Brazil: “So what?”» em referência à resposta de Bolsonaro à pergunta de um repórter sobre o grande número de casos de infectados e mortos no Brasil: «E daí? O que você quer que eu faça?» (EDITORIAL BOARD, 2020, p. 1461, tradução nossa). O texto defende a necessidade de um posicionamento das entidades representativas da ciência contra a postura do Presidente e clama por mais investimentos na área.

Muitas organizações científicas, tais como a Academia Brasileira de Ciências e ABRASCO, têm se oposto firmemente a Bolsonaro por causa de duros cortes no orçamento para a ciência e um desmantelamento geral da seguridade social e serviços públicos. No contexto da Covid-19, muitas organizações têm lançado manifestos direcionados ao público, como o Pacto pela Vida e pelo Brasil, e feito declarações escritas e apelos aos membros do governo clamando por unidade e soluções em conjunto. Panelaços de janelas como protesto durante pronunciamentos presidenciais acontecem com muita frequência. Há muita pesquisa em andamento, da ciência básica à epidemiologia, e há uma dinâmica produção de equipamento de proteção pessoal, respiradores e *kits* para exames (THE LANCET, 2020, p. 1461, tradução nossa).

Essas digressões, ancoradas no aporte teórico que demonstramos nos capítulos anteriores, nos levam a refletir sobre uma situação dicotômica: ao mesmo tempo em que a ciência é provocada a dar respostas rápidas ao enfrentamento à pandemia, o campo se vê questionado. Uma percepção ambígua que a esfera pública parece demonstrar sobre a ciência e seus resultados, ora valorizando-os, ora hostilizando-os. Dessa forma, a pergunta central que ancora a proposta desta tese é: como as instituições representativas da ciência se colocam diante de sua audiência para o enfrentamento da pandemia da Covid-19?

Segundo o relatório da empresa *Clarivate Analytics* (2019), 15 universidades – todas elas públicas – produzem mais da metade da ciência brasileira. São para essas instituições que nossos olhares analíticos se voltam.

5.1 Percurso metodológico

Nosso percurso metodológico se inicia na definição dos objetos de análise. Como tratamos de visibilidade do conhecimento científico, o documento da *Clarivate* mostrou que São Paulo e Rio de Janeiro são os Estados que concentram a maior incidência de produção de pesquisas. Coincidentemente, também são essas localidades que apresentaram a maior taxa de mortalidade no país para cada 100 mil habitantes nos três meses iniciais da contaminação pela doença, de acordo com dados do Ministério da Saúde²⁵.

Ao avaliarmos o panorama político, ambos os Estados eram governados por desafetos públicos de Bolsonaro. João Dória (SP) e Wilson Witzel (RJ) são figuras políticas controversas, pois se elegeram ancorados na onda conservadora, que marcou a disputa de 2018, tiveram o apoio do ex-Presidente e logo nos primeiros meses de mandato as relações começaram a ruir

²⁵ Painel Coronavírus. [Internet]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 9 mai. 2022.

por posicionamentos políticos e econômicos divergentes, além de questões eleitorais já com vistas para o pleito de 2022, em que havia especulações de que ambos os governadores se apresentavam como presidenciáveis²⁶.

Nos meses iniciais da pandemia, Dória e Witzel se colocaram a favor das medidas recomendadas por cientistas e autoridades sanitárias. O governador paulista, inclusive, se colocou como financiador do imunizante Coronavac, do laboratório chinês Sinovac em colaboração com o Instituto Butantan.

Essas contraposições podem ser ilustradas em um fato ocorrido no dia 22 de abril de 2020, quando Bolsonaro reuniu sua equipe ministerial no Palácio do Planalto para discutir as ações do governo e desferiu palavras de baixo calão ao citar os governantes paulista e fluminense²⁷. Assim, ao considerarmos a politização da doença e seus impactos nas políticas públicas de saúde e de investimentos em pesquisas, decidimos por escolher uma universidade estadual e uma federal em cada um dos Estados.

Recorremos, mais uma vez, ao *ranking* da empresa *Clarivate Analytics* (2019) que apontou as Universidades de São Paulo (USP), do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Federal de São Paulo (UNIFESP) e Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como as que mais produzem pesquisas em instituições públicas financiadas por seus respectivos governos.

Os conteúdos publicados nos perfis oficiais das universidades no *Facebook* serão analisados (Quadro 2). A escolha se deu por essa rede social apresentar a maior audiência no Brasil em 2020, ano em que a pandemia foi decretada, de acordo com o relatório *Digital in 2020*, do site *We Are Social*²⁸. Os dados mostram que, naquele ano, o país contava com cerca de 120 milhões de contas ativas.

²⁶ Ex-aliados de Bolsonaro, Dória e Witzel miram 2022. [Internet]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/descolados-de-bolsonaro-ex-aliados-miram-2022/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

²⁷ Bolsonaro chama Dória de 'bosta' e Witzel de 'estrupe' durante reunião ministerial; veja vídeo. [Internet]. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/bolsonaro-chama-doria-de-bosta-e-witzel-estrupe-durante-reuniao-ministerial-veja-video.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.

²⁸ Digital in 2020. [Internet]. Disponível em: https://datareportal-com.translate.google.com/reports/digital-2020-brazil?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 9 mar. 2021.

Quadro 2 – Apresentação das universidades

Universidade	Perfil oficial	Apresentação na plataforma	Número de seguidores (em 1º/03/2020)
USP	facebook.com/usponline	A Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, autarquia ligada à Secretaria de Estado	408 mil
UNIFESP	facebook.com/Unifespoficial	Página oficial da Unifesp no <i>Facebook</i>	94 mil
UFRJ	facebook.com/PortalUFRJ	Página oficial da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	147 mil
UERJ	facebook.com/uerjoficial	Página oficial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	111 mil

Fonte: elaborado pelo autor.

As instituições analisadas foram definidas com o objetivo de compreender como as universidades públicas que mais produzem pesquisas no Brasil se posicionaram e empreenderam ações comunicativas na rede social *Facebook*, na tentativa de estabelecer um contraponto com as desinformações circulantes durante a pandemia da Covid-19, considerando a ambiência conjuntural do país e sua crise democrática.

De forma específica, nossa análise intenta traçar um panorama que possa dimensionar a resposta das universidades públicas aos desafios impostos pela disseminação da Covid-19, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas para mitigar os efeitos nocivos da doença; identificar as temáticas abordadas pelas universidades em diferentes períodos da pandemia, a partir de uma perspectiva que reflete a cultura digital e a produção de conteúdo em rede; verificar em que medida os conteúdos publicados contribuíram para a legitimação das universidades como produtora de conhecimento; e entender como essas instituições se posicionam em um período marcado pela desinformação e teorias conspiratórias.

Como hipótese, acreditamos que as universidades, ao se utilizarem de seus dispositivos informacionais, ingressam em agendas temáticas a partir de aspectos contextuais da pandemia da Covid-19, apropriando-se de aparatos midiáticos possibilitados pela arquitetura informacional da rede social *Facebook*. Dessa maneira, posicionam-se perante seus públicos e estabelecem contrapontos às desinformações articuladas por movimentos negacionistas que encontram aderência nos discursos e nas ações do então Presidente Jair Bolsonaro.

No curso da evolução da doença, para responder às questões da tese e atender aos objetivos propostos, elencamos três períodos que possuem registros importantes relacionados ao avanço da doença, medidas de prevenção, colapso do sistema de saúde e vacinação.

O primeiro recorte abrange os três primeiros meses da pandemia, de 1º de março a 31

de maio de 2020, um cenário marcado por incertezas, com inúmeros questionamentos. Qual seria a melhor forma de tratar a infecção por Coronavírus? O que fazer durante esses meses ou anos sem a vacina? Como reduzir a gravidade e mortalidade associadas a essa doença? Existem medicamentos que poderiam eliminar o vírus? Por que as pessoas mais idosas e aquelas com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, estão mais sujeitas a quadros graves de Covid-19? Muitas informações circularam na *internet* e redes sociais, dizendo que determinados medicamentos ou procedimentos seriam úteis para combater a infecção por Coronavírus. Como surgem essas informações e como elas são testadas pelos cientistas?

Um ano após o início da pandemia, várias respostas para as questões que apresentamos já estavam em aplicação. Logo, importa-nos verificar como essas modulações temáticas foram praticadas nas publicações das universidades no *Facebook*. O período de 1º de março a 31 de maio de 2021, que corresponde ao nosso segundo recorte de análise, agrupa alguns registros históricos da pandemia no Brasil, como o recorde de mortes diárias, o número de vítimas por Covid-19 em 2021 superando o total de 2020 e os desdobramentos da vacinação iniciada nos primeiros dias do ano (BUTANTAN, 2021).

Já nosso terceiro recorte tem como marco o relaxamento das medidas de prevenção, que coincide com as festas de fim de ano. De dezembro de 2021 a fevereiro de 2022, o Brasil atingiu 80% de sua população-alvo completamente vacinada, autorizou a aplicação de vacinas para crianças e adolescentes e começou a oferecer a dose de reforço do imunizante para adultos. Por outro lado, a Europa e os Estados Unidos viviam o avanço da variante Ômicron, acendendo o alerta para a necessidade de manter os cuidados (BUTANTAN, 2021).

Como suporte para a compreensão e para o mapeamento dos dados coletados, será utilizada a Análise de Conteúdo (AC) sob a ótica de Laurence Bardin (2011). A técnica pode ser aplicada a todas as formas de comunicação, independentemente da natureza do seu suporte, e consiste em um conjunto de aparatos metodológicos que buscam a descrição do conteúdo das mensagens por meio de procedimentos objetivos e sistemáticos, podendo apresentar natureza quantitativa ou qualitativa, de maneira que permitam inferir aspectos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Segundo a autora, esse procedimento se dá de acordo com o percurso de três polos cronológicos: (a) pré-análise, (b) exploração do material e (c) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A primeira etapa tem o objetivo de organizar a análise, embora ela seja composta de atividades não estruturadas. Passam por esse mecanismo a leitura flutuante e a confrontação com outros documentos, bem como a percepção do grau de representatividade

dos documentos e objetos analisados para a proposta da pesquisa. As postagens das universidades foram coletadas diariamente através da técnica de *print screen*, que permitiu a elaboração de um banco de dados com todas as capturas de telas com as imagens de cada publicação. Além disso, os textos foram copiados e elencados em uma tabela com a cronologia das mensagens.

Ainda na fase de pré-análise, considera-se a observância de alguns padrões narrativos prévios, que permitam um olhar para o conteúdo de forma mais direcionada, já que o foco da pesquisa é uma análise interpretativa e qualitativa. Foram selecionadas todas as postagens que tratavam da pandemia, possibilitando um olhar mais atento às temáticas abordadas.

Na fase de exploração do material, Bardin (2011) argumenta que as escolhas do pesquisador são essenciais, pois é o passo dado mediante tudo aquilo que foi levantado na pré-análise. Há, aqui, codificação dos dados, criação de categorias, elaboração das unidades de análise e proposição dos caminhos de interpretação. Nos tópicos a seguir, apresentaremos os dados quantitativos e a análise qualitativa em cada um dos períodos determinados.

5.2 A afirmação da doença

O teor das publicações foi analisado na tentativa de apontar possíveis caminhos que possam otimizar os efeitos da mediação científica estabelecida entre instituições representativas da ciência e o público em geral, que visa a ir além da simples tradução de uma linguagem técnica para uma de fácil compreensão. Partimos do princípio de que a divulgação deve promover naquele que lê o conteúdo uma reflexão não apenas sobre a utilidade da pesquisa, mas sobre sua pertinência, métodos e efeitos na sociedade.

O período de análise foi determinado entre 1º de março a 31 de maio de 2020. Optou-se por iniciar o estudo antes da deflagração da crise sanitária pela OMS, em 11 de março, para verificar quais as abordagens já eram evidenciadas nas respectivas páginas, uma vez que a doença foi registrada pela primeira vez em dezembro do ano anterior, na China, e o primeiro caso de infecção no Brasil foi identificado em 26 de fevereiro.

Com a pandemia, pesquisas e artigos científicos sobre o tema passaram a receber mais destaque midiático, o que já se comprova pelos dados quantitativos quando se verifica que as questões relativas à doença mereceram a centralidade das comunicações nas *fanpages* das universidades (Quadro 3).

Quadro 3 – Quantitativo de postagens no início da pandemia

Universidade	Total de postagens	Somente pandemia	Porcentagem
USP	137	93	67,8%
UNIFESP	169	106	62,7%
UERJ	192	161	83,8%
UFRJ	219	178	81,2%
Total	717	538	75,03%

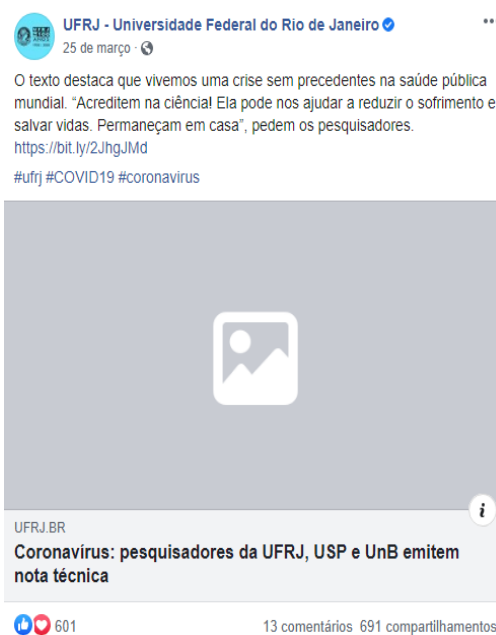
Fonte: elaborado pelo autor.

Em uma análise preliminar, é possível perceber que a própria comunidade científica reconhece que sabe pouco e está aprendendo ao longo do tempo. Por se tratar de uma doença nova, os pesquisadores tinham mais perguntas do que respostas. Diante da necessidade de retorno rápido dos setores científicos para evitar uma maior perda de vidas, as universidades tomaram a decisão de redirecionar seus esforços para a criação e o compartilhamento de postagens para combater a Covid-19.

Os conteúdos abordados pelas instituições buscavam estabelecer um contraponto ao que era posto em circulação. A maneira como muitas postagens foram criadas pode demonstrar que houve uma tentativa de aprimorar a compreensão da ciência e de suas metodologias, na busca por caminhos possíveis, com evidências, para conter a doença. A falta de familiaridade a respeito de como os estudos são feitos, somada à ansiedade natural que um momento difícil como este proporciona, abriram espaço para que informações fossem interpretadas, ou até mesmo inventadas, e divulgadas de maneira incorreta.

Em postagem realizada no dia 25 de abril de 2020, a UFRJ deixa claro esse entendimento sobre o *modus operandi* do fazer científico e aponta que esse pode ser um caminho para combater a desinformação, juntamente com a necessidade de se promover a transparência e a revisão aberta de informações científicas (Figura 1). Na mesma postagem, são evidenciadas as medidas, até então conhecidas, para prevenção da doença.

Figura 1 – Importância da ciência na luta contra o Coronavírus



Fonte: *fanpage* UFRJ.

O conhecimento científico começa a partir do momento em que as explicações saem do campo da opinião (eu acho que) e entram no mundo do método da ciência (eu sei que). O alerta vai para informações que são validadas pelo “senso comum”, algo não sistematizado e fragmentado, em que as experiências pessoais ou um conhecimento passado de geração em geração pode(m) prevalecer. A partir do momento que essas informações começam a ser justificadas por meio de argumentos aceitáveis, o senso comum começa a evoluir em direção à ciência.

Em outras palavras, o senso comum trabalha com o juízo de valor, com o subjetivo. Assim, não há como determinar se uma opinião é boa ou má, verdadeira ou falsa. São nesses flancos que as teorias conspiratórias ou movimentos negacionistas se assentam, à medida que são articulados aproveitando-se dos estados de ânimo e emoções do observador, impedindo uma isenção de opinião sobre o objeto estudado, tendo como base uma organização particular (subjetiva) que depende do sujeito.

São argumentos verificáveis, porém, apenas em relação ao que pode ser observado, no dia a dia, dentro do âmbito do receptor. Ou seja, a verificabilidade é subjetiva com o que se vê ou se ouviu falar, não se preocupando em buscar as evidências metodologicamente comprovadas. Um alerta feito pela USP em uma postagem do dia 23 de abril, afirmando que as evidências devem chegar até as pessoas, sob pena de elas buscarem outros meios de informações (Figura 2). O desenvolvimento científico leva esses comportamentos informais a

um formalismo, um padrão aceitável pela maioria como verdade. Logo, nesta disputa entre a ciência e as “narrativas subjetivas”, é preciso ocupar espaços, fazer circular as informações e os meios digitais se colocam como primordiais.

Figura 2 – USP reforça necessidade de comunicar pesquisas



Fonte: *fanpage* USP.

Nota-se, também, a necessidade de reafirmar, sistematicamente, a existência da Covid-19. A medida faz frente a uma tática orquestrada, segundo relatório da ONU²⁹, por grupos de extrema-direita para desacreditar as instituições, sobretudo a ciência, que criaram em apenas três meses de pandemia, 34 portais conspiratórios sobre a doença, alcançando cerca de 80 milhões de interações no *Facebook*. Enquanto isso, a OMS, uma fonte de informações oficiais e verdadeiras, obteve 6,2 milhões. Não por acaso, como já discutimos nos capítulos anteriores, a reverberação dessas narrativas negacionistas no Brasil era encabeçada pelo então Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Nas postagens produzidas pelas Universidades, foram mobilizadas cinco categorias temáticas (Quadro 4) que apontavam para os desafios iniciais de fazer chegar ao público questões que evidenciam os potenciais efeitos nocivos da doença e seus reflexos na conjuntura social ao se colocarem em prática as primeiras medidas de contenção.

²⁹ Pandemia pode elevar risco de 'extremismo de extrema direita'. [Internet]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55005784>. Acesso em: 22 set. 2021.

Quadro 4 – Descrição das categorias temáticas evidenciadas no início da pandemia

Categorias	Descrição	Subcategorias
Existência da doença	Buscam situar o leitor com postagens criadas sobre a circulação da Covid-19 e sua gravidade, diante de um cenário de incertezas que pode comprometer a resposta do país à pandemia.	Evidências científicas
		Sintomas e diagnósticos
		Medidas de prevenção e conscientização
		Tratamento e medicamentos
Vacina	Englobam anúncios de testes que visam verificar se vacinas já existentes são eficazes no combate ao novo Coronavírus e o estabelecimento de parcerias com outras instituições para viabilizar um novo imunizante.	
Impactos na sociedade	Abordam os reflexos da Covid-19 na saúde pública, na economia e nos diferentes contextos sociais.	
Rotina das universidades	Informam a comunidade acadêmica e a população em geral sobre as rotinas dos diversos setores da Universidade, que passaram a funcionar a distância, e a implementação do ensino remoto.	Funcionamento das atividades administrativas
		Implementação do ensino remoto
		Campanhas de solidariedade
Posicionamentos oficiais	Apresentam apontamentos que envolvem o financiamento público para pesquisas e decisões políticas que tendem a banalizar a pandemia e suas consequências na sociedade.	Financiamento de pesquisas
		Políticas públicas de saúde
		Desinformação / <i>fake news</i> / infodemia

Fonte: elaborado pelo autor.

Importante salientarmos que essa estratificação foi estabelecida de forma a facilitar o mapeamento das temáticas e suas abordagens. As publicações não são estanques e não estão fechadas em único eixo, o que significa dizer que é possível identificar mais de uma categoria em uma mesma postagem, o que nos leva a um somatório final superior ao número total que apresentamos anteriormente. Elas são apresentadas de forma fluida e complementar em todas as *fanpages* aqui estudadas, a despeito do quantitativo em que aparecem, em maior ou menor frequência, conforme o Quadro 5.

Quadro 5 – Quantitativo de categorias por universidades no início da pandemia

Categorias	Subcategorias	Quantitativo por instituições			
		USP	UNIFESP	UERJ	UFRJ
Existência da doença	Evidências científicas	34	30	24	26
	Sintomas e diagnósticos	22	13	19	13
	Medidas de prevenção e conscientização	23	28	38	21
	Tratamento e medicamentos	13	11	16	33
Vacina		23	19	12	35
Impactos na sociedade		16	24	63	17
Rotina das universidades	Funcionamento das atividades administrativas	21	18	33	27
	Implementação do ensino remoto	11	16	28	31
	Campanhas de solidariedade	0	1	14	15
Posicionamentos oficiais	Financiamento de pesquisas	11	5	9	3
	Políticas públicas de saúde	5	1	4	7
	Desinformação / <i>fake News</i> / infodemia	9	7	16	12

Fonte: elaborado pelo autor.

Sobre a “Existência da doença”, as universidades evidenciaram as pesquisas feitas para identificar o patógeno do vírus e o código genético, o que permitiu compreender a sua mecânica biológica e o seu período de incubação, que se referem ao tempo entre a exposição à Covid-19 e o momento em que os sintomas começam. As postagens foram criadas para comunicar descobertas e, também, para contrapor manifestos públicos que negavam ou minimizavam a gravidade da doença, pregavam o boicote às medidas preventivas, incentivavam tratamentos terapêuticos sem validação científica e atuavam na subnotificação dos dados epidemiológicos, dentre outros exemplos.

Diante da omissão de traçar estratégias nacionais de saúde, as pesquisas já evidenciavam seus primeiros resultados (Figura 3). A celeridade dessas descobertas foi destacada como um avanço da ciência e demonstrava que as instituições deveriam se articular de forma a estabelecer parcerias para o combate à doença.

Figura 3 – Anúncio de primeiras descobertas sobre a Covid-19



Fonte: *fanpage* USP.

São demonstradas as ações continuadas e perenes na produção do conhecimento, tomando como base a análise dos fenômenos de forma sistemática, seguindo metodologias que viabilizam novos conhecimentos e auxiliam na descoberta de medidas eficazes para o enfrentamento de situações de crise sanitária (Figura 4). Nessa corrida, também são acionadas experiências passadas, como outros surtos virais.

Figura 4 – Experiências anteriores usadas para entender o novo Coronavírus



Fonte: *fanpage* UNIFESP.

As descobertas mostraram ser possível que pessoas infectadas pudessem contaminar outras, mesmo sem apresentarem sinais da doença (Figura 5). Também se verifica a

preocupação das instituições em informar sobre os sintomas e como proceder, seja seguindo para tratamento em unidade de saúde ou adotando protocolos em domicílio, com vistas aos cuidados das pessoas doentes e com quem compartilha do mesmo ambiente.

Figura 5 – Formas de contaminação da doença



Fonte: *fanpage* UFRJ.

Outro ponto destacado nessa categoria são as postagens que objetivam conscientizar sobre medidas de saúde pública e autoproteção e a criação de equipamentos de proteção individual. Além disso, são informados os protocolos comportamentais, como o distanciamento social, a lavagem das mãos, a utilização de álcool em gel e os cuidados ao tossir e espirrar.

No curso da doença, novas descobertas são feitas, o que possibilita rever alguns posicionamentos e recomendações. É o caso do uso de máscaras de proteção que, em um primeiro momento, não era indicado para o público em geral. Na época, o equipamento só deveria ser utilizado por pessoas que tivessem suspeita da doença ou por profissionais de saúde, algo que hoje é bem diferente, já que o uso foi obrigatório por um longo período para todos (Figura 6).

Figura 6 – Recomendação de uso de máscaras para público restrito



Fonte: *fanpage* UERJ.

As postagens também informavam sobre diagnósticos, formas de tratamento e medicamentos. Foram apresentados estudos de remédios já existentes que podem, ou não, serem eficazes e indícios de potenciais fármacos para o desenvolvimento de novos remédios. O caso mais emblemático girava em torno do uso da hidroxicloroquina como terapia da Covid-19. Um dos primeiros estudos foi publicado em formato *preprint* por pesquisadores franceses no final de março de 2020. Os resultados, que indicavam eficácia da substância³⁰, foram questionados logo de imediato pela comunidade científica (Figura 7).

Figura 7 – Críticas ao uso da cloroquina



Fonte: *fanpage* USP.

³⁰ Novo estudo sobre cloroquina contra coronavírus gera fortes receios de cientistas. [Internet]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/novo-estudo-sobre-cloroquina-contra-coronavirus-gera-fortes-receios-de-cientistas/>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Outro tensionamento emblemático foi a corrida por ventiladores pulmonares, equipamentos-chave no atendimento a pacientes graves da Covid-19, que viraram até alvo de disputa entre países. A escassez do aparelho gerou uma corrida, tanto pelas unidades disponíveis, quanto pelas próximas a serem fabricadas. Para se ter uma ideia do contexto geopolítico, um avião com 600 respiradores comprados na China pelo consórcio Nordeste do Brasil foi barrado nos Estados Unidos³¹.

As projeções das autoridades de saúde apontavam que essa situação seria um dos gargalos para o enfrentamento da doença. A ciência deu sua resposta ao iniciar pesquisas que viabilizassem a produção do equipamento, com materiais de baixo custo e com peças já disponíveis no país ou então desenvolvidas pelas próprias universidades (Figura 8).

Figura 8 – Anúncio de pesquisas para produção de respiradores



Fonte: *fanpages* UNIFESP e UFRJ.

Na categoria “Vacinas”, as universidades já destacavam as pesquisas para a descoberta de um imunizante capaz de conter o avanço da doença. Porém, ressaltavam que até alcançarem

³¹ Carga chinesa com 600 respiradores artificiais é retida nos EUA e não será enviada ao Brasil. [Internet]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/carga-chinesa-com-600-respiradores-artificiais-retida-nos-eua-nao-sera-enviada-ao-brasil-24349142> . Acesso em: 11 jul. 2021.

de forma ampla a população, as medidas preventivas eram a base da resposta à pandemia. Para as autoridades de saúde pública, isso significava continuar a fazer testes de diagnóstico, rastreamento de contatos, isolamento, quarentena assistida e atendimento de qualidade. Para os indivíduos, a recomendação era evitar aglomerações, continuar com o distanciamento físico, higienizar as mãos, usar máscaras e manter os ambientes ventilados.

A sinalização da descoberta de uma vacina já era pauta desde o início da pandemia. No dia 12 de março de 2020, a USP noticiava o incentivo de empresas internacionais na produção de imunizantes contra o Coronavírus, que seriam descobertos em tempo recorde (Figura 9).

Figura 9 – Pesquisadores anunciam estudos para vacina



Fonte: *Fanpage USP.*

Em nosso recorte, USP e UNIFESP estavam com pesquisas em andamento. Relacionamos algumas publicações (Figura 10), sendo possível verificar o destaque para o sequenciamento do vírus e o avanço de tecnologias para produção de novas vacinas como os dois principais ganhos da ciência e os estudos de fórmulas já existentes e seus potenciais efeitos para a contenção da Covid-19.

Figura 10 – Pesquisas sobre potenciais vacinas



Fonte: fanpages USP e UNIFESP.

A questão da temporalidade da descoberta da vacina, tão comemorada pela ciência, foi usada como argumentos por narrativas negacionistas. Se, por um lado, é fato, por exemplo, que desde sempre imunizantes demoravam anos, quiçá décadas, para serem produzidos, com a Covid-19 a perspectiva se alterou radicalmente. Apesar de não haver no início da emergência sanitária um ataque sistemático contra a vacinação, algo que começaríamos a ver mais adiante e que trataremos em nosso segundo recorte de pesquisa, as universidades já se empenhavam em reforçar a importância do ato e sua eficácia nas estratégias de saúde pública. A centralidade do assunto foi tratada a partir da campanha de vacinação contra a *Influenza*, que já estava em curso no Brasil quando a pandemia foi decretada.

As consequências da Covid-19 foram tratadas em postagens que agrupamos na categoria “Impactos na sociedade”. Os conteúdos abordavam diferentes situações, espaços e linguagens,

especialmente em condições de extrema desigualdade socio sanitária, expondo a multiplicidade e especificidade do fenômeno pandêmico e seus reflexos nas diferentes camadas sociais. Também são tratados os efeitos da doença nos sistemas de saúde, na ocupação de leitos de enfermaria e UTI e nas construções de hospitais de campanha para atendimento da demanda crescente.

As publicações verificadas nas *fanpages* das universidades versavam não apenas sobre a difusão midiática das pesquisas em desenvolvimento em seus laboratórios, mas, também, de reportagens em que pesquisadores da universidade contextualizavam as consequências da pandemia, bem como o avanço de pesquisas e descobertas feitas por outras instituições (Figura 11).

Figura 11 – Pesquisadores analisam impacto da pandemia



Fonte: *Fanpage* UERJ.

Essas contextualizações vão ao encontro do que afirma Jorge Duarte (2003) sobre a produção e a difusão do conhecimento científico. Segundo ele, elas incorporaram preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas, que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica para além do círculo de seus pares.

A pandemia também determinou uma mudança no cotidiano das instituições. Esses conteúdos contemplam a categoria “Rotina das universidades”. A suspensão das atividades presenciais como uma das medidas para erradicar o contágio da doença, de acordo com a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; e a Portaria MEC nº 343, de 17 março de 2020, fez urgir

a necessidade de se estabelecer uma comunicação para esclarecer toda a comunidade acadêmica, principalmente os estudantes, que se viram temerosos sobre os rumos do seu futuro profissional.

No início, as universidades interromperam as atividades por 15 dias, reavaliando a situação epidemiológica a cada período, até que optaram pelas atividades remotas a partir de maio e por tempo indeterminado. Com essa decisão, foi preciso criar uma série de conteúdos para explicar como funcionariam os mais diversos setores e as formas de encaminhar as demandas.

A implementação de novo modelo de ensino foi um desafio, pois, além do formato, mostrou o acesso desigual dos estudantes à tecnologia necessária para se manterem aprendendo. Segundo levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), mais de 1,5 bilhões de estudantes em 191 países ao redor do mundo foram atingidos pela suspensão das aulas e da rotina escolar habitual (UNESCO, 2020).

Também foram verificadas nas *fanpages* ações sociais, com vistas à arrecadação de donativos e à doação de sangue, sendo promovidas pelas próprias universidades ou na divulgação de algum projeto ou entidade externa. São elementos que nos permitem dizer que as instituições estavam sensíveis às demandas da sociedade, demonstrando que não são somente um “templo do saber”, isoladas da realidade. “Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com os seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de seu contexto” (FREIRE, 2003, p. 85).

As universidades se mostraram conscientes com relação às questões políticas, que envolviam o contexto social e que afetavam direta ou indiretamente suas funções. Na categoria “Posicionamentos oficiais”, várias postagens demonstravam o pensamento dessas instituições, muitas das vezes explicitando as tensões entre a sociedade e o governo.

Na subcategoria “Financiamento das universidades”, encontramos diferenças significativas entre universidades federais e estaduais. Enquanto as nacionais repudiavam os cortes orçamentários, tanto em seus custeios, como nos órgãos de fomento às pesquisas; as financiadas por governos locais atacavam as medidas dos governadores que visavam à privatização.

Foi nesse espaço temporal do primeiro recorte de nossa análise que dois projetos de lei (PL) foram encaminhados pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa, visando a interferir diretamente na autonomia universitária e gerando intenso debate na comunidade acadêmica: o PL nº 2. 419/2020, que autoriza a retomada do Programa Estadual de Desestatização (PED),

permitindo que as universidades públicas estaduais, as sociedades de economia mista e todas as empresas públicas do Rio de Janeiro sejam privatizadas³²; e o PL nº 2.421/2020, que inclui aposentados e pensionistas no mínimo constitucional de 25% das receitas de impostos para o custeio da educação, o que promoveria uma redução substancial nos recursos dirigidos à educação, à ciência, à tecnologia e à inovação³³.

Em São Paulo, o Governo encaminhou para a Assembleia Legislativa um PL que pretendia privatizar diversas instituições, dentre elas a Onocentro, uma fundação pertencente à Faculdade de Medicina da USP, que fabrica próteses e desenvolve pesquisas para combater o câncer. Diante da pressão da opinião pública, a proposta não seguiu adiante. No mesmo período, um outro PL previa uma série de medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas, dentre elas a transferência do *superávit* de entidades de pesquisa e universidades para a Conta Única do Tesouro ao final de cada exercício, para o pagamento de aposentadoria e pensões (Jornal da USP, 2020).

De modo semelhante, o teor dos conteúdos da subcategoria “Políticas Públicas de Saúde” de todas as universidades foi trabalhado através de notas em que era evidenciado o desmonte das instituições com a falta de financiamento, reforçando a importância da comunicação científica, da imprensa e das redes digitais; e atacando a banalização da pandemia e a desqualificação do conhecimento com base na ação do Governo Federal. A postura, segundo as instituições, tem levado à falta de coordenação, promoção e financiamento de medidas de saúde pública internacionalmente sancionadas.

³² Witzel propõe desestatização de universidades, fundações e estatais. [Internet]. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/visualizar/witzel-propoe-desestatizacao-de-universidades-fundacoes-e-estatais>. Acesso em: 9 nov. 2021.

³³ Witzel quer incluir aposentados para cortar verbas das universidades. [Internet]. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/witzel-quer-incluir-aposentados-para-cortar-verbas-das-universidades/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Figura 12 – Análise das ações do governo na condução da pandemia

Fonte: Fanpage USP.

Os questionamentos feitos pelas instituições sobre a forma como a pandemia era conduzida se somavam aos alertas para que a população se conscientizasse dos perigos do consumo e do compartilhamento de informações falsas. Inseridos na subcategoria “Desinformação, *fake news* e infodemia”, os conteúdos evidenciavam, principalmente, a conduta do Governo Federal que, segundo as universidades tomou proporções alarmantes; e seguem a linha de pensamento de Santos (2022, p. 13) ao afirmar que a pandemia nos exige mais confiança, ao mesmo tempo em que ela cria um ambiente de profunda desconfiança, cujo conflito é exposto no negacionismo científico: “Como se não bastasse esta dificuldade, por razões que decorrem em parte desta mesma dinâmica, o Brasil tem um governo que trabalha ativamente contra instituições que produzem o conhecimento”.

Figura 13 – Alertas contra *fake news*

Unifesp - Universidade Federal de São Paulo
11 de março

Nota: A Unifesp somente informa por canais oficiais sobre o Coronavírus

A Universidade Federal de São Paulo informa que foi formado o Comitê de Acompanhamento da Comunicação, reunindo a Diretoria do Hospital São Paulo e Complexo Hospital Universitário da Unifesp (HSP-HIU) e o Departamento de Comunicação Institucional (DCI) da Unifesp, onde foi traçado o Plano de Comunicação para a nossa comunidade interna, para a mídia e para a sociedade. As ações deste comitê contam também com o apoio científico dos pesquisadores da Escola Paulista de Medicina e Escola Paulista de Enfermagem. Portanto, a Unifesp orienta toda a sua comunidade a acessar os canais oficiais da Universidade como Portal (www.unifesp.br) e redes sociais oficiais da Unifesp, portal do Hospital São Paulo (<http://www.hospitalsaopaulo.org.br/>) e o portal específico sobre o Coronavírus do Ministério da Saúde (<https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>) para obter informações sobre como evitar contágios, mas também evitar alarmismos e combater notícias falsas.

Mais informações:
Nota: Unifesp, HSP e Complexo Hospital Universitário juntos no combate a doenças infecciosas
<https://www.unifesp.br/.../4303-nota-unifesp-hsp-e...>
Canal Oficial da Unifesp sobre Coronavírus
<https://www.youtube.com/playlist...>
Recomendações aos profissionais da Saúde sobre o Coronavírus (Covid-19)
<https://www.unifesp.br/.../4301-recomendacoes-aos...>
Realizada Câmara Técnica Extraordinária sobre o Coronavírus
<https://www.unifesp.br/.../4314-camara-tecnica...>
Hospital São Paulo discute ações de enfrentamento do Coronavírus (Covid-19)
<https://www.unifesp.br/.../4306-hospital-sao-paulo...>

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
26 de março

Juntamente com o crescimento de casos da COVID-19, cresce também a difusão de notícias falsas — fake news — em alguns veículos de comunicação e, sobretudo, nas redes sociais. Compartilhar esse tipo de conteúdo pode agravar ainda mais a situação de saúde pública por que passam o país e o mundo. Atendendo à sua função social, a UFRJ destaca alguns casos inverídicos e recomenda a veiculação de informações por meio de fontes confiáveis e referenciadas.

Acesse <https://coronavirus.ufrj.br> e mantenha-se informado. Veja a seguir o que é verdade e o que é mentira:
#ufrj #COVID19 #coronavirus

Verdade ou Mentira?

Mentira ❌	Verdade ✅	Mentira ❌
Mentira ❌ É recomendável a produção de álcool em gel caseiro.	Verdade ✅ Lavar as mãos com água e sabão é mais eficiente que álcool em gel.	Mentira ❌ O vírus aguenta a uma temperatura de 24 a 25°C.
<small>O Conselho Federal de Química (CFQ) questiona o uso de álcool caseiro para a produção de álcool em gel devido a interferência e alta potencialidade para irritações, queimaduras e intoxicação de pele. Consulte...</small>	<small>Lavar as mãos com água e sabão remove 99,99% dos vírus e bactérias e destrói os vírus. Além disso, evita a transmissão de vírus e bactérias. O álcool em gel (70% álcool e 30% água) também é eficaz para a eliminação de vírus e bactérias, mas não pode ser usado para desinfetar superfícies e objetos. Consulte...</small>	Mais 7 <small>O vírus aguenta a uma temperatura de 24 a 25°C. Consulte...</small>

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
5 de abril

Siga as recomendações dos órgãos de Saúde e não compartilhe informações de fontes desconhecidas.
#Uerj #Coronavirus #NãoCompartilheFakeNews

USP - Universidade de São Paulo

Em meio ao aumento de mortes e expansão do contágio da covid-19, lideranças comunitárias apontam continuidade de problemas como fome, falta de renda e desinformação, relata nota da Rede de Pesquisa Solidária

Aumento de mortes e infectados pela covid-19 acentua percepção de desemprego
Lideranças comunitárias apontam continuidade de problemas como fome, falta de renda e de...

Fonte: fanpages USP, UERJ, UFRJ e UNIFESP.

É possível observarmos uma transferência da cena do processo de representação implementado pelas universidades, que deixa de ser o local onde ocorrem as práticas institucionais e inclui, cada vez mais, a representação e justificação delas nos meios de comunicação, como as redes sociais virtuais. Elas reconhecem a mídia como o principal dispositivo contemporâneo de visibilidade, sendo responsáveis, em grande parte, pela sua legitimação junto à sociedade.

O processo ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil) em temas de interesse público. Logo, podemos inferir que as ações implementadas pelas universidades estão alinhadas com o conceito de Comunicação Pública definido por Jorge Duarte (2007) ao tratar dos compartilhamentos, das negociações, dos conflitos e dos acordos estabelecidos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva e ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão.

5.3 A afirmação das vacinas

Um ano após o início da pandemia, no dia 11 de março de 2021, o Brasil contabilizava 273.124 vítimas e 11.284.269 casos registrados da doença³⁴. A média diária de notificações oficiais e de óbitos estava em crescimento, o que colocava o país como epicentro da doença, respondendo por 11% das mortes por Covid-19 de todo o mundo³⁵. A vacina, vista como a principal solução, já era uma realidade. Sua aplicação teve início em janeiro de 2021 e foi direcionada, inicialmente, a públicos específicos, como idosos e profissionais de saúde, considerados os mais vulneráveis.

No segundo momento da nossa análise, que corresponde ao período de 1º de março a 31 de maio de 2021, o país bateu recorde no número de mortes por Coronavírus em 24 horas, com 4.249 vítimas, em 8 de abril. Para se ter uma ideia da dimensão do cenário epidemiológico brasileiro, os óbitos registrados nos primeiros meses de 2021 superaram o total verificado em 2020: em 113 dias, 195.949 pessoas perderam suas vidas pela Covid-19, contra 194.976 em 289 dias da pandemia em 2020.

O que poderia justificar o recrudescimento do cenário epidemiológico? Se houve mudanças no contexto pandêmico, acredita-se que outras abordagens deveriam ser trabalhadas no conteúdo projetado pelas universidades. Afinal, o que a ciência tem a dizer diante desse cenário adverso?

A pandemia continuava obtendo a centralidade das discussões e as modulações temáticas foram necessárias e detectadas nas *fanpages* das universidades. Mais da metade das

³⁴ Brasil registra 2.207 mortes em 24 horas; média móvel volta a bater recorde. [Internet]. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/11/brasil-registra-2207-mortes-em-24-horas-media-movel-volta-a-bater-recorde.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2022.

³⁵ Epicentro do vírus, Brasil tem percentual de positivos 6 vezes acima do almejado. [Internet]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/epicentro-da-pandemia-brasil-reduz-testagem-e-tem-percentual-de-positivos-6-vez/>. Acesso em: 6 set. 2022.

postagens trazia algum tipo de referência sobre a doença (Quadro 6).

Quadro 6 – Quantitativo de postagens um ano após o início da pandemia

Universidades	Total de postagens	Somente pandemia	Porcentagem
USP:	621	356	57,3%
UNIFESP:	275	144	52,3%
UERJ:	230	116	50,4%
UFRJ:	131	77	58,7%
Total	1257	693	55,1 %

Fonte: elaborado pelo autor.

Os cinco eixos temáticos identificados em nosso primeiro recorte permaneceram com abordagens mais atuais. Mas, a cada nova descoberta, o cenário muda e é preciso se atualizar para dar os próximos passos e, assim, os fatos se impuseram nas comunicações feitas pelas universidades. Diante do contexto, houve a necessidade de ampliar discussões que foram inseridas como subtemas em três categorias destacadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Categorias temáticas acionadas um ano após o início da pandemia

Categorias	Descrição	Subcategorias
Vacinas	Informam os imunizantes disponíveis para aplicação e esclarecem sobre sua importância como ferramenta utilizada em intervenções de saúde pública para prevenir e controlar doenças.	Campanhas de conscientização
		Eficácia e segurança
		Estratégia de imunização
		Novas vacinas
Existência da doença	Buscam situar o leitor com postagens criadas sobre a circulação da Covid-19 e sua gravidade, diante de um cenário de incertezas que pode comprometer a resposta do país à pandemia.	Evidências científicas
		Sintomas e diagnósticos
		Medidas de prevenção e conscientização
		Tratamento e medicamentos
		Sequelas
		Variantes e ondas
Impactos na sociedade	Abordam os reflexos da Covid-19 na saúde pública, na economia e nos diferentes contextos sociais.	Legado
		Contexto atual
Rotina das universidades	Informam a comunidade acadêmica e a população em geral sobre as rotinas dos diversos setores da Universidade a distância e a implementação do ensino remoto.	Funcionamento das atividades administrativas e de ensino
		Campanhas de solidariedade
Posicionamentos oficiais	Apresentam apontamentos que envolvem o financiamento público para pesquisas e as decisões políticas que tendem a banalizar a pandemia e suas consequências na sociedade.	Financiamento de pesquisas
		Políticas públicas de saúde
		Desinformação / <i>fake news</i> / infodemia

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim como ocorreu na primeira etapa da nossa análise, há publicações que extrapolam mais de um assunto, podendo aglutinar dois ou mais propósitos em um mesmo conteúdo. Por conta disso, os quantitativos apresentados no Quadro 8 serão maiores que o somatório de postagens verificadas nas respectivas *fanpages*.

Quadro 8 – Categorias temáticas acionadas um ano após o início da pandemia

Categorias	Subcategorias	Quantitativo por instituições			
		USP	UNIFESP	UERJ	UFRJ
Vacinas	Campanhas de conscientização	47	10	25	9
	Eficácia e segurança	39	22	14	19
	Estratégia de imunização	21	17	16	11
	Novas vacinas	24	8	4	6
Existência da doença	Evidências científicas	13	7	6	4
	Sintomas e diagnósticos	19	21	13	16
	Medidas de prevenção e conscientização	29	19	19	12
	Tratamento e medicamentos	11	15	8	3
	Sequelas	53	25	9	6
	Variantes e ondas	45	16	23	15
Impactos na sociedade	Legado	52	23	18	8
	Contexto atual	17	7	5	0
Rotina das universidades	Funcionamento das atividades administrativas e de ensino	25	11	12	7
	Campanhas de solidariedade	5	0	3	1
Posicionamentos oficiais	Financiamento de pesquisas	3	2	0	2
	Políticas públicas de saúde	8	2	1	0
	Desinformação / <i>fake news</i> / infodemia	6	0	0	3

Fonte: elaborado pelo autor.

As “Vacinas” eram o alvo central de discursos negacionistas que, em geral, usavam dois enquadramentos: ou estimulavam a desconfiança na ciência, causada por potenciais discordâncias metodológicas e incertezas sobre relações causais; ou criavam narrativas conspiracionistas, sugerindo acordos entre governos e laboratórios e outros interesses de grupos poderosos. Para as universidades, essas narrativas influenciaram as políticas de enfrentamento da doença, contribuindo para o agravamento da pandemia.

Figura 14 – Narrativas negacionistas influenciam ações do governo



Fonte: *fanpage* USP.

Os números da pandemia eram usados como argumentação para desqualificar os imunizantes e colocar em questionamento sua eficiência e segurança. Afinal, é na dúvida que a conspiração se apoia. E era preciso uma resposta da ciência.

Ciência não é dogma, é diminuição da incerteza. Contestar um consenso científico, mesmo o mais sólido, não pode ser objeto de anátema. Mas quem o põe em dúvida deve apresentar argumentos convergentes e convincentes em sentido contrário. Na ausência destes, contestação torna-se simples denegação irracional, enfraquece o poder persuasivo da evidência, milita em favor da perda da autoridade da ciência na formação de uma visão minimamente racional do mundo e turbina a virulência das redes sociais, dos ‘fatos alternativos’, da pós-verdade, do fanatismo religioso e das crenças mais estapafúrdias e até há pouco inimagináveis (MARQUES, 2019, paginação irregular).

Vale destacar que o Brasil é referência mundial quando se trata de estratégias de vacinação. O país foi pioneiro na incorporação de diversos imunizantes no calendário do Sistema Único do Saúde (SUS) e é um dos poucos no mundo que oferta, de maneira universal, um rol extenso e abrangente de imunobiológicos através do Programa Nacional de Imunização (PNI). As universidades buscaram resgatar essas conquistas históricas ao criarem “Campanhas de Conscientização”, destacando que a vacinação é uma das intervenções de saúde pública mais eficaz, custo-efetiva e que salva vidas (Figura 15).

Figura 15 – Importância da vacinação



Fonte: *fanpage* USP.

A “Eficácia e Segurança” dos imunizantes foram informadas, com publicações que enfatizavam os processos para sua descoberta, reforçando que, antes de serem aprovados, passam por testes rigorosos ao longo das diferentes fases de ensaios clínicos. Além disso, são feitos estudos contínuos, mesmo após o início da sua aplicação. Os eventos adversos também foram esclarecidos de forma a descartar a associação com doenças.

Para as universidades, a percepção positiva sobre a importância, segurança e eficácia das vacinas, de modo a evitar a hesitação das pessoas em tomar as doses recomendadas, deveria caminhar junto com uma efetiva “Estratégia de Imunização”. O desafio do Brasil diante da Covid-19 era lidar com a falta de planejamento do Governo Federal. O país enfrentava uma escassez de doses, provocando paralisações em diversas cidades. Os pesquisadores defendiam a necessidade de sistemas de informação mais efetivos e que pudessem melhor orientar o planejamento e a execução das ações.

Pontuavam, ainda, que a vacina sozinha não é uma “bala mágica” e sua efetividade se daria juntamente com um grande plano para enfrentar a doença, abrangendo outras práticas e abordagens, em especial a disponibilidade de testes para diagnóstico, a rápida identificação de infectados, o trabalho contínuo das equipes de saúde no monitoramento desses casos e seus contatos e o apoio para que as pessoas consigam fazer o isolamento de modo a reduzir a transmissão da doença.

Ao passo que a imunização avançava, mesmo de forma insipiente, os esforços para a descoberta de novas fórmulas estavam em curso. Muitas dessas iniciativas partiam de grupos de pesquisadores das universidades, sejam em parcerias com organizações internacionais, ou genuinamente brasileiras. A subcategoria “Novas vacinas” informava sobre esses avanços,

destacando, principalmente, questões que envolvem o avanço de tecnologia e o acúmulo de conhecimentos graças a muitos anos de pesquisa de cientistas brasileiros.

A temática também ganhou corpo a medida que a dinâmica da pandemia já sinalizava a necessidade de adaptar as fórmulas existentes para a garantia de eficácia da cobertura imunológica diante das modulações do vírus. Essas preocupações, inclusive, eram apontadas pelos pesquisadores como causas da expansão da doença, mesmo com a vacinação em andamento.

Era preciso explicar como isso se originou e quais as suas consequências, sendo uma delas as “ondas”, termo que passou a ser aplicado para contextualizar o comportamento da pandemia e está relacionado, principalmente, ao aumento acentuado no número de casos. No nosso recorte, foram detectadas duas variantes da Covid-19, chamadas de Gama (P.1) e Beta (P.2). Como são implicações próprias da evolução de um vírus, incorporamos estas discussões sobre “Variantes e ondas” como um subtema da categoria “Existência da doença”.

O eixo também contempla a subcategoria “Sequelas”, na qual foram inseridos os estudos que traziam dados mais consistentes a respeito dos danos causados às vítimas da Covid-19. As universidades pontuaram a existência de sintomas que persistem ou surgem após meses da infecção pelo SARS-CoV-2, como fraqueza muscular, queda de cabelo, perda de memória e cansaço. Alguns pesquisadores afirmam, inclusive, que já há um consenso da Sociedade de Medicina Ocupacional do Reino Unido (SMO, na sigla em inglês) considerando a Covid longa uma nova doença e que afetará as políticas públicas de saúde e as relações de trabalho.

Essas discussões igualmente permeiam a categoria “Impactos na Sociedade” e foram agrupadas na subcategoria “Legado”. As postagens fazem considerações de aspectos da crise sanitária que tendem a se tornar permanentes na realidade brasileira, condicionando o trabalho, as relações de poder, as políticas públicas de saúde e de educação e a vida social. No Quadro 9 exemplificamos algumas dessas pesquisas apresentadas pelas universidades.

Quadro 9 – Legado da pandemia

Universidade	Data	Postagem
USP	05 de maio de 2021	Vacinas de RNA contra a Covid-19 abrem uma nova janela no campo da imunologia: “As empresas Pfizer/BioNtech e Moderna arriscaram quase tudo em um curto espaço de tempo e conseguiram testar e produzir em larga escala duas vacinas com base em RNA contra a Covid-19”, escrevem Valtencir Zucolotto e Rui Sintra, no <i>Jornal da USP</i> .
UNIFESP	16 de março de 2021	Ensino a distância requer soluções que reduzam desigualdades escancaradas na pandemia: “De acordo com Mozart Neves Ramos, para que o ensino a distância seja mais eficaz, é necessário ‘um trabalho de preparação dos professores e uma avaliação diagnóstica mais regular, mais frequente, para saber se de fato os alunos estão aprendendo’”.
UFRJ	31 de maio de 2021	As transformações na área da saúde e o uso das tecnologias estão cada vez mais presentes. Curso de atualização tem por objetivo auxiliar participantes a se adaptarem a estes novos tempos. A formação inclui temas como o uso da Telemedicina no setor privado e no Sistema Único de Saúde, bem como a otimização de filas e o uso do receituário eletrônico.
UERJ	29 de abril de 2021	A pandemia de Covid-19, que alterou o modo de trabalho de significativa parcela da população, tem contribuído para o aumento das desigualdades sociais no quesito evolução tecnológica. De acordo com o professor Ronaldo Lemos, da Faculdade de Direito da Uerj, o país precisa promover a inclusão digital bem como transformar o conhecimento em produto, serviço e desenvolvimento.

Fonte: elaborado pelo autor.

As universidades reconheceram o legado na pandemia em suas próprias práticas de comunicação ao abrirem possibilidades de conhecimento, de novas tecnologias, de novos olhares e de novos pensamentos, tanto em relação à saúde pública, quanto em relação ao papel que exercem na sociedade. Diante dos desafios impostos pela crise sanitária e pelos intentos de correntes que descredibilizaram a Ciência, essas instituições acreditam que caminhos foram pavimentados para que as relações sejam cada vez mais estreitadas, de modo a possibilitar a revalorização da ciência e da tecnologia no país.

Ainda no eixo “Impactos na sociedade”, a subcategoria “Contexto atual” trazia, para além das análises dos efeitos da pandemia em diversos aspectos, os dados epidemiológicos mais recentes, mostrando a evolução da doença, a taxa de mortalidade, a ocupação de leitos em hospitais e os índices de vacinação. Assim, as universidades apresentavam um conjunto de ações orientadas para entender a dinâmica da doença e transformar os dados em informações relevantes para programar as políticas de saúde e assistência, visando ao seu efetivo controle.

5.4 A reafirmação da pandemia

Nossos olhares se voltam agora para o período de 1º de dezembro de 2021 e 28 de fevereiro de 2022, quando se observa a flexibilização das medidas protetivas adotadas pelos governos estaduais e municipais, como o uso de máscaras e a realização de eventos com aglomeração. As decisões coincidiram com a proximidade das celebrações de fim de ano, férias escolares e carnaval, podendo sugerir a ideia de que a pandemia estava chegando ao fim.

Porém, a ONU e seu braço da saúde, a OMS, descartam a hipótese. Para seus líderes, é um erro grave pensar dessa forma, especialmente pela distribuição “escandalosamente desigual de vacinas”³⁶ e pelo alto número de novos casos e mortes que ainda continuava em todo o mundo.

O surgimento de uma nova variante, batizada como Ômicron, começou a preocupar e a deixar o mundo em alerta sobre uma nova onda da pandemia. Ainda havia muitas dúvidas com relação a essa cepa, mas já se sabia que a taxa de transmissão era maior em relação às outras que circulavam e os casos de pacientes infectados por ela eram de pessoas não imunizadas. Na época, o Brasil iniciava a aplicação de doses de vacinas para crianças e adolescentes e indicava a necessidade de doses de reforço para adultos e idosos. No primeiro dia da nossa análise, em 1º de dezembro de 2021, o país chegava a 615.020 óbitos e 22.104.631 casos registrados da doença³⁷ e os epidemiologistas indicavam uma tendência de alta para as próximas semanas.

Esses alertas foram abarcados pelas universidades em suas postagens, que sintetizaram recomendações, considerando que ainda existe uma pandemia em curso, mas com cenários bastantes distintos das fases anteriores e com desafios futuros. Diferente dos outros recortes, dessa vez, a temática não contemplava a maioria das comunicações, mas mesmo em menor quantidade, as abordagens identificadas estavam alinhadas com as necessidades do contexto da época (Quadro 10).

³⁶ Em dois anos de pandemia, ONU alerta para entrega “escandalosamente desigual” de vacinas. [Internet]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/03/1782282> . Acesso em: 9 mar. 2023.

³⁷ Brasil chega a marca de 615 mil mortos por Covid; média móvel é de 229 vítimas diárias. [Internet]. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/12/01/brasil-chega-a-marca-de-615-mil-mortos-por-covid-media-movel-e-de-229-vitimas-diarias.ghtml> . Acesso em: 9 mar. 2021.

Quadro 10 – Quantitativo de postagens após flexibilização das medidas preventivas à pandemia

Universidades	Total de postagens	Somente pandemia	Porcentagem
USP	451	39	8,6%
UNIFESP	215	24	11,1%
UERJ	214	32	14,9%
UFRJ	121	13	10,7%
Total	1001	108	10,8%

Fonte: elaborado pelo autor.

Duas categorias foram evidentes nesse período, a saber:

- **Existência da doença:** reforça as características principais da Covid-19 e alerta para a necessidade de manutenção das medidas protetivas, como distanciamento social, uso correto de máscaras, lavagem de mãos e uso de álcool gel frequentemente, mesmo com o avanço da vacinação. O surgimento da variante Ômicron foi evidenciado, embora ainda não havia certezas sobre seus potenciais efeitos na saúde da população.
- **Vacinas:** conscientiza sobre a importância da imunização, estimulando o público à adesão às campanhas em andamento. Os pesquisadores explicavam que sua aplicação não confere proteção imediata, pois são necessários completar o esquema de número de doses previstas, um certo tempo para estimular o sistema imune e uma ampla cobertura para garantir a imunidade de rebanho e impedir a circulação do vírus, evitando, assim, o surgimento de novas variantes. As universidades também esclareciam que, enquanto não forem identificados tratamentos para a infecção, as vacinas continuarão a ser a única chave para o combate à pandemia.

As outras categorias que apresentamos nas análises anteriores foram detectadas, porém, de forma complementar, sempre como desdobramento dos dois eixos principais que detectamos nesta etapa do trabalho. As universidades buscaram a opinião especializada de cientistas e pesquisadores, que conhecem e têm capacidade de pesquisa sobre a dinâmica da doença e de sua transmissão para situar os seus seguidores sobre a realidade daquele momento.

Quadro 11 – Quantitativo de postagem por categoria na terceira fase de análise

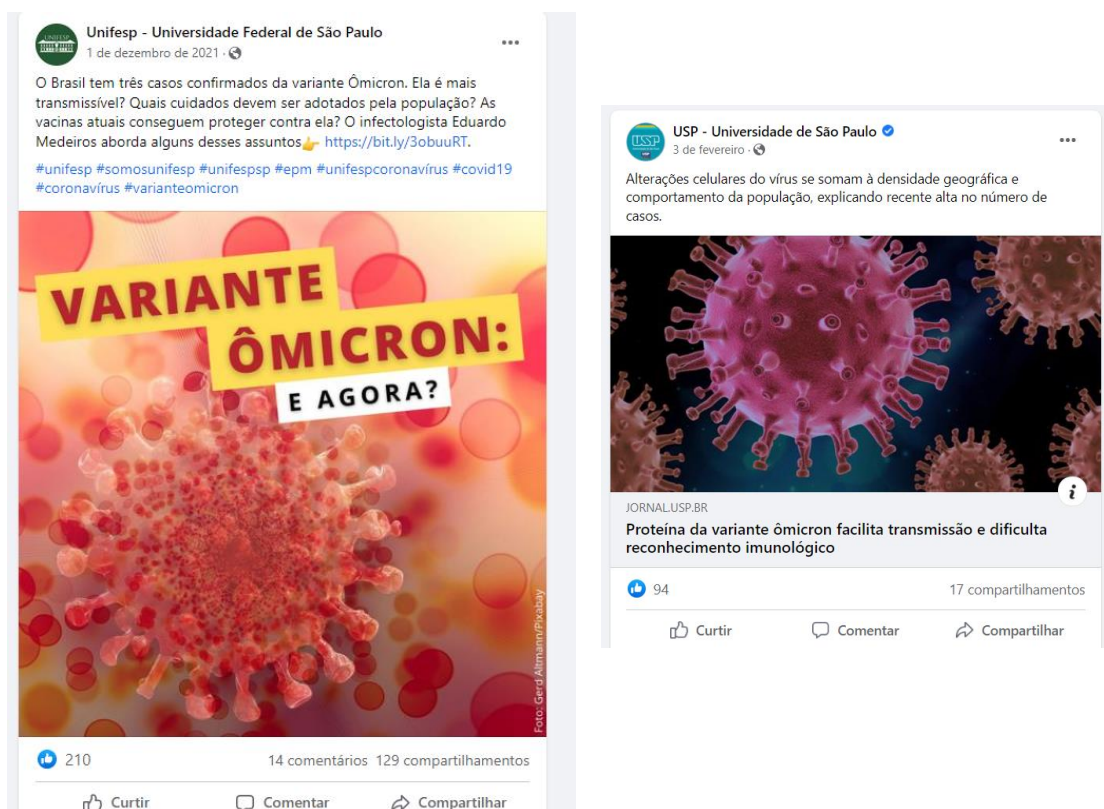
Categorias	Quantitativo por instituições			
	USP	UNIFESP	UERJ	UFRJ
Existência da doença	22	16	19	13
Vacinas	29	20	23	13

Fonte: elaborado pelo autor.

A “Existência da doença” foi trabalhada tendo como fio condutor os esclarecimentos sobre a variante Ômicron, apontada como a responsável pela alta no número de casos e óbitos. Sua alta transmissibilidade evidenciava, de forma preliminar, um risco aumentado de reinfecção. Estudos estavam em andamento para melhorar a compreensão dos impactos potenciais da nova versão do vírus na epidemiologia e da gravidade da doença para a saúde pública, além de possíveis repercussões da linhagem para métodos de diagnóstico, respostas imunológicas, anticorpos de neutralização e eficácia das vacinas.

Diante das dúvidas, as universidades consideravam prematuras as iniciativas de governos de flexibilizarem as medidas protetivas e defendiam medidas como a vacinação em massa, a ampliação de testagens, o uso de antivirais e o combate à desinformação, sendo todas essas as melhores estratégias para manter a situação sob controle.

Figura 16 – Esclarecimentos sobre a variante Ômicron



Fonte: *fanpages* USP e UNIFESP.

O avanço da variante Ômicron mostrou que a cada mutação do novo Coronavírus, a contaminação se torna mais transmissível do que a anterior, aumentando o número de infectados nas últimas ondas de infecções em vários países. No Brasil, especificamente, a cepa tomou

conta rapidamente e promoveu uma explosão de casos em 2022. No começo de fevereiro, em um único dia, houve a notificação de mais de 298 mil infectados pela Covid-19 no Ministério da Saúde, considerado um recorde diário e, no mesmo período, o país voltou a reportar mais de mil mortes diárias³⁸.

A discussão sobre a existência da doença e a necessidade de reafirmar que a pandemia não acabou levaram a um enfoque em assuntos relacionados às “Vacinas”, principalmente entre crianças e jovens, que estavam sob ataque de correntes conspiratórias. As narrativas que circulavam geravam desconfiança de pais ou responsáveis diante de fatores como a contaminação acelerada pela variante Ômicron, desconhecimento sobre as descobertas e avanços da ciência, divulgação de notícias falsas e o medo predominante de que a vacina contra a Covid-19 provocasse efeitos colaterais.

Figura 17 – Universidades esclarecem dúvidas sobre vacinas



³⁸ Cinco motivos que comprovam que a pandemia de Covid-19 ainda não acabou. [Internet]. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/cinco-motivos-que-comprovam-que-a-pandemia-de-covid-19-ainda-nao-acabou>. Acesso em: 4 abr. 2023.



Fonte: *fanpages* USP, UERJ, UFRJ e UNIFESP.

Houve um temor alimentado pelo então Presidente da República ao afirmar que o número de mortes de crianças pela Covid-19 era insignificante no Brasil para justificar que não havia pressa em comprar as vacinas pediátricas, já que os índices estavam dentro de um patamar que não implicava em decisões emergenciais³⁹.

As universidades investiram na promoção de campanhas de sensibilização da população. Em meio ao cenário de rápida disseminação da variante Ômicron, imunizar crianças e impulsionar as doses de reforço para quem tomou duas doses das vacinas são as principais medidas para controlar a pandemia no país. A baixa cobertura vacinal traz problemas individuais e coletivos: de um lado, a vacina protege as crianças das formas graves da Covid-19 que levam à internação e podem deixar sequelas; e, de outro, a falta de proteção compromete a imunização coletiva.

Ao finalizarmos a última etapa da nossa análise, podemos inferir, de forma preliminar, o quanto é importante no processo de divulgação a necessária reflexão sobre as relações de poder que envolvem a produção científica. Essa postura se constitui em um aprendizado difícil e, muitas vezes, exaustivo, porém necessário. Não se trata, obviamente, de demonizar os diferentes atores sociais que envolvem a política científica do país, seja a universidade, o governo ou o setor produtivo, mas de garantir a polifonia das vozes, considerando o papel e o

³⁹ Não existe limite para o negacionismo e o charlatanismo no Brasil. [Internet]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/luiz-carlos-dias/nao-existe-limite-para-o-negacionismo-e-o-charlatanismo-no-brasil>. Acesso em: 4 abr. 2023.

poder da mídia na formação do imaginário social.

Nesta busca de novos caminhos imposta pela pandemia, não se pode perder de vista a dinâmica comunicacional em que tudo se articula em teias multimídias, com informações fragmentadas, destituídas de contexto, sem uma perspectiva histórica que permita interligar o presente ao passado. Ao estabelecerem correlações para uma perspectiva futura, as universidades assumem a responsabilidade de servir de palco de discussões sociais, não simplesmente teóricas e abstratas, e sim abertas às novas ideias, posicionamentos e opiniões.

A necessidade de legitimação acompanha o próprio processo de institucionalização e tem como objetivo explicar e justificar sua existência perante a sociedade, de modo a serem vistas como espaço de produção e socialização do saber, local aglutinador e multiplicador de conhecimento.

5.5 Achados comparativos entre as universidades

A pandemia do SARS-CoV-2 trouxe para a ciência desafios de grande monta, não somente pela necessidade de respostas rápidas para fazer frente ao avanço da doença, mas também possibilitou refletir sobre que tipo de obstáculos epistemológicos o campo ainda enfrenta, especialmente no Brasil, para entregar o resultado esperado das suas atividades: conhecimento, baseado em evidências, que auxilie na compreensão de fenômenos e na atuação sobre eles, seja na forma de tecnologias que facilitem aspectos da vida humana e da vida social, seja na forma de base para políticas públicas que também fomentem a resolução de situações sociais percebidas como problemas.

O campo midiático se mostra um lugar fundamental para o campo, sendo suas instituições representativas desafiadas a lançarem esforços para pensar modelos de comunicação pública da ciência que possam corresponder ao aprimoramento de uma espécie de “tradução” das produções científicas para a sociedade.

A informalidade adotada pelas instituições em suas postagens foi um dos pontos que destacamos. A tática produziria como resultado a familiaridade dos indivíduos com o fazer científico, podendo gerar, como consequência, a confiança nos métodos e a consciência dos serviços que podem prestar.

A tentativa de se aproximar do público e humanizar a ciência se configurou a partir da personalização dos conteúdos. Para essas instituições, não bastava apenas a publicização da pesquisa; importava quem a realiza. Isso valeu tanto para professores, quanto para servidores, alunos e ex-alunos. Quando não foram nomeados, as postagens faziam referência ao setor ou

ao grupo de pesquisa envolvido. Uma tentativa, também, de valorizar sua comunidade interna, reconhecendo a relevância dos serviços que prestam à sociedade.

As publicações realizadas foram feitas, em sua maioria, utilizando a estratégia de remediação, um conceito estabelecido por Bolter e Grusin (2000), que se configura quando elementos característicos de uma mídia se articulam em outra. Segundo esses autores, as mídias digitais têm grande capacidade de “remediar” praticamente todos os elementos de mídias anteriores, transformando, igualmente, a experiência que se tem desses veículos em uma espécie de retroalimentação de conteúdo. As informações são colocadas de forma objetiva no *Facebook*, possibilitando que o seguidor tenha acesso a outras fontes, por meio de *links*, para se aprofundar em assuntos do seu interesse.

Esse comportamento está na possibilidade de aglutinar imagens, fotos, vídeos, textos, sons e outras linguagens em outra mídia, a partir da arquitetura tecnológica da plataforma. Dessa forma, a página do *Facebook* funcionaria como uma espécie de “isca”, em que os seguidores são incentivados a acessar outros veículos institucionais das universidades. Logo, a partir dessas características, as *fanpages* nos permitem uma visão holística, claro que ainda restrita, mas que nos dá pistas de como essas instituições implementaram suas políticas de comunicação organizacional, movimentando todo o seu aparato midiático.

No caso da USP, são direcionadas para o *site Jornal da USP*, uma plataforma virtual que reúne as informações e notícias sobre a universidade e as pesquisas desenvolvidas. É nesse local que o internauta terá acesso a todas as mídias: TV USP, Rádio USP e Revista USP, além de *links* para páginas de outras redes sociais virtuais.

O mesmo ocorre na Federal do Rio de Janeiro, que encaminha todas as suas publicações para o *site Conexão UFRJ*, um portal de notícias cujo objetivo é “criar e manter o diálogo aberto entre todos os setores da Universidade, divulgando a produção acadêmica, as iniciativas para a comunidade externa e promovendo o debate de ideias e a reflexão crítica sobre temas de interesse da sociedade brasileira”⁴⁰.

Na UNIFESP, as postagens remedeiam para o *site* institucional, o canal oficial no *YouTube* e a plataforma de *podcast PodSerCiência Conhecimento que gera autonomia*. Verificam-se, também, publicações que direcionam para o perfil da Federal de São Paulo na rede *Medium*. Trata-se de um veículo *online* que permite compartilhar conteúdos sem limitação de espaço, promovendo debates e permitindo que formadores de opinião, consagrados ou não,

⁴⁰ O Conexão UFRJ – Expediente. [Internet]. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/o-conexao-ufrj/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

possam refletir sobre qualquer assunto (REVISTA EXAME, 2014)⁴¹. Com uma conta ativa nessa rede social, a Universidade publica textos de autoria de professores e entrevistas realizadas pela sua equipe de comunicação sobre as pesquisas desenvolvidas.

A Estadual do Rio adota como tática estabelecer um *link* com seu portal institucional, onde o leitor encontra todas as notícias e os serviços prestados pela Universidade. O endereço eletrônico também possibilita acesso a outras redes sociais ativas, como o canal *TV UERJ*, no *YouTube*; e a *Rádio UERJ* que “divulga serviços e ações da universidade em ensino, pesquisa, cultura e extensão, 24h por dia, com programas próprios e em parceria com professores, servidores e alunos”⁴².

Para além dos seus próprios endereços institucionais, as universidades evidenciam em suas postagens os espaços midiáticos que ocupam em veículos de mídias tradicionais. O fato pode ser justificado pela necessidade de explorar o capital simbólico⁴³ (BOURDIEU, 1989) exercido por esses canais no imaginário popular quando se trata da autonomia e da credibilidade construídas pelos campos do jornalismo e da ciência. A disposição científica em buscar autoridade e legitimação em outros campos e dispositivos é uma alternativa científica para manter fôlego nas lutas, a fim de evitar que as oscilações mundanas se apropriem das suas conquistas científicas e distorçam os conhecimentos oriundos da academia (BOURDIEU, 1997).

Essa tática, que classificamos aqui, tomando emprestado um termo da biologia, como “simbiose midiática”, constitui uma relação mutualmente vantajosa na qual, nesse caso, dois campos diferentes podem ser beneficiados por essa associação. As universidades e os veículos jornalísticos promovem um imbricamento maior entre as lógicas e os protocolos comuns às suas áreas, criando uma via alternativa de mediação e escuta nas redes sociais em tempos de pandemia do novo Coronavírus.

Dessa forma, a mídia se utiliza da fala de estudiosos e trabalhos desenvolvidos em instituições de pesquisa como argumentos de autoridade para dar respaldo às suas narrativas e conquistar a confiança do público. A Universidade, por sua vez, ao conquistar essa visibilidade, usa desse conteúdo em suas comunicações, na tentativa de mostrar que suas produções estão sendo “chanceladas” por esses veículos e sendo legitimados. Assim, os fatos revelados em ambas as frentes contribuem para a construção social de uma realidade e para a produção de

⁴¹ O *Medium* chega ao Brasil em busca de boas histórias. [Internet]. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/o-medium-esta-atras-de-boas-historias-no-brasil/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

⁴² Rádio Uerj. [Internet]. Disponível em: <https://www.cte.uerj.br/radiouerj/>. Acesso em: 9 mar. 2023.

⁴³ O conceito de capital simbólico aparece na obra de Bourdieu (1989) como o poder atribuído àqueles que obtiveram prestígio e notoriedade suficientes para ter condição de impor o reconhecimento.

efeitos de sentido. Afinal, a ciência precisa arregimentar segmentos sociais e criar e trabalhar relações para solidificar uma rede de influências.

Essa postura das Universidades em articular diversos veículos em suas *fanpages* encontra respaldo nos estudos de Wilson Bueno (2010) ao dizer que é crucial que o campo científico e o campo da mídia sejam cada vez mais próximos. Segundo ele, divulgação científica é uma atividade que utiliza “recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (BUENO, 2010, p. 2).

As Universidades, ao produzirem seus conteúdos, tomaram como base o caráter universal da ciência e os desafios impostos ao campo. O anseio por respostas e soluções para o controle do vírus e seus desdobramentos ganhou protagonismo na frequência das publicações nos três momentos distintos da pandemia que selecionamos. A análise permitiu a divisão em categorias em que se pôde verificar as abordagens de temas moduladas em acordo com a própria evolução da doença e contextualizadas a partir das dinâmicas sociais que pautavam o debate público, oriundas de narrativas desalinhas com as orientações preconizadas pelos pesquisadores.

Santos (1988) afirma que, cada vez mais, o diálogo é imprescindível para as características do que ele chama de ciência pós-moderna, inserida em um contexto de transição de paradigmas. O autor vai além, ao entender que a ciência não detém mais uma narrativa dominante a ponto de desfrutar de hegemônica e sólida autonomia na sociedade, pois, cada vez mais, ela (a ciência) se faz na dinamicidade das trocas informacionais, nas lutas e nas movimentações em geral dos campos sociais, em que há pluralidade de linguagens e narrativas.

As universidades buscaram perceber os múltiplos e simultâneos aspectos sociais vigorantes, estabelecendo, assim, uma curva de aprendizagem no transcorrer da pandemia, tendo em vista um conjunto de implicações políticas, econômicas, culturais e epistemológicas em voga: “É necessário [...] se reconhecer os espaços de produção de saberes em territorialidades que não fazem parte de um eixo hegemônico de ciência” (SOUSA; OLIVEIRA, 2018, p. 62).

Em cada situação, o traçado da curva foi remodelado, mas o formato da linha seguia a mesma lógica: contra a negação, a afirmação. Os conteúdos publicados avançaram em direções interligadas e transdisciplinares, permitindo que os debates não só fossem ampliados, convergindo em um panorama empírico e teoricamente coeso do porvir, mas proporcionando um alentado debate a respeito das transformações nas formas de se comunicar a ciência na realidade contemporânea.

O ambiente brasileiro de polarização exacerbada da opinião pública no que tange à Covid-19, entretanto, impôs um desafio maior à desconstrução de desinformações. As atitudes deliberadas de Bolsonaro, as ações da administração federal e os ataques sistemáticos às instituições contribuíram para o agravamento da pandemia. Esse “negacionismo governamental” foi combatido pelas Universidades sem um enfrentamento contundente e desmentidos de fatos específicos. A exceção foram as notas oficiais em que essas instituições se posicionavam contra as políticas implementadas e reivindicavam investimentos.

O que se verificou foi uma refutação balanceada, com a desconstrução de teses fracas, que foram substituídas por argumentos amparados em evidência científica, cuja existência o público poderia até então desconhecer. Nesse diálogo, em vez de estigmatizar ou desrespeitar pessoas receosas ou reticentes com a vacina, por exemplo, as Universidades legitimaram seu espaço com um conteúdo mais pacífico e, ao mesmo tempo, persuasivo em tempos de polarização política e social.

A partir das análises que apresentamos, foi possível identificar as iniciativas das Universidades, que demonstram como o ambiente midiático tem importante influência na construção de sua representatividade e legitimidade junto à sociedade, à medida que esse processo, conforme Moscovici (2002), é atravessado, também, por processos informativos. Trata-se de uma forma de conhecimento construído em contextos socioculturais, visto que a maior parte da sua comunicação estava atrelada a assuntos diretamente relacionados à pandemia.

O país, nos últimos anos, vivenciou aspectos de uma agenda neoliberal, com reflexos nas políticas nacionais, nas quais a ciência foi balizada, com consequências diretas nas instituições de ensino e pesquisa. Entender como esse conjunto de atores e sujeitos se relaciona no ecossistema midiático, sendo este um espaço de construção de reputação através da visibilidade, torna-se, então, imperativo, reconfigurando o trabalho da ciência na sociedade midiaticizada.

O descrédito deliberado que detectamos ao longo da pandemia interfere na aceitação das mediações necessárias para todo conhecimento, o que afeta diretamente as Universidades. Mafra (2016) chama atenção para uma crise da ciência presente nos ambientes democráticos atuais e que pressiona por novos modos de interação com a sociedade.

O questionamento do *ethos* científico leva à necessidade de se repensar o lugar das Universidades no tecido social, já que elas são chamadas ao diálogo público e há a emergência de grupos sociais que entendem a comunicação pública da ciência como um direito, um imperativo prático na democracia. Faz parte da missão das Universidades tornar acessíveis a

um público mais amplo o conhecimento e a inovação que produzem. A democratização do saber deve ser uma das prioridades, gerando visibilidade à instituição e é, também, uma forma de prestação de contas à sociedade que as mantém, orientando-se pelo princípio da transparência.

Isso demanda a formulação de políticas de comunicação organizacional que ultrapassem o olhar estratégico e se comprometam em dar respostas às reivindicações públicas de participação. Mafra (2016, p. 171) acredita ser possível o desenvolvimento de políticas de comunicação da ciência que conciliem o “interesse público e o múltiplo conjunto de interesses existentes no complexo das instituições científicas”, acolhendo o diálogo. O cenário organizacional é tenso e controverso, mas deve ter por horizonte normativo os contextos democráticos.

Compartilhar e ter acesso ao conhecimento produzido pelas instituições representativas da ciência possibilitam que a dinâmica social se configure a partir de novos usos, com evidências, e pode servir de base para novas ideias nas respostas a movimentos negacionistas e anticientíficos. Os processos, pressupostos e objetos de pesquisa implicam sistemas explicativos e devem ser abertos ao público. Logo, as Universidades, além de serem um lugar de transmissão de um saber sistematizado e socialmente legitimado, são, também, um local de internalização de ideias, valores e atitudes capazes de constituir sociabilidades, bem como dinâmicas de poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se 2020 vai ser lembrado como o ano da pandemia da Covid-19, ele também será lembrado como o momento em que a ciência conseguiu pesquisar em tempo recorde a natureza e a disseminação desse vírus, bem como meios de neutralizá-lo. Tentar antecipar riscos, combater a ignorância e o negacionismo e buscar aprofundar as relações benéficas entre os âmbitos científico, social, político, econômico, ambiental, farmacológico e médico são, sem dúvida, um desafio urgente. Ficará igualmente registrado na história como o período em que a proliferação da doença deixou de ser uma causa apenas sanitária para ser um conflito político. Ou seja, transformou-se em uma guerra que tomou forma por meio de disputas de opiniões contrárias e ataques sistemáticos às instituições científicas que visavam à hegemonia política.

Nesse contexto, como as universidades que mais produzem pesquisas no Brasil se apresentaram para a sociedade, já que são organizações responsáveis por estimular e fazer circular o conhecimento científico? Entender como esse conjunto de atores e sujeitos se relacionam no ecossistema midiático, sendo esse um espaço de construção de reputação através da visibilidade, tornou-se imperativo, reconfigurando o trabalho da ciência na sociedade midiaticizada.

A partir das análises das *fanpages* das Universidades Federais e Estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro que propusemos no desenvolvimento desta tese de doutorado, nossa hipótese se confirmou. A pandemia se configurou em um ambiente de “negacionismo governamental”, que influenciou as tomadas de decisão das políticas públicas de saúde e colaborou para a disseminação de teorias conspiratórias e desinformação, colocando em descrédito as instituições epistêmicas. Imbuídas de suas responsabilidades como produtoras de conhecimento, as universidades divulgaram as descobertas científicas e estabeleceram contrapontos às narrativas circulantes, notadamente nas redes sociais virtuais, com uma “refutação balanceada”, fornecendo uma explicação coerente e contextualizada dos desdobramentos da pandemia.

As abordagens estiveram em sintonia com os aspectos conjunturais da doença, o que nos permitiu categorizar as temáticas em diferentes períodos, estabelecendo, assim, uma “curva de aprendizagem epistemológica”, em que a ciência avançou com pesquisas mais robustas e conclusivas do vírus, buscando perceber os múltiplos e simultâneos aspectos vigorantes, à medida que a dinâmica da doença era compreendida e os conhecimentos dominados. O traçado do desenho nos pareceu evidente: contra a negação, a afirmação, seja da própria existência da doença, da importância das vacinas ou da continuidade da pandemia.

As universidades utilizaram uma linguagem coloquial, adotando como prática a “personalização” de postagens, em uma tentativa de se aproximarem do público e emparelharem evidências científicas com histórias que falavam e estimulavam a reflexão sobre crenças e valores. A arquitetura informacional do *Facebook* foi utilizada para permitir o acionamento de todo o aparato midiático das universidades através da “remediação de conteúdos”. A tática possibilitou ao leitor navegar por outros veículos institucionais de forma a complementar a informação de seu interesse ou buscar novos conhecimentos. Essa mesma iniciativa também foi usada pelas universidades na visibilidade que conquistavam em veículos de comunicação tradicionais, numa relação que classificamos como “simbiose midiática”, em um processo de produção de bens simbólicos.

Podemos concluir, portanto, que o ambiente midiático tem importante influência na representação e legitimação das universidades à medida que esse processo é atravessado por procedimentos informativos. O estabelecimento de políticas de comunicação e as apropriações midiáticas consolidam, enraízam, constitucionalizam e oficializam um princípio simples, mas bastante vigoroso: se a universidade é a casa do conhecimento, da pesquisa, da dúvida metódica, da troca e, também, do embate (civil e respeitoso) de ideias, então sua comunicação deve ser aquela que questiona, relativiza, contextualiza e põe às claras as diferenças de opinião sem impedimentos ou interdições.

Do início da pandemia para cá, tratamentos surgiram, vacinas foram descobertas, outras variantes apareceram, mais de 700 mil mortes pela doença no Brasil foram registradas e Bolsonaro já não é mais o gestor máximo do país, perdendo a disputa eleitoral, realizada no final de 2022, para o candidato da oposição, o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A análise dos movimentos midiáticos engendrados em todo esse período é relevante, tanto por mensurar quanti e qualitativamente as estratégias de comunicação implementadas por universidades públicas e suas conexões com as demandas sociais como, também, por estabelecer um registro documental que pode ser acessado em outros momentos, tendo em vista o contexto histórico mundial da pandemia da Covid-19 no qual este estudo se insere.

Compartilhar e ter acesso ao conhecimento produzido pelas instituições representativas da ciência possibilitam que a dinâmica social se configure a partir de novos usos, com evidências, e podem servir de base para novas ideias nas respostas a movimentos negacionistas e anticientíficos. Os processos, pressupostos e objetos de pesquisa implicam em sistemas explicativos que devem ser abertos ao público, sendo a divulgação científica a mais importante forma de comunicação de uma universidade e o caminho para que ela não seja calada, escanteada, deslegitimada e irrelevante.

É imperioso ressaltar que nossos estudos tiveram como foco a análise das comunicações na perspectiva da produção de conteúdo. A efetividade dessas ações implica no desenvolvimento de novas pesquisas que levem em conta a configuração das redes digitais, a possibilidade de exploração dos recursos tecnológicos dentro do universo narrativo para alcançar audiências gerais ou delimitadas por bolhas e a crise de confiança sofrida por instituições, como a imprensa e a ciência. Não se trata de fatores exclusivamente estanques, mas que têm capacidade de agir de forma simultânea e confluyente.

Em uma conjuntura na qual as plataformas digitais desempenham um papel primordial na promoção de discussões de toda ordem, surge a preocupação com a utilização maliciosa da tecnologia, em especial dos *bots*, programas de computador criados para automatizar tarefas e procedimentos repetitivos em ambiente digital, na disseminação viral de desinformação, criação e manipulação de tendências. A rápida viralização de notícias falsas, rumores e teorias da conspiração afeta diretamente o processo decisório democrático, uma vez que manipula as redes sociais, criando a falsa percepção de maioria e aceitação a determinada proposta.

Esta realidade artificial imbuída de contornos da pós-verdade adquire novas significações, conforme narrativas alternativas vão sendo difundidas e reforçadas pelos *bots*, transformando-se em “verdades” aceitas. A discussão que pretendemos incentivar a partir deste texto deve ser enriquecida enormemente se novos e específicos estudos forem realizados.

As informações precisam realmente exercer a formação de uma sociedade alfabetizada e crítica em relação ao ambiente midiático e à ciência e, assim, promover mudanças nas estruturas sociais de pensamento. Esforços conjuntos ou redes de parcerias que nos ajudem a diagnosticar com maior precisão questões, tanto na perspectiva da produção de conteúdo, quanto nos estudos de recepção, que levem em conta as seguintes questões: o alinhamento aos interesses do poder econômico e do poder político nos meios de informação e comunicação; a dificuldade do usuário/leitor de interpretar as origens, fundamentos, contextos, funcionamentos e motivações das informações e fatos; a elaboração da maioria das notícias que circulam nos meios de comunicação hegemônicos e nas redes sociais de forma resumida, sem crítica, sem contraste, baseada em uma fonte interessada ou em interesses que não estão claros; o excesso de informação e a dificuldade em filtrar e selecionar as informações; o exagero de comoção e aderência a sentimentos e afetos ao invés da razão; a adesão ou a condução a uma interpretação e visão de mundo enviesada; o tratamento desigual das garantias democráticas, dos direitos humanos e do silenciamento e apagamento daquilo que não interessa a quem propaga ou produz a notícia; e a produção e disseminação de informações sem contexto, nem antecedentes, de forma incompreensível, com pontos de vista e escolhas tendenciosas.

Todo esse processo deve ocorrer no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais, ocupando-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão. Assim, as universidades, ao fazerem comunicação pública, assumem uma perspectiva cidadã envolvendo temas de interesse coletivo.

Reafirmamos o nosso propósito de apenas levantar questões e indicar algumas possibilidades de encaminhamento. As metas sugeridas são apenas provocações para reflexão e aprofundamento em futuros estudos e discussões da área. A necessidade de posicionar a ciência no que se refere às decisões políticas e econômicas do país e sua legitimação perante a sociedade significam despertar o interesse da opinião pública, dos políticos, da sociedade organizada e, principalmente, da mídia. Para isso, é crucial que o campo científico e o campo midiático estejam cada vez mais próximos e conectados.

REFERÊNCIAS

- AGOPYAN, V.; ARBIX, G. A Universidade como fonte confiável para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 104, p. 285-298, 2022. doi: 10.1590/s0103-4014.2022.36104.013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/194967>. Acesso em: 23 dez. 2022.
- ALBAGLI, S. Divulgação científica: Informação científica para cidadania. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 396-404, 1996. doi: 10.18225/ci.inf.v25i3.639. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/639>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, v. 10, n. 2, 2014.
- ALBUQUERQUE, A. O discurso das *fake news* e sua implicação comunicacional na política e na ciência. **RECHS**, v. 14, p. 184-198, 2020.
- ALBUQUERQUE, A.; QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anticiência do canal “Professor Terra Plana”. **Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 83-104, 2019.
- ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Mídias Sociais e *Fake News* nas Eleições de 2016. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, p. 211-236, 2017.
- ALMEIDA, R. A onda quebrada-evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.
- AMARAL, N. C. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. **Propuesta educativa (Online)**, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, n. 52, p. 127-138, nov. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S199577852019000200011&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 9 set. 2022.
- ARBEX, T. Bolsonaro vira alvo de inquérito no STF por ligar vacina contra Covid à Aids. **CNN Brasil**, 3 dez. 21. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-vira-alvo-de-inquerito-no-stf-por-ligar-vacina-contracovid-a-aids/>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- AVRITZER, L. **Política e antipolítica**. São Paulo: Todavia, 2020. (Edição do Kindle).
- BALDISSERA, R. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processo**. São Paulo: Saraiva, 2009a. v. 1., p. 135-164.
- BALDISSERA, R. Comunicação organizacional na perspectiva da complexidade. **Revista Brasileira Comunicação Organizacional e Relações Públicas, ORGANICOM**, São Paulo, n. 10-11, p. 115-120, 2009b.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARICHELLO, E. Relações comunicacionais entre a Universidade e a Sociedade. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 33, n. 5, p. 1-15, 2004.

BARRUCHO, L. Brasil: o novo epicentro da pandemia de coronavírus? **BBC News Brasil**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52732620>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BERNAL, J. D. **The Social Function of Science**. London: George Routledge & Sons, 1946.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; CAPURRO, R. O arco teleológico da ética da desinformação: dos pomadistas de Machado de Assis aos negacionistas da pandemia. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, p. 317-331, 2022.

BOARINI, M.; FERRARI, P. A desinformação é o parasita do século XXI. **Organicom**, v. 17, n. 34, p. 37-47, 2021. doi: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.170549. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/170549>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BOETTO, E. *et al.* **Using altmetrics for detecting impactful research in quasi-zero-day time-windows: the case of COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11192-020-03809-7#citeas>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BOHMAN, J. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. *In*: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 85-108.

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frasespolemicas/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRAGA, J. L. Circuitos *versus* campos sociais. *In*: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JÚNIOR, Jeder; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação & Mdiatização**, Salvador: EDUFBA, 2012. p. 29-52.

BRAINARD, J. Scientists are drowning in COVID-19 papers: can new tools keep them a float? **Science**, 13 maio 2020. Disponível em: <https://www.science.org/content/article/scientists-are-drowning-covid-19-papers-can-new-tools-keep-them-a-float>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito Comunicação Pública. *In*: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 6., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006. p. 1-14.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições.** Brasília, DF: INEP, 2004b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/superior/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf. Acesso em: 19 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício nº 1296/2020/DATDOF/CGGM/GM/MS.** [Distrito Federal], [internet], 19 out. 2020. Disponível em: https://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0017239205%20&codigo_crc=EF0443EC&hash_download=cbd84c55c2cc87c3a88f6745acfe7ca50fa27379564f336562263f6f74810394a321b2a138199cea3ec49e8cbab4e28f629ef9ad2222d3c888688d98f7862d8b&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL EM DIA. Ministério da Saúde lança aplicativo para atendimento de covid-19. **Brasil em Dia**, 19 jan. 2021. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/brasil-em-dia/2021/01/ministerio-da-saude-lanca-aplicativo-para-atendimento-de-covid-19>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRATOSIN, S.; TUDOR, M. H. **Comprendre la communication publique et politique: L'échiquier et sa tour de Babel.** Paris: L'Harmattan, 2021.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

BRITO, C. Rio registrou aumento de 31% no número de turistas durante o carnaval. **G1**, Rio de Janeiro, 2 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2020/noticia/2020/03/02/rio-registrou-aumento-de-31percent-no-numero-de-turistas-durante-o-carnaval.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRÜGGEMANN, M.; LÖRCHER, I.; WALTER, S. Post-normal science communication: exploring the blurring boundaries of science and journalism. **Journal of Science Communication**, v. 19, n. 3, p. 1-22, 2020.

BUCCI, E. **Existe Democracia sem Verdade Factual?** Cultura política, imprensa e bibliotecas públicas em tempos de *fake news*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019. (Edição do Kindle).

BUCCHI, M.; TRENCH, B. (Org.). **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology.** 2nd ed. London, U.K. and New York, U.S.A.: Routledge, 2014.

BUENO, F. T. C.; SOUTO, E. P.; MATTA, G. C. **Notas sobre a Trajetória da Covid-19 no Brasil.** Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Ed.da FIOCRUZ, 2021. (Informação para ação na Covid-19 séries). 221 p.

BURKHARDT, J. M. História das *Fake News*. **Library Technology Reports**, n. 53, p. 5-9, 2017.

CAMARGO, K. R.; COELI, C. M. (2020). A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 30, n. 2, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300203>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CANAL TV BrasilGOV. Pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro sobre ações na Pandemia. **YouTube**, 24 mar. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE. Acesso em: 5 jul. 2022.

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-223, 2020.

CARDOSO, O. O. Comunicação empresarial *versus* comunicação organizacional: Novos desafios teóricos. **Revista Administração Pública [online]**, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/10.pdf>. Acesso em: 15 out. 2012.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Carta Capital**, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 21 out. 2020.

CASSIANI, S.; SELLES, S. L. E.; OSTERMANN, F. Negacionismo científico e crítica à Ciência: interrogações decoloniais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 28, p. 1-12, 2022.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. Tradução Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2015.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, R. Bolsonaro distorce publicação e acusa OMS de incentivar masturbação e homossexualidade em crianças. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/bolsonaro-distorce-publicacao-acusa-oms-de-incentivar-masturbacao-homossexualidade-em-criancas-1-24403161>. Acesso em: 10 maio 2020.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE – Panorama da ciência brasileira: 2015-2020. **Boletim Anual OCTI**, ano 1, jun. 2021. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_Pan_Cie_Bra_2015-20.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Percepção pública da C&T no Brasil – 2019: resumo executivo**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2019. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_resumoexecutivo_Percepcao_pub_CT.pdf. Acesso em: 15 set. 2022

CEZAR, L. S.; MACIEL, A. J. N. Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação? **Liinc em Revista**, v. 17, n. 1, e5703, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5703>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CHAVES, V. L. J.; ARAÚJO, R. S. A ofensiva neoconservadora contra as universidades federais no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, n. 8, p. 1-17, 2022. doi: <http://dx.doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8669158>

CHEN, E.; LERMAN, K.; FERRARA, E. COVID-19: A Public Coronavirus Twitter Dataset Tracking Social Media Discourse about the Pandemic (Preprint). **JMIR Public Health and Surveillance**, v. 10, n. 6, p. 1-9, 2020.

CISLAGUI *et al.* Não é crise é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. **16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16, n. 1, 2019.

CLARIVATE Analytics. **Searcher**, v. 41, Issue 3, May/June 2019.

COLNAGO, C. K. Mídias e redes sociais: conceitos e práticas. *In:* BUENO, W. C. (org.). **Estratégias de Comunicação nas mídias sociais**. São Paulo: Manole, 2015. p. 3-22.

CNN. Bolsonaro trata contágio como inevitável e defende volta ao trabalho. **CNN Brasil**, Brasília; São Paulo, 18 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/04/18/se-dependesse-de-mimmuito-mais-coisas-estariam-funcionando-diz-bolsonaro>. Acesso em: 4 jul. 2021.

CONSTANTINO, R.; COSTA, V.; EIRAS, Y. As Ideias e os Valores de Bolsonaro em 100 Frases. **Época**, 8 jan. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/as-ideias-os-valores-de-bolsonaro-em-100-frases-23353141>. Acesso em: 20 out. 2021.

CRODA, J.; OLIVEIRA, W. K.; FRUTUOSO, R. L.; MANDETTA, L. H.; BAIA-DA-SILVA, D. C.; BRITO-SOUSA, J. D.; MONTEIRO, W. M.; LACERDA, M. V. G. COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 53, p. 1-6, 2020. doi: 2020.10.1590/0037-8682-0167-2020

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Barueri: Faro, 2018.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar 1993.

DELEUZE, G., GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017. v. 1.

DE NEGRI, F. **Políticas públicas para ciência e tecnologia no Brasil: cenário e evolução recente**. IPEA. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/pubpreliminar/210825_publicacao_preliminar_nt_politicas_publicas_para_ciencia_e_tecnologia.pdf. Acesso em: 2 set. 2022.

DE NEGRI, F.; KOELLER, P. Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da Covid-19. **Cadernos IPEA 2020**. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10034>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DIAS, B. O que é a política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28,

p. 316-344, set./dez. 2011.

DOENEGHETTI, D.; MEIR, R. **Ativos Intangíveis**: como sair do deserto competitivo dos mercados e encontrar um oásis de valor e resultados para sua empresa. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

DOURADO, T. M. S. G. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. 308 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

DRUCK, G. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. **O Social em Questão**, n. 49, p. 11-34, 2021. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=50909&nrSeqCon=51098. Acesso em: 27 nov. 2022.

DUARTE, J. Instituições científicas: da divulgação à comunicação. **Revista Universitas/Comunicação**, Brasília, v. 1, p. 47-53, 2003.

DUARTE, J. (Org.). **Comunicação pública** – estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

DUNKER, C. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, Christian *et al.* **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 9-41.

EATWELL, R.; GOODWIN, M. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Tradução Alessandra Bonruquer. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

EDITORIAL. How nature contributed to science’s discriminatory legacy. **Nature**, n. 609, p. 875-876, 2022. doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-022-03035-6>

ESCOBAR, H. **Dados mostram que ciência brasileira é resiliente, mas está no limite**. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/dados-mostram-que-ciencia-brasileira-e-resiliente-mas-esta-no-limite/>. Acesso em: 2 maio 2021.

ESTADÃO CONTEÚDO. Ministro da Educação diz que universidades federais plantam maconha. **Estadão**, São Paulo, 23 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/ministro-da-educacao-diz-que-universidades-federais-plantam-maconha/>. Acesso em: 2 maio 2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. 100 dias após relatório final da CPI da Covid, indiciamentos estão “na gaveta”. **ISTOÉ Dinheiro**, 06 fev. 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/100-dias-apos-relatorio-final-da-cpi-da-covid-indiciamentos-estao-na-gaveta/>. Acesso em: 10 maio 2022.

FARKAS, J.; SCHOU, J. **Post-truth, fake news and democracy**: mapping the politics of falsehood. New York: Routledge, 2019.

FAUSTO NETO, A. Miatização, prática social-prática de sentido. *In*: SEMINÁRIO SOBRE MIIATIZAÇÃO, 2006, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2006.

FAUSTO NETO, A. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FAYARD, P. La sorpresa de Copérnico: el conocimiento gira alrededor del publico. In. Alambique. **Didactica de las Ciencias Experimentales**. n. 21, p. 9-16, jul. 1999.

FAXINA, E.; GOMES, P. G. **Midiaticização**: Um novo modo de ser e viver em sociedade. São Paulo: Paulinas, 2016.

FELICE, M. Auréola Digital: a crise dos pontos de vista centrais e o fim do direito exclusivo da edição. In: OLIVEIRA, Ivone de Loudes; MARCHIORI, Marlene (Org.). **Redes Sociais, Comunicação, Organizações**. São Paulo: Difusão, 2012. p. 147-166.

FERNANDES, C. M. Da mídia impressa à audiovisual: o agendamento intermediático do escândalo da Petrobras no Jornal Nacional. **Libero**, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 111-122, 2015.

FERRARI, P. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FERREIRA, I. Ações de universidades públicas evidenciam importância da ciência no combate à Covid. **Jornal USP**, São Paulo, 30 set. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/acoes-de-universidades-publicas-evidenciam-importancia-da-ciencia-no-combate-a-covid/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FONSECA, N. Declarações Chocantes Marcam Mandato de Bolsonaro. Especialista analisa frases. **IG**, 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-08-07/declaracoes-polemicas-bolsonaro.html>. Acesso em: 21 out. 2021.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

GAGLIARDI, J. La elección de 2018 y la gran prensa brasileña. **Revista Política Latinoamericana**, n. 7, p. 1-23, 2018.

GIARDELLI, G. **Você é o que você compartilha**. São Paulo: Gente, 2012.

GIROUX, H A. The terror of neoliberalism: authoritarianism and the eclipse of democracy. Boulder-CO: **Paradigm**, 2004.

GOMES, V. B. **Analogias populistas na narrativa presidencial**: contrapontos à ciência na Pandemia da Covid-19. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unip.br/dissertacoes-teses-programa-de-pos-graduacao-stricto-sensu-em-comunicacao/analogias-populistas-na-narrativa-presidencial-contrapontos-a-ciencia-na-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GORBALENYA, A. E. Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus—the species and its viruses, a statement of the coronavirus study group. **BioRxiv**, 2020. doi: 10.1101/2020.02.07.937862.

GURGEL, B.; GALVANI, G.; LARA, R. CPI da Pandemia apresenta relatório com 68 indiciados; veja íntegra e destaques. **CNN Brasil**, 20 out. 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-da-covid-ao-vivo-relatorio-final-da-comissao-e-apresentado-e-lido/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

HADDAD, S. Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/04/por-que-o-brasil-de-olavo-e-bolsonaro-ve-em-paulo-freire-um-inimigo.shtml>. Acesso em: 12 maio 2021.

HAGHANI, M. *et al.* The scientific literature on Coronaviruses, COVID-19 and its associated safety-related research dimensions: a scientometric analysis and scoping review. **Safety Science**, v. 129, p. 1-18, 2020.

HALL, S. O trabalho da representação. *In*: HALL, S. **Representação**: representações culturais e práticas significantes. Londres: Sage, 1997. p. 13-74.

HALLAL, P. C.; HORTA, B. L.; BARROS, A. J. D.; DELLAGOSTIN, O. A.; HARTWIG, F. P.; PELLANDA, L. C.; STRUCHINER, C. J.; BURATTINI, M. N.; SILVEIRA, M. F.; MENEZES, A. M. B.; BARROS, F. C.; VICTORA, C. G. Evolução da prevalência de infecção por COVID-19 no Rio Grande do Sul: inquéritos sorológicos seriados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2395-2401, abr. 2020. doi: 10.1590/1413-81232020256.1.09632020

HALLO, A.; ROJAS, A.; HALLO, C. Perspective from Ecuador, the second country with more confirmed cases of Coronavirus Disease 2019 in South America: a review. **Cureus**, v. 12, n. 3, p. 1-4, mar. 2020. doi: 10.7759/cureus.7452

HAMELEERS, M.; VAN DER MEER, T. G. L. A. The Scientists Have Betrayed Us! The Effects of Anti-Science Communication on Negative Perceptions Toward the Scientific Community. **International Journal of Communication**, v. 15, p. 25, p. 4709-4733, 2021.

HANSSON, S. O. Defining science and pseudoscience. PIGLIUCC, M.; BOUDRY, M. (Ed.). **Philosophy of pseudoscience**: Reconsidering the Demarcation Problem. Chicago: University of Chicago Press, 2013. p. 61-78.

HENRIQUES, C. M. P.; VASCONCELOS, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 25-44, 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173368>. Acesso em: 20 jan. 2021.

HERBELÊ, A. Interações possíveis na midiaticização da ciência. *In*: FAUSTO NETO, A. (org.). **Midiaticização da ciência**: cenários, desafios, possibilidades. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 127-142.

HJARVARD, S. **A midiaticização da cultura e da sociedade**. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2014.

HJARVARD, S. Midiaticização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. doi: 10.11606/issn.1982-8160.v8i1p21-44. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 27 dez. 2020.

HJARVARD, S. Midiaticização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultura.

Matrizes, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

HOTEZ, P. J. Covid-19 meets the antivaccine movement. **Microbes and Infection**, Paris, v. 22, n. 4-5, p. 162-164, 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.micinf.2020.05.010>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1286457920300885?via%3Dihub>. Acesso em: 16 set. 2022.

IVANISSEVICH, A. Por que divulgar ciência no Brasil. In: FAUSTO NETO, A. (org.). **Midiatização da ciência**: cenários, desafios, possibilidades. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 97-106.

JARAMILLO, J. C. Experiencia de la Comunicación Pública. **La Iniciativa de Comunicación**. 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/yr5bj58b>. Acesso em: 15 jan. 2020.

JENKINS, H. Convergência e conexão são o que impulsionam a mídia agora. Entrevista concedida a Priscila Kalinke e Anderson Rocha. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 213-219, jan./abr. 2016.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JOLLEY, D.; PATERSON, J. L. Pylons ablaze: Examining the role of 5G COVID-19 conspiracy beliefs and support for violence. **Br. J. Soc. Psychol.**, v. 59, p. 628-640, 2020. doi: <https://doi.org/10.1111/bjso.12394>

KARLOVA, N.; FISCHER, K. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behavior. **Information Research**, v. 18, n. 1, 2013.

KEGLER, J. Q.; FOSSÁ, I. T. Comunicação social e relações públicas sob um olhar complexo: Articulações teóricas preliminares. **Revista Intexto**, v. 2, n. 23, p. 133-148, 2010.

KORYBKO, A. **Guerra Híbrida**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARIVIÈRE, V.; SHU, F.; SUGIMOTO, C. The Coronavirus (COVID-19) outbreak highlights serious deficiencies in scholarly communication. **LSE Impact of Social Sciences**. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2020/03/05/the-coronavirus-covid-19-outbreak-highlights-serious-deficiencies-in-scholarly-communication>. Acesso em: 25 abr. 2020.

LAVINSKY, J.; KOSUGI, E. M.; BAPTISTELLA, E.; ROITHMANN, R.; DOLCI, E.; RIBEIRO, T. K.; ROSSINI, B.; ROMANO, F. R.; MAUNSELL, R. C. K.; MITRE, E. I.; IMAMURA, R.; HACHIYA, A.; CHONE, C. T.; WATANABE, L. M. N.; FORNAZIERI, M. A.; LESSA, M. M.; SANT'ANNA, G. D. An update on COVID-19 for the otorhinolaryngologist – A Brazilian Association of Otolaryngology and Cervicofacial Surgery (ABORL-CCF) Position Statement. **Brazilian Journal of Otorhinolaryngology**, v. 86, n. 3, p. 273-280, May/June 2020. DOI: 10.1016/j.bjorl.2020.04.002

LAZER, D. M. J. *et al.* The science of fake news. **Science**, Londres, v. 359, n. 6380, p. 1094-

1096, 2018. doi: <https://doi.org/10.1126/science.aao2998>. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aao2998>. Acesso em: 16 set. 2022.

LEMOS, A. Prefácio. *In*: OLIVEIRA, I. L.; MARCHIORI, M. (org.). **Redes Sociais, Comunicação, Organizações**. São Paulo: Difusão, 2012. p. 9-14.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2014.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEWANDOWSKY, S. Liberty and the pursuit of science denial. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, v. 42, p. 65-69, 2021.

LEWENSTEIN, B. V. **Models of public communication of science and technology**. 2003. Disponível em: http://www.dgdc.unam.mx/Assets/pdfs/sem_feb04.pdf. Acesso em: 7 out. 2010.

LIMA, F. Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação organizacional. *In*: OLIVEIRA, I. L.; SOARES, A. T. N. (org.). **Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008, p. 45-69.

LOPES, A. J. Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. **Poder360**, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 2 set. 2022.

LOWY, I.; BERLIVET, L. The problem with chloroquine. Epistemologists, methodologists, and the (mis) uses of medical history. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, p. 3-8, 2020. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/english/the-problem-with-chloroquine-epistemologists-methodologists-and-the-misuses-of-medical-history/>. Acesso em: 15 maio 2022.

MACIEL, A.; KOWALSKY, A.; MENEZES, V. A Responsabilidade Social das instituições de ensino superior: um estudo a partir das práticas em desenvolvimento no Rio Grande do Sul. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9., 2009, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2009.

MAFRA, R. L. M. Diálogo público, instituições científicas e democracia: reflexões sobre a constituição de uma política de comunicação organizacional. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 16-174, 2016. doi: 10.1590/rbcc.v39i2.2441. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2441>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARCHLEWSKA, Marta; CICHOCKA, Aleksandra; JAWORSKA, Manana; ZAVALA, Agnieszkan Golec de; BILEWICZ, Michal. Superficial ingroup love? Collective narcissism predicts ingroup image defense, outgroup prejudice, and lower ingroup loyalty. **British Journal of Social Psychology**, v. 59, 2020.

MARCOVITCH, J. **A universidade (im)possível**. São Paulo: Futura, 1998.

MARQUES, F. O esforço de cada um: governo brasileiro desbloqueia recursos para estudos sobre a Covid-19. **Pesquisa FAPESP**, ed. 293, jul. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-esforco-de-cada-um/> Acesso em: 10 ago. 2020.

MARQUES, L. **O sintomático desprezo pela ciência**. Disponível em: <https://www.adunicamp.org.br/divulgacao/artigo-o-sintomatico-desprezo-pela-ciencia/>

MARTINS, T. F. **Quem era Olavo de Carvalho, guru do governo Bolsonaro, morto aos 74 anos**. 2022. <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4980044-quem-era-olavo-de-carvalho-guru-do-governo-bolsonaro-morto-aos-74-anos.html>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MARTINS, T. F.; FERNANDES, C. M.; CAMPOS, M. M.; OLIVEIRA, L. A. Campanha Permanente: estratégias do PT na propaganda partidária gratuita e na propaganda eleitoral. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 12, n. 1, p. 4-28, 2021.

MASSARANI, L.; MURPHY, P.; LAMBERTS, R. COVID-19 and science communication: a JCOM special issue. **Journal of Science Communication**, v. 19, n. 5, p. 1-23, 30 set. 2020.

MATTA, G. C.; MORENO, A. B. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. **Interface: Comunicação, Saúde e Atenção**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 9-22, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100009. Acesso em: 27 nov. 2021.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

MEADOWS, A. J. A. **Comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDE, N. G.; SCHÄFER, M. S. Science-related populism: Conceptualizing populist demands toward science. **Public Understanding of Science**, v. 29, n. 5, p. 473-491, 2020.

MENDES, S. Bolsonaro reconta *fake news* que associa vacina contra Covid ao HIV. **Congresso em Foco**, Brasília, 23 out. 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-cita-fake-news-em-live/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. **Coronavírus COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

MITCHELL, W. J. T.; HANSEN, Mark B. N. Introduction. *In*: MITCHELL, W. J. T.; HANSEN, Mark B. N. (Ed.). **Critical terms for media studies**. Chicago: The University Chicago Press, 2010. p. vii-xxii.

MOONEY C. **The republican war on science**. New York: Basic Books, 2005.

MOURA, M. Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil. **Unifesp**, São Paulo, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/3799->

universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil. Acesso em: 12 set. 2020.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2012.

MUDDE, C. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

NOBRE, M. **Ponto-final**. São Paulo: Todavia, 2020. (Edição do Kindle).

NSOESIE, E. O.; KLUBERG, S. A.; MEKARU, S. R.; MAJUMDER, M. S.; KHAN, K.; HAY, S. I.; BROWNSTEIN, J. S. New digital technologies for the surveillance of infectious diseases at mass gathering events. **Clinical Microbiology and Infection**, v. 21, n. 2, p. 134-140, 2015. doi: 10.1016/j.cmi.2014.12.017

NUNZIATO, Dawn Carla. The marketplace of ideas online. **Notre Dame L. Rev.**, v. 94, p. 1520-1584, 2018.

OLIVEIRA, A. C. S.; SILVA, E. M. Ciência aberta: dimensões para um novo fazer científico. **Informação & Informação**, v. 21, n. 2, p. 5-39, 2016.

OLIVEIRA, I. Espaços dialógicos e relacionais nas organizações e sua natureza ético-política. *In*: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN, 9., 2008, Ciudad de México. **Anais...** Ciudad de México: Alaic, 2008. Disponível em: http://alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/com_org_yRP/ponencias/GT2_16Oliveira.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA, M. A. **Componentes da Comunicação Estratégica**: uma reflexão sobre a articulação entre os aspectos teórico-conceituais e práticos. 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/r1497-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, I. L.; PAULA M. A.; MARCHIORI, M. Um giro na concepção de estratégias comunicacionais: Dimensão relacional. *In*: ENCONTRO DO FÓRUM IBEROAMERICANO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, 2012, República Dominicana. **Anais...** República Dominicana, 2012.

OLIVEIRA, M. L. P.; COLPO, C. D. Comunicação organizacional e desinformação: uma reflexão sobre comunicação pública no Brasil durante a pandemia da Covid-19. **Organicom**, [S. l.], v. 18, n. 37, p. 49-61, 2021. doi: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.187930. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/187930>. Acesso em: 12 abr. 2022.

OLIVEIRA, T. M. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. 1-23, 2020.

OLIVEIRA, T. M. *et al.* Antivacina, fosfoetanolamina e Mineral Miracle Solution (MMS): mapeamento de *fake sciences* ligadas à saúde no *Facebook*. **Reciis**, v. 14, n. 3, p. 90-111, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Coronavirus disease (COVID-19) advice**

for the public. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS; REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL PARA TROCA DE INFORMAÇÕES – IRIS. **Fichas Informativas COVID-19:** entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054?locale-attribute=pt> Acesso em: 20 maio 2022.

PÁDUA, J. P. Coronavirus, verdade e ciência: obstáculos e oportunidades para uma nova (velha) epistemologia. **Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 2, p. 79-106, 1 ago. 2020.

PARISER, E. **O filtro invisível:** o que a *internet* está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PERINI, E. Desinformação, negacionismo e a pandemia. **Filosofia Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2021.

PÉRSIGO, P.; FOSSÁ, I. T. Da sociedade midiática à midiaticizada: Reflexões sobre a comunicação organizacional. **Razón y Palabra. Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación**. n. 76, 2011.

PIAIA, V. R. Rumores, *fake news* e o *impeachment* de Dilma Rousseff. **Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFJF**, v. 13, n. 2, dez. 2018.

PINTO, M. **Responsabilidade social universitária:** o caso da Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

PORTAL G1. Governo censura pesquisa da Fiocruz sobre uso de drogas no Brasil. **Jornal Nacional**, 29 maio 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/29/governo-censura-pesquisa-da-fiocruz-sobre-uso-de-drogas-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 10 maio 2020.

PORTAL G1. Ministro da Educação defende que universidade seja “para poucos”. **Portal G1**, 10 ago. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PORTAL G1. ONU: Bolsonaro defende tratamento sem eficácia contra Covid-19; veja frases do discurso e o que se sabe. **Portal G1**, 21 set. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/09/21/onu-bolsonaro-defende-tratamento-sem-eficacia-contracovid-19-veja-frases-do-discurso-e-o-que-se-sabe.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2021.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation. **Policy brief: UNESCO**. 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation. Acesso em: 22 jul. 2020.

RECUERO, R.; GRUZD, A. Cascatas de *Fake News* Políticas: Um Estudo de Caso no *Twitter*. **Galáxia**, São Paulo, n. 41, p. 31-47, 2019.

REIS-FILHO, J. A.; QUINTO, D. Afastamento social, pesca artesanal e segurança alimentar: como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. **Preprint SciELOlo**, p. 1-23, Apr. 2020. doi: 10.1590/SciELOPreprints.54

RIBEIRO, A.; CUNHA, A. R. Bolsonaro Deu 653 Declarações Falsas ou Distorcidas sobre Covid-19 em Seis Meses de Pandemia. **Aos Fatos**, 2020. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-deu-656-declaracoes-falsas-ou-distorcidas-sobre-covid-19-em-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ROQUE, T. O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política. **Piauí**, São Paulo, n. 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 2 fev. 2023.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. *Fake news, WhatsApp* e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **MATRIZES**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2020.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLUM JR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 23-47, 1999. doi: 10.1590/S0103-20701999000200003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12305>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SANTAELLA, L. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, B. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Revista Travessia**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 6-7, 2008.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v. 2, n. 2, p. 56-71, 1988.

SANTOS, E. P. Desinformação, negacionismo e a pandemia. **Filosofia Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 1-15, 2022. doi: 10.4013/fsu.2022.231.03

SANTOS, W. G. **A democracia impedida**: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2017.

SCROFERNEKER, C. M. A. Contra tendências paradigmáticas da Comunicação Organizacional Contemporânea no Brasil. *In*: ENCONTRO DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, RS: Compós, 2011.

SENADO FEDERAL. CPI da Pandemia. **Agência Senado**, 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2441>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SHALDERS, A. Mudanças climáticas não são causadas pela ação humana, diz presidente de

Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso. **BBC News Brasil**, 12 set. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49683893>. Acesso em: 2 maio 2020.

SHOKOOHI, M.; NASIRI, N.; SHARIFI, H.; BARAL, S.; STRANGES, S. A syndemic of COVID-19 and methanol poisoning in Iran: time for Iran to consider alcohol use as a public health challenge? **Alcohol**, n. 87, p. 25-27, 2020. doi: <https://doi.org/10.1016/j.alcohol.2020.05.006>

SILVA, D. A. **Daniel Augusto da Silva e o Cálculo Actuarial em Portugal**. 2011. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/1956/1/Not.%20Elucid.%20Conceito%20de%20Ci%C3%Aancia.pdf> Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. Notas sobre o colapso da ciência no Brasil. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n. 58, p. 1-18, e20850, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n58.20850>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 1999.

SMAILI, S.; MINHOTO, M. A.; ARANTES, P. F. Bolsonaro e Órban aliados na guerra contra as universidades. **Folha de São Paulo**, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/sou-ciencia/2022/02/bolsonaro-e-orban-aliados-na-guerra-contra-as-universidades.shtml>. Acesso em: 24 maio 2022.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. *In*: ABRANCHES, S. *et al.* **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 49-75.

SOUZA, B. Mensalão x Lava Jato: compare os casos que chocaram o Brasil. **Exame**, 2015. Disponível em: <https://exame.com/brasil/mensalao-x-lava-jato-compare-os-casos-que-chocaram-o-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

STRAUBHAAR, J.; LAROSE, R. **Communications media in the information society**. Belmont (CA): Wadsworth, 1996.

TAFFAREL, C.; NEVES, M. L. Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes: uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. **Estudos IAT**, v. 4, n. 2, p. 310-329, 2019.

TERRA NOTÍCIAS. Pesquisador recebe homenagem da Assembleia de MS após estudos científicos sobre formato da Terra, **Terra Notícias**, 3 out. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/pesquisador-recebe-homenagem-da-assembleia-de-ms-apos-estudos-cientificos-sobre-formato-da-terra,210fa1b7596b889ea1010d062228b4dfqe1itl50.html>. Acesso em: 2 maio 2020.

TÖRNBERG, P. Echo chambers and viral misinformation: modelling fake news as complex contagion. **PLoS one**, v. 13, n. 9, p. e0203958, 2018.

TORRES-SALINAS, D.; ROBINSON-GARCIA, N.; CASTILLO-VALDIVIESO, P. A. Open access and Altmetrics in the pandemic age: forecast analysis on COVID-19 related literature. **BioRxiv**, 2020.

TRINTA, A. R.; NEVES, T. C. C. **O jornalista na telenovela**. Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005.

UOL. Bolsonaro exhibe caixa de cloroquina para emas no Palácio da Alvorada. **UOL Notícias**, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>. Acesso em: 13 out. 2021.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WALL, M. **The Platform Society: public values in a connected world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VAN ZOONEN, L. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 2, n. 1, p. 56-67, 2012.

VEJA. Bolsonaro volta a criticar IBGE e diz que desempregados são mais de 12 mi. **Veja**, 01 maio 2019a. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bolsonaro-volta-a-criticar-ibge-e-diz-que-desempregados-sao-mais-de-12-mi/>. Acesso em: 2 maio 2020.

VEJA. Demitido por Bolsonaro, Ricardo Galvão é eleito “cientista do ano”, **Veja**, 13 dez. 2019b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/demitido-por-bolsonaro-ricardo-galvao-e-eleito-cientista-do-ano>. Acesso em: 2 maio 2020.

VELEDA, R. Movimento antivacinas cresce na Internet e assusta governo. **Metrópoles**, 19 jan. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/saude-br/movimento-antivacinas-cresce-na-internet-e-assusta-o-governo>. Acesso em: 2 maio 2020.

VERDÉLIO, A. Primeira morte por Covid-19 no Brasil aconteceu em 12 de março. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-porcovid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 20 nov. 2021

VILELA, M.; SELLES, S. E. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1722-1747, 2020. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1722>

VOGT, C.; POLINO, C. (Org.). **Percepção pública da ciência: resultados da pesquisa na Argentina, Brasil, Espanha e Uruguai**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

WAISBORD, S. The elective affinity between post-truth communication and populist politics. **Communication Research and Practice**, v. 4, n. 1, p. 17-34, 2018.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade?** Brasília: Brasiliense, 2017. (Coleção Primeiros Passos).

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council Europe Report, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3gEDABj>. Acesso em: 20 jan. 2023

WATERMAN, A. T. National Science Foundation: A ten-year resume. **Science**, v. 131, n. 3410, p. 1341-1354, 1960.

WATSON, C. A. Alfabetização digital: detectando notícias falsas na era da pós-verdade. **Apresentações de Educação Jurídica Continuada**, n. 8, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.law.uga.edu/cle/2018/schedule/8>. Acesso em: 13 jun. 2020.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. *In*: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Org.). **Comunicação pública e política: pesquisa e prática**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-56.

WICHOWSKI, A. “What unites us”: how the angry few hijack public opinion and why institutions must intervene to save democracy. *In*: FARIAS, Luis Alberto; LEMOS, Else; REBECHI, Cláudia Nociolini. **Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 18-31.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **1st WHO Infodemiology Conference [Internet]**. Geneva: World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2020/06/30/default-calendar/1st-who-infodemiology-conference>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WYNNE, B. Further disorientation in the hall of mirrors. **Public Understanding of Science**, v. 23, n. 1, p. 60-70, 2014. <https://doi.org/10.1177/0963662513505397>

XU, B. *et al.* Open access epidemiological data from the COVID-19 outbreak. **The Lancet Infectious Diseases**, v. 20, n. 5, p. 534, 2020.

ZHANG, L. *et al.* How scientific research reacts to international public health emergencies: a global analysis of response patterns. **Scientometrics**, n. 0123456789, 2020.